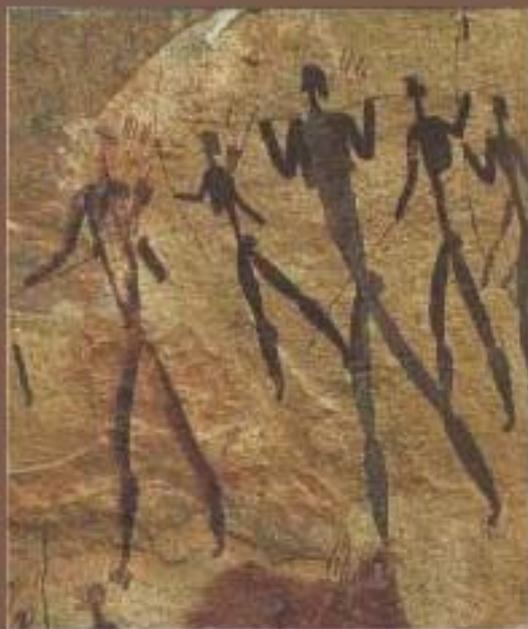


# ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO

Enquanto a mercadoria  
e a moeda não existem



CARLOS GOMES

## **ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO** *Enquanto a mercadoria e a moeda não existem* **CARLOS GOMES**

Autor:

E-mail: [carlos-ag-gomes@sapo.pt](mailto:carlos-ag-gomes@sapo.pt)

Praça São João Baptista, 5 – 10º. E.

2800-199 ALMADA PORTUGAL

Telefone 212732053

1ª. edição: Novembro de 2002

Edición electrónica, enero 2005

Imagem de portada:

pintura prehistórica de un grupo de cazadores  
en KwaZulu-Natal, South Africa.

ISBN: 84-689-0684-0

Texto completo en

<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/>

Reservados os direito de autor

## ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO

*“Pois se é universalmente reconhecido que para estudar os sistemas económicos contemporâneos não basta descrever as actividades e medi-las quantitativamente, sendo indispensável determinar as categorias económicas existentes, formular as respectivas leis, por que razão uma tarefa paralela não é encarada quando se estuda o passado histórico? E isto é tanto mais surpreendente quanto é certo que, sem este trabalho, não só é impossível compreender a História Económica sob um ponto de vista científico, como ainda o processo histórico, no seu devir e transformações qualitativas, permanece mergulhado em mistério.”*

*“A causa desta situação é complexa e nela entra, por certo, o peso duma orientação tradicional e a compreensão de que importa ainda um notável esforço de pesquisa, determinação e conhecimento de múltiplos factos históricos. Mas, além destas e outras causas, não há dúvida que um facto bem sensível exerce influência considerável neste estado de coisas: a um amplo sector de carácter académico não interessa semelhante estudo, ao cabo norteado por um método de investigação equivalente ao que se usa no estudo das ciências da natureza, porque ele traz consigo, necessariamente, o reconhecimento evidente do carácter histórico, evolutivo, dos sistemas económicos, proporcionando ao mesmo tempo esclarecimentos que são válidos para além da época estudada. Ora, quanto a tais interesses, de que os estudiosos de natureza universitária ou académica têm normalmente de ser a expressão - com consciência disso ou sem ela, o caso é objectivamente irrelevante - importa erigir o sistema económico existente numa situação intemporal e ahistórica, absoluta no tempo. Vemo-lo ainda hoje todos os dias: escamoteia-se o seu carácter relativo no espaço, pois coexistem diversos sistemas económicos na actualidade, desde o tipo feudal aos de tipo capitalista e socialista, não sendo esta situação estudada como devia.”*

*(Em Armando de Castro, “A Evolução Económica de Portugal” vol. I, pags. 34 e 35)*

# *ÍNDICE*

## **INTRODUÇÃO**

### **I PARTE – UM POUCO DE TEORIA**

#### **1 - ALGUNS CONCEITOS GERAIS**

- 1.1 – Objecto e definição de Economia
- 1.2 – Análise, investigação e método
- 1.3 – Leis económicas
- 1.4 – Actividade económica
- 1.5 – Evolução económica
- 1.6 – Processo de desenvolvimento

#### **2 – PRODUÇÃO**

- 2.1 – Em que consiste a produção
- 2.2 – Produzir o quê ?
- 2.3 – Produzir para quê ?
- 2.4 – Como produzir ?
- 2.5 – Produzir para quem ?
- 2.6 – O produto e o seu valor de uso

#### **3 – PROCESSO ECONÓMICO**

- 3.1 – O meio ambiente
- 3.2 – A população
- 3.3 – Forças produtivas
- 3.4 – O trabalho
- 3.5 – Objectos e meios de trabalho
- 3.6 – Organização e gestão
- 3.7 – Meios de distribuição
- 3.8 – Troca
- 3.9 – Consumo

#### **4 – RELAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS**

- 4.1 – Relações económicas
- 4.2 – Relações de produção
- 4.3 – Excedentes de produção
- 4.4 – Divisão social do trabalho
- 4.5 – Propriedade
- 4.6 – Classes sociais
- 4.7 – Grupos sociais

#### **5 – ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS**

- 5.1 – Modo de produção
- 5.2 – Estruturas económicas
- 5.3 – Sistema económicos
- 5.4 – Formações sócio-económicas
- 5.5 – Revolução económica e social

#### **6 - SISTEMA COMUNITÁRIO**

## **II PARTE – ECONOMIA RECOLECTORA**

### **1 – MODO DE PRODUÇÃO**

### **2 – MEIOS DE PRODUÇÃO**

- 2.1 – Meios humanos
- 2.2 – Meio ambiente
- 2.3 – Matérias primas
- 2.4 – Utensílios e instrumentos de trabalho
- 2.5 – Meios técnicos e energéticos

### **3 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

- 3.1 – Produção de instrumentos de trabalho
- 3.2 – Produção de alimentos
- 3.3 – Outras actividades
- 3.4 – Consumo, distribuição e troca

### **4 – ESTRUTURA ECONÓMICA**

- 4.1 – Acampamentos e áreas de ocupação
- 4.2 – Organização e gestão
- 4.3 – Formas de propriedade
- 4.4 – Divisão do trabalho
- 4.5 – Excedente de produção

### **5 – ESTRUTURA SOCIAL**

- 5.1 – Grupos humanos
- 5.2 – Clãs, sistemas de parentesco
- 5.3 – Estratificação social
- 5.4 – Relações sociais

## **III PARTE – ECONOMIA DE PRODUÇÃO BENS DE SUBSISTÊNCIA**

### **1 – MODO DE PRODUÇÃO**

### **2 – MEIOS DE PRODUÇÃO**

- 2.1 – Meios humanos
- 2.2 – Meio ambiente
- 2.3 – Matérias-primas
- 2.4 – Utensílios e instrumentos de trabalho
- 2.5 – Meios técnicos
- 2.6 – Meios de transporte

### **3 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS**

- 3.1 – Produção de alimentos
- 3.2 – Outras actividades produtivas
- 3.3 – Actividades culturais e sociais
- 3.4 – Distribuição e consumo
- 3.5 – Troca directa

#### 4 – ESTRUTURA ECONÓMICA

- 4.1 – Acampamentos e áreas de ocupação
- 4.2 – Organização e gestão
- 4.3 – Formas de propriedade
- 4.4 – Divisão social do trabalho
- 4.5 – Produção excedentária

#### 5 – ESTRUTURA SOCIAL

- 5.1 – Famílias
- 5.2 – Tribos
- 5.3 – Sedentarismo
- 5.4 – Nomadismo
- 5.5 – Povos e aldeias
- 5.6 – Organização social
- 5.7 – Estratificação social
- 5.8 – Guerras e conflitos

### **IV PARTE – EVOLUÇÃO ECONÓMICA**

#### 1 – PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

#### 2 – TRANSIÇÃO DA ECONOMIA RECOLECTORA PARA A ECONOMIA DE PRODUÇÃO BENS DE SUBSISTÊNCIA

#### 3 – DECLÍNIO DO SISTEMA COMUNITÁRIO

#### 4 – PERMANÊNCIA DE SOCIEDADES COMUNITÁRIAS

#### 5 – PERMANÊNCIA DE USOS E COSTUMES COMUNITÁRIOS

#### 6 – ALGUNS RETRATOS COM 500 ANOS !

#### 7 – TRANSIÇÃO PARA O SISTEMA PRÉ-CAPITALISTA

#### BIBLIOGRAFIA

#### ÍNDICE TEMÁTICO

## **ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO**

### **INTRODUÇÃO**

A Economia é uma ciência social ainda em construção, relativamente recente, com pouco mais de duzentos anos. Isto não significa que o homem não tenha, desde o começo da sua actividade produtiva, desenvolvido, acumulado e aperfeiçoado um conjunto de conhecimentos nessa área, formando assim o que se pode considerar um princípio de consciência económica.

Desde a antiguidade grega que o homem se tem preocupado com a influência dos factores de natureza económica na formação e na evolução das sociedades humanas. Surgiram assim escritos de filósofos, teólogos ou historiadores, como Platão e Aristóteles, a abordar conceitos relativos aos fundamentos económicos do Estado, ao processo de divisão do trabalho ou à definição de classes sociais, de acordo com o modo de produção predominante na época.

Muito mais tarde, nos séculos XIV e XV, no seio duma sociedade alicerçada na produção mercantil generalizada, em que o comércio desempenha já um papel importante, alguns escritores árabes, como Ibn Khaldoun e El Makrizi debruçaram-se sobre temas económicos, chegando a analisar fenómenos monetários ou a desenvolver conceitos sobre o trabalho, o valor e o preço.

A abertura das rotas marítimas do Atlântico ao Pacífico contribuiu para uma grande expansão do comércio mundial. Começaram então a aparecer, no século XVI, autores preocupados com o estudo do mercado comercial e financeiro, da política económica do Estado, do equilíbrio entre a produção e o consumo, entre a oferta e a procura, com o estudo da acumulação da riqueza e a defesa da propriedade. Tais autores surgiram nas regiões onde o capitalismo registou um maior crescimento, ou seja, na Europa Ocidental, desde a Espanha à Inglaterra. Esta circunstância influenciou no conteúdo das obras então vindas a público, cujas análises e conceitos evidenciam as questões relacionadas com o desenvolvimento do próprio sistema capitalista naquela área do continente europeu. Tais obras reflectem uma análise muito restrita e um alheamento da estrutura social e económica doutras regiões e doutros sistemas. Constituem porém as

primeiras pesquisas metódicas e sistemáticas reveladoras dum efectivo interesse científico.

O desenvolvimento do comércio e da indústria, durante o século XVIII, enfrentou grandes obstáculos por parte dos governos ainda dominados pela aristocracia feudal e dá lugar ao aparecimento de novas doutrinas económicas. Populariza-se o lema “laissez faire, laissez passer”. Com o começo da revolução industrial a investigação económica intensifica-se acompanhando sempre a expansão do próprio sistema capitalista. Datam desta época os estudos mais aprofundados dos fenómenos económicos, as tentativas de definição da economia política como ciência autónoma com as suas próprias leis, o aparecimento de novos conceitos e categorias.

As conclusões extraídas são altamente influenciadas pela evolução do capitalismo na Europa. Situam a Economia, não como uma ciência social extensiva a todo o mundo, a todas as suas gentes, a todas as civilizações e modos de produção existentes, mas apenas como ciência do próprio sistema capitalista em expansão.

Uma grande controvérsia se gerou então entre os economistas, originada pelos antagonismos das classes sociais. A consciência económica assume claramente um carácter de classe e isso determinou a formação de escolas e teorias adversas, designadamente o pensamento marxista.

Ora, a investigação económica não pode assumir uma atitude restritiva ou apologética dum ordem social. Deve abranger todas as estruturas que se interligam e sucedem umas às outras, no tempo e no espaço. Deve incluir todos os povos e não apenas aqueles que, numa determinada época histórica, mais intensamente participam numa fase do desenvolvimento mundial.

O estudo dos problemas económicos e a bibliografia decorrente não tem em geral ultrapassado o sistema capitalista. Apenas, o modo de produção socialista, ainda muito recente e a dar os seus primeiros passos, hesitantes, com avanços e recuos, colocou na ordem do dia a questão da Economia Política numa nova sociedade baseada na eliminação do antagonismo entre as classes sociais e a exploração do homem pelo homem.

Só a corrente marxista se dedicou ao estudo dos problemas das formações económicas e sociais anteriores ao sistema capitalista e sobretudo ao modo de produção feudal, mesmo assim com as limitações oriundas dos escassos conhecimentos existentes na época. Além de Marx e Engels, poucos foram os autores que se preocuparam com o

estudo e a interpretação dos modos de produção e dos fenómenos económicos e sociais ocorridos desde os primórdios da sociedade humana.

No entanto, vários economistas têm reconhecido que a economia do futuro deve compreender o conjunto de todas as regiões e épocas históricas. O facto de não ter sido ainda suficientemente estudado em pormenor a economia do sistema comunitário e de alguns modos de produção do sistema pré-capitalista cria dificuldades extremamente sérias aos investigadores.

Os avanços da investigação histórica, da sociologia, da psicologia, das tecnologias, da demografia, da estatística e a expansão a nível mundial da transmissão do conhecimento, permitem aprofundar muitas áreas da ciência económica com novos dados que não eram conhecidos há um século atrás. Por outro lado, a bibliografia económica mais recente tem-se especializado em analisar de forma exaustiva a evolução do sistema capitalista, na sua estrutura global e monopolista, os fenómenos inerentes ao sistema socialista na sua fase adolescente, ou a tentar prever acontecimentos futuros.

Constitui uma preocupação do autor tentar ultrapassar estas limitações e contribuir, se disso for capaz, para uma reanálise das ciências económicas de forma a que os seus conceitos e categorias, as suas leis, a natureza dos meios de produção, as relações económicas e sociais, passem a ser analisadas e definidas, duma forma abrangente, quando referidas a todos os sistemas económicos e a todos os continentes ou, duma forma restrita, quando respeitem apenas a um sistema, a uma estrutura ou região específica.

O conteúdo deste livro abrange apenas os fenómenos económicos ocorridos no sistema comunitário e nos seus modos de produção, a sua análise e evolução, pelo que nele não terão cabimento definições de categorias económicas, tais como: mercadoria, valor, preço, moeda, renda, inflação e outras, que só têm significado nos sistemas pré-capitalista, capitalista ou socialista.

A fonte informativa é escassa e, como não podia deixar de ser, essencialmente histórica. Para isso, concorreram os conhecimentos científicos conseguidos pelo homem nestas últimas décadas nas áreas da antropologia e da história.

## **I PARTE – UM POUCO DE TEORIA**

### **1 – ALGUNS CONCEITOS GERAIS**

#### **1.1 – OBJECTO E DEFINIÇÃO DE ECONOMIA**

Não é objectivo deste livro embrenhar-se na descrição e análise das inúmeras definições surgidas, controversas, muitas delas ultrapassadas ou até abandonadas. Porém, parece importante referir alguns aspectos contidos nas mais recentes e que podem contribuir para encontrar uma definição mais precisa e suficiente para abranger os diferentes sistemas económicos.

Será a Economia uma ciência ? Se considerarmos que a ciência representa a esfera da actividade humana cuja função é elaborar e sistematizar conhecimentos objectivos da realidade, explicar os fenómenos do mundo físico e humano, aspirar a interpretar e prever, parece fora de dúvida que a Economia se integra neste conceito. Dizia-nos o economista Jean Baptiste Say “A economia política é a ciência dos interesses da sociedade e, como todas as verdadeiras ciências, baseia-se na experiência, cujos resultados metodicamente agrupados e alinhados, se tornaram princípios das verdades gerais”. Pode afirmar-se que há uma concordância generalizada entre os economistas em considerar a Economia como um ramo da ciência que engloba um conjunto de conhecimentos relativos a uma determinada categoria de factos ou de fenómenos objectivos relacionados com as actividades do homem com a finalidade de satisfazer as suas necessidades e interesses.

As ciências sociais estudam o homem, não como indivíduo isolado, mas nas suas relações com os demais homens. No seu âmbito incluem-se as leis de desenvolvimento da sociedade humana nas diversas esferas de actividade. De acordo com esta concepção teremos de situar a Economia como participando das ciências sociais. Alguns economistas houve que chegaram a advogar a ideia de que a economia política se deveria designar por economia social, baseados nas relações preponderantes com a história e com áreas da sociologia, tais como: a psicologia, a política, o direito, a ética, etc.

A dificuldade em encontrar definições reside no carácter de classe assumido por numerosos economistas, que não conseguem elaborar uma linguagem científica comum e chegam mesmo a pôr em causa a posição da Economia como ciência. Como chama a atenção Karl Marx, “para os economistas burgueses não se trata de saber se este ou

aquele teorema é verdadeiro, mas se é útil ou prejudicial ao capital, cómodo ou incómodo, se é ilegal ou não”.

No desempenho da sua actividade produtiva, o homem está em constante relação com as coisas, com os objectos que obtém da Natureza ou transforma por sua própria iniciativa por meio do trabalho. Este facto tem levado alguns economistas a considerar como objecto da Economia apenas as relações entre os indivíduos e as coisas, ignorando as relações que se estabelecem entre os próprios homens no processo produtivo. Assim, as relações económicas não seriam reconhecidas como relações sociais. Ora, a Economia ocupa-se fundamentalmente dos factores que intervêm no processo produtivo e das relações que se estabelecem entre os homens, embora por intermédio dos objectos ou dos serviços. Este esclarecimento é indispensável, pois algumas das definições mais divulgadas, e até recentes, não distinguem a natureza destas relações, apresentando-se numa forma pouco clara que põe em causa a Economia enquanto ciência social.

Como exemplos destas definições podemos citar: a de Leonel Robbins que define a Economia como “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos aplicáveis a usos alternativos”; ou, a de Paul Samuelson que considera a Economia apenas como “o estudo da forma como as sociedades utilizam os recursos escassos para produzir bens com valor e como os distribuem entre os seus membros”.

A corrente marxista não exclui a análise das relações entre os homens e as coisas, mas estas são o elo da relação de homem para homem, ou seja, decorrente das relações sociais. Dentro deste pensamento, o economista Oskar Lange define a Economia Política como “a ciência das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais aptos a satisfazer as necessidades humanas”. Para o economista M.H. Dowidar, “a economia política é a ciência das leis que regem as relações económicas, isto é, as relações sociais existentes entre os membros da sociedade por intermédio dos bens materiais e dos serviços”.

Estas definições exigem alguns esclarecimentos, pois são, a nosso ver, excessivamente restritivas. Certos fenómenos, que se reflectem nas relações sociais, não podem ficar de fora do estudo da ciência económica.

A produção nem sempre se ocupa apenas da luta contra a escassez. Por vezes, tende a comandar o consumo e não o inverso. Por exemplo, na fase actual do sistema capitalista o consumo tende a obedecer à lógica da produção ou do rendimento, traduzindo-se em excessos frequentes em importantes actividades e regiões.

Nos sistemas baseados na existência de classes antagónicas, e particularmente no sistema dominante na actualidade, ocorrem fenómenos que extravasam os conceitos de satisfação das necessidades humanas ou de produção destinada apenas à criação de bens úteis. A finalidade a atingir, com o decurso do processo produtivo, consiste também na satisfação de outros interesses, como a acumulação de riqueza, a maximização do lucro ou a valorização da renda e do capital, mesmo à custa de malefícios graves para a Humanidade.

Preferimos assim definir a Ciência Económica, ou simplesmente Economia, como a ciência que se ocupa do conhecimento relativo dos fenómenos observáveis, objecto de análise e investigação, resultantes da actividade produtiva do homem e dos seus reflexos nas relações sociais. Estes fenómenos repetem-se no espaço e no tempo nos diferentes modos de produção e na sua sucessão e transformam-se incessantemente, estando em perpétuo movimento.

A Economia Política tem por objecto o estudo dos efeitos nas relações económicas e sociais dos factos ocorridos no processo económico e o estudo das leis gerais e específicas que regem o aparecimento e desenvolvimento dos diferentes sistemas e modos de produção. Entende-se que o processo económico compreende: a produção, a distribuição, a troca e o consumo. A produção é o factor determinante dos restantes, que por sua vez actuam sobre a produção, estimulando ou entretendo o seu desenvolvimento.

A Ciência Económica, ou simplesmente Economia, além da Economia Política abrange um conjunto de outros ramos de conhecimento económico. Entre eles contam-se:

- a História Económica que estuda o desenvolvimento no tempo de processos económicos concretos;
- a Economia Descritiva que estuda o desenvolvimento dos processos económicos em épocas, áreas e lugares determinados;
- a Geografia Económica que estuda o processo económico do ponto de vista da distribuição no espaço dos recursos e das actividades económicas;
- a Estatística Económica que constitui a expressão numérica dos diferentes aspectos da actividade económica num dado espaço, no tempo ou numa determinada sociedade;
- a Organização e Gestão que estuda a conjugação no processo produtivo do trabalho, dos objectos sobre os quais recai e dos meios utilizados;

- a Política Económica que estuda a aplicação na prática das leis económicas e do conhecimento teórico para influenciar, encorajar ou tentar contrariar, as tendências do desenvolvimento do processo económico.

Por razões de ordem prática a Economia é desdobrada de acordo com os sistemas económicos da sociedade ou de acordo com os sectores ou os aspectos da actividade económica. Este livro trata apenas da Economia do Sistema Comunitário.

## 1.2 – ANÁLISE, INVESTIGAÇÃO E MÉTODO

A análise económica consiste em acompanhar as relações funcionais, ou seja as relações de causa e efeito, no domínio dos fenómenos económicos. Para tal é indispensável distinguir e separar as partes de um todo, examinando com todo o detalhe o processo pelo qual se engrenam e desencadeiam as acções e reacções, tanto no espaço como no tempo. É uma tarefa muito melindrosa e complexa, visto que os efeitos económicos podem resultar das mesmas causas ou de causas diferentes; e causas diferentes dão lugar umas vezes a efeitos idênticos e outras a efeitos distintos. Trata-se duma relação complexa de causalidade.

A análise económica pressupõe um trabalho aturado de observação e investigação baseada em elementos concretos, dados que os economistas têm de aceitar, sobre os quais não têm influência e que estão sujeitos a constantes modificações que devem ser explicáveis pela teoria económica.

A tarefa do economista fundamenta-se na recolha e observação dos elementos recolhidos, descrição e classificação dos fenómenos considerados e na ordenação de resultados cujas conclusões, consequências ou tendências, sejam sintetizadas e confirmadas pela verificação.

Para proceder à investigação é indispensável, tal como nas restantes ciências, recorrer a um método. Este consiste no recurso a um conjunto de regras constantes que se apoiam na experiência da vida ou nos conhecimentos científicos, para chegar a um determinado objectivo ou fim.

Em Economia não é possível recorrer ao método experimental, como acontece noutras ciências como a física ou a biologia. Como refere Karl Marx no Prefácio de “O Capital”, “na análise das formas económicas não podem servir nem o microscópio nem os reagentes químicos”. O processo económico desenrola-se numa escala muito vasta de acções e reacções humanas indissociáveis, ao longo do tempo e do espaço. A

experimentação apenas pode servir, numa forma restrita, como instrumento de verificação.

Na impossibilidade de recorrer à experimentação, a investigação económica tem de se basear, como ponto de partida, na observação comparativa do desenvolvimento concreto do processo económico nas diversas estruturas e sistemas. O material de observação é obtido através da descrição histórica, demográfica, geográfica, sociológica, estatística ou na descrição de factos conhecidos. A observação deve abranger dados qualitativos e quantitativos.

A complexidade do processo económico, constituído por acções extremamente diversas, repetidamente realizadas, em constante movimento e interdependência, obriga a recorrer à abstracção como método indutivo de pesquisa. Este método, baseado na passagem do particular ao geral, permite isolar os elementos essenciais e específicos do processo económico, elimina o que é secundário ou fortuito, e permite destacar o que se produz e repete constantemente, distinguir os diversos elementos e relações que se interligam. Porém, a abstracção não pode ser arbitrária, tem-se de basear na observação comparativa e na sua análise.

Para isso, procede-se à criação de conceitos abstractos que exprimem propriedades gerais, comuns a elementos do processo económico que se manifestam em determinadas condições, isto é, propriedades comuns a certos actos e relações de natureza económica. Estes conceitos amplos e universais, definidos como categorias económicas, incluem o trabalho, os meios e os objectos de trabalho, as forças produtivas, as relações de produção, os meios de produção, de distribuição e de consumo, a troca, etc., para referir apenas os mais utilizados no estudo do sistema comunitário. Na análise deste sistema predominam os métodos indutivos, que permitem passar do nível empírico, baseado na observação directa e na experiência, para o conhecimento científico.

Um segundo componente a utilizar na investigação económica consiste em extrair as conclusões derivadas das premissas conhecidas, pelo método lógico dedutivo, através da concretização progressiva ou de aproximações sucessivas, isto é, aprofundar os elementos particulares do processo económico e das relações que entre eles se estabelecem. A passagem dum nível superior para um nível inferior obriga a proceder a degraus sucessivos, a acrescentar condições cada vez mais detalhadas, a avançar passo a passo do mais abstracto para o mais concreto, isto para que o confronto com a realidade seja possível.

Por fim, é indispensável proceder à verificação pela prática. Esta verificação consiste em comparar os resultados obtidos com o desenvolvimento concreto e real do processo económico nas condições de observação consideradas, isto é, saber se há ou não conformidade entre as afirmações científicas e a realidade. Esta conformidade nunca será total, mas apenas aproximada. O processo económico pode ser ou não mensurável. No primeiro caso podemos ter uma verificação estatística. Quando não é quantitativamente mensurável, a verificação apresenta-se essencialmente como descritiva ou histórica..

O método histórico consiste em analisar todas as etapas da constituição, desenvolvimento e formação dos fenómenos ou processos em estudo. Ao analisar a ordem e as causas do aparecimento dum dado sistema económico, da passagem dum modo de produção anterior para um novo modo de produção, torna-se viável explicar a especificidade e originalidade de cada situação económica e compreender com maior profundidade as leis detectadas pela análise lógica.

O recurso a métodos eficazes que permitam chegar a um conhecimento humano próximo da realidade é indispensável à Economia, como de resto a qualquer ciência. Um dos seus objectivos é facilitar a determinação das leis económicas, o seu carácter, o seu alcance histórico, a sua interferência nas diversas formações económicas e sociais. A prática é a base da força estimulante do conhecimento. É na acção prática que os homens deparam com as propriedades distintas dos objectos e dos fenómenos, muitas vezes incompreensíveis. Quando se produz um divórcio entre as teorias e os factos, são aquelas que estão erradas.

### 1.3 – LEIS ECONÓMICAS

Uma lei é a regra constante que expressa uma relação necessária, substancial, estável e repetida entre fenómenos naturais ou sociais. O objectivo essencial da ciência consiste na procura e na ordenação das leis da natureza ou da sociedade. Para as poder definir e aproveitar, aumentando assim o seu bem estar, o homem necessita de as descobrir. As leis do desenvolvimento social aplicam-se apenas à actividade humana, não existindo fora dela. Tanto umas como outras manifestam-se e actuam sem influência da nossa vontade e independentemente da consciência relativa da sua existência. Isto não significa que, depois de as conhecerem, os homens sejam incapazes de se servirem delas no interesse da sociedade e de as utilizarem na prática em seu benefício.

As leis económicas aplicam-se a relações sociais. Porém, existem vínculos e conexões entre o homem e a natureza. Na produção há relações materiais e dependências determinadas pelas leis regulares da natureza, pela sua manifestação no sistema tecnológico e no desenvolvimento das forças produtivas. Ao contrário do que acontece com as leis das ciências naturais, as leis económicas têm uma vigência menor e, em geral, não operam senão durante um certo período histórico.

Na observação da actividade económica verifica-se que certos fenómenos se repetem e apresentam com regularidade um comportamento idêntico quando as condições são igualmente idênticas. O conhecimento desta regularidade permite a determinação de leis próprias, as tendências de mudança e desenvolvimento da sociedade. O valor científico das leis sociais ou económicas mede-se pela frequência com que as previsões são confirmadas pelos acontecimentos reais.

Pode-se considerar a existência de leis económicas de dois tipos:

- Leis gerais válidas para qualquer estágio de evolução da sociedade;
- Leis específicas, próprias de cada modo de produção ou duma só formação sócio-económica.

As leis gerais resultam das relações que se verificam de modo constante entre as diversas categorias económicas. Entre as forças produtivas e as relações de produção existe uma interacção contínua, tanto na passagem dum modo de produção para outro, como no contexto de cada um deles.

As modificações das forças produtivas originam transformações correspondentes nas relações de produção. Quando estas se atrasam em relação ao desenvolvimento das primeiras, entram o seu avanço e são necessariamente substituídas por novas relações de produção. As forças produtivas em crescimento reclamam a supressão das relações de produção caducas e o estabelecimento de novas relações capazes de contribuir para o seu incremento.

Por sua vez, as relações de produção exercem uma influência inversa activa no ritmo e no crescimento das forças produtivas, acelerando ou moderando o seu desenvolvimento. Dentro duma dada formação económica e social, surgem leis que resultam da acção recíproca da superestrutura sobre as relações económicas.

Estas conclusões originaram a definição duma lei económica geral, descoberta por Karl Marx em meados do século XIX. As investigações históricas e económicas posteriores confirmam a sua validade.

*“Há uma correspondência entre a natureza das relações de produção e o carácter e o nível do desenvolvimento das forças produtivas”*

Esta correspondência nunca é absolutamente total e constante. Quanto mais completa, melhor se desenvolve o processo produtivo. A mudança das relações de produção provoca, por sua vez, alterações nas relações sociais, na natureza das instituições e na sociedade em geral.

O processo económico não se desenvolve de modo idêntico em todas as regiões ou nas mesmas épocas históricas, mas na sua evolução ocorrem formas semelhantes que conduzem à definição de leis económicas. Para isso é preciso conhecê-las em concreto e partir dos fenómenos para as leis.

Há inevitavelmente diferenças entre as leis económicas específicas, definidas para uma sociedade baseada na propriedade privada ou para uma sociedade assente na propriedade colectiva dos meios de produção; do mesmo modo, são diferentes as leis económicas para uma sociedade onde prevalece a produção de bens de subsistência ou para outra onde prevalece a produção mercantil. É o caso, por exemplo, da conhecida lei da oferta e da procura.

As leis económicas servem para fins práticos e, quando são aplicadas à prossecução de um determinado fim, transformam-se em regras. A aplicação destas regras é tarefa da Política Económica que se propõe influir no sentido desejado pelas classes dominantes, quando existem.

No sistema comunitário o desenvolvimento da humanidade decorreu com grande lentidão e as comunidades mantiveram-se total ou parcialmente isoladas. No entanto, o desenvolvimento destes povos obedeceu a traços comuns, apesar da falta de relações reais entre si e das diferenças históricas, costumes, tradições ou modos de vida. Esses traços comuns envolvem o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de natureza social. Este facto comprova cientificamente a existência de leis e regras comuns a que se submete a evolução e o desenvolvimento económico e social dos agrupamentos humanos, mesmo quando completamente isolados no tempo e no espaço. Toda a humanidade iniciou a sua actividade produtiva no sistema comunitário.

#### 1.4 – ACTIVIDADE ECONÓMICA

A actividade humana consiste numa acção ou acto consciente e intencional com objectivos definidos e o recurso a determinados meios e hábitos. Estabelece a ligação

real entre o homem e o mundo que o cerca, influencia a natureza, os objectos e outros homens.

Cada elemento relativamente concluído que visa executar uma tarefa simples denomina-se acção ou acto e contem duas facetas interligadas: a material, a natural, e a ideal que inclui a consciência, o pensamento. Qualquer acção material é constituída por determinados movimentos governados e regulados pelo seu objectivo. As acções de trabalho são um exemplo de acções materiais que visam alterar o estado ou as propriedades dos objectos do mundo externo.

A actividade humana realiza-se por meio da massa dos homens, no quadro dum determinado sistema de relações entre as pessoas, e como tal adquire o carácter duma actividade conjunta. A personalidade do homem manifesta-se no exercício da actividade, mas esta, ao mesmo tempo, participa na formação da sua personalidade no sentido do desenvolvimento dum sentimento colectivo e da capacidade de relacionar os seus interesses com os da sociedade, quando não são antagónicos.

A actividade económica consiste no conjunto dos actos realizados pelo homem que têm como objectivo a satisfação das necessidades, desejos e interesses do homem, particularmente através do consumo, mediante a produção, a distribuição e o intercâmbio de bens e serviços. Em condições históricas e civilizações semelhantes constata-se que as pessoas têm objectivos e intenções semelhantes. Entre as diferentes classes e grupos sociais, esse comportamento torna-se diferente e até antagónico.

A actividade económica concretiza-se no decorrer do tempo através do processo económico. Este assenta num conjunto de acções reais, com a produção como ponto de partida, que se repetem mas que não se manifestam da mesma maneira no decurso das diferentes etapas do desenvolvimento social. É influenciada por estímulos económicos e a reacção a esses estímulos consiste na adopção de meios cuja escolha depende da técnica aplicada e do nível de desenvolvimento material, social e cultural. Não é igual nos distintos povos e depende muito das condições geográficas e ambientais em que os mesmos habitam.

As actividades económicas desenvolvem-se em muitas categorias bem definidas e agrupáveis em actividades primárias, secundárias e terciárias. A proporção de cada uma destas actividades varia com os diferentes sistemas económicos. As primárias são quase exclusivas no sistema comunitário, tendem a reduzir-se no sistema pré-capitalista em benefício das actividades secundárias e, finalmente, no sistema capitalista predominam as actividades terciárias.

Em certas circunstâncias, a actividade económica é uma grandeza susceptível de ser comparada ou mesmo medida, tornando possível qualificar o ritmo e quantificar o volume do conjunto da vida económica no âmbito dum território e durante um determinado período.

O nível da actividade económica, ocorrido no passado e no presente, e a sua evolução, dentro dum período relativamente curto, constituem o que se designa por conjuntura económica. Esta pressupõe uma situação em movimento, com uma ideia mais ou menos explícita de previsão, relativa a um dado momento, que caracteriza um sector, um ramo de actividade, uma região ou um país.

O conjunto das fases da actividade económica formam um movimento continuo e repetido, denominado circuito económico. Este compreende por norma quatro elementos sucessivos: produção, distribuição, troca e consumo. O consumo suscita necessariamente uma nova produção e o circuito tem sempre de recomeçar. O movimento e a renovação incessante do processo de produção origina a reprodução de bens materiais, da força de trabalho e das relações de produção. A noção de circuito revela que os fenómenos económicos não resultam dum conjunto de processos paralelos, mas de operações interdependentes uma das outras.

A unidade económica é a célula da actividade económica e constitui o seu centro elementar de decisão. A sua constituição varia com o modo de produção. Para o desempenho regular da sua actividade, obter o que é necessário à produção e utilizar o que ela própria produz, depende das outras unidades económicas.

## 1.5 – EVOLUÇÃO ECONÓMICA

A evolução económica expressa a ideia de que os fenómenos económicos estão em constante mutação e num sentido determinado. Com efeito assim é. Podem distinguir-se duas influências que se interligam e incidem na evolução económica: uma histórica e outra orgânica. A primeira é provocada pelo exterior e resulta de mudanças extra-económicas que pesam sobre a economia. A evolução orgânica corresponde à ideia duma evolução interna dos próprios fenómenos económicos.

O conceito de movimento reflecte as mudanças que ocorrem no mundo objectivo, no tempo e no espaço. No campo económico o movimento assume uma forma particular de mudança, de natureza social e não biológica. A mudança económica ocorre internamente no processo produtivo e nas relações dele decorrentes. Estas mudanças evoluem de forma gradual ou contínua. Podem surgir etapas de rápido ou

lento progresso, este, por vezes, com períodos de estagnação. Em dados estádios surgem saltos, com súbitos avanços qualitativos que assumem um carácter revolucionário, mais evidente na esfera económica, mas que não deixa de influir na superestrutura.

O tempo reflecte a existência duma determinada ordem de acontecimentos objectivos que se sucedem duma forma irreversível. Em economia, o tempo corresponde à duração total ou parcial do circuito da actividade económica ou à duração das relações económicas sujeitas a mudança. Quando um movimento de longa duração afecta a evolução dum determinado fenómeno económico torna-se necessário o conhecimento da sua tendência.

A actividade económica e as relações económicas ocupam um espaço também em constante movimento com tendência para se ampliar e modificar, que se desenvolve no seu interior e entre os diferentes espaços económicos. As pessoas sentem-se delimitadas nas suas áreas. As diferentes condições naturais, a procura de meios de subsistência, a alteração dos meios de produção e das características da força de trabalho, são fontes da diversidade espacial e da ampliação dimensional dos próprios espaços.

Nas comunidades primitivas os espaços económicos e sociais coincidem com os agrupamentos humanos dentro dos quais se desenrola todo o processo produtivo, limitando-se as relações com outras comunidades a uma transmissão de conhecimentos, à dádiva ou à troca directa. Quando se modificam os processos de produção, distribuição e troca, diversificam-se e ampliam-se os diferentes espaços económicos, desenvolvendo-se entre eles novas formas de relacionamento e interacção.

A evolução das comunidades depende do meio ambiente natural, do nível de desenvolvimento económico, dos hábitos herdados, das necessidades adicionais adquiridas, das relações sociais, da cultura material e espiritual, no sentido mais lato do termo. Em suma do seu grau de civilização.

## 1.6 - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento económico traduz o progresso de carácter qualitativo num determinado espaço económico. Fundamentalmente resulta da permanente transformação dos recursos produtivos, das modificações inovadoras introduzidas no sistema produtivo e da conseqüente adaptação das relações económicas e sociais. É um efeito das constantes mudanças abrangendo o conjunto das estruturas económicas e

sociais. Sob a influência do aperfeiçoamento e desenvolvimento do modo de produção, do seu nível técnico, modifica-se a posição ocupada pelos homens na distribuição dos bens, evolui todo o conjunto das relações sociais, muda o modo de vida dos homens. Concretiza-se no aumento e na variedade dos objectos e serviços produzidos num período de tempo relativamente curto.

O desenvolvimento económico assenta nas modificações inovadoras introduzidas no sistema produtivo. Uma inovação concretiza-se quando resulta duma modificação qualitativa real, em consequência da aplicação prática duma nova técnica de produção, do uso mais eficaz ou intensivo dos recursos naturais, da energia ou da gestão das unidades económicas. A inovação reflecte-se na quantidade de produtos por unidade de força produtiva utilizada, ou seja, na produtividade.

O desenvolvimento económico é acompanhado pelo aparecimento de novas necessidades e interesses. A sua satisfação é inerente à conservação da estrutura alcançada e às mudanças que se seguem. A produtividade do trabalho constitui uma necessidade objectiva do desenvolvimento económico da sociedade.

A força motriz do desenvolvimento económico é a actividade dos homens dentro dum determinado sistema de relações sociais. A divisão da sociedade em classes é peculiar unicamente dos modos de produção que se sucedem ao sistema comunitário. Na sociedade anterior à existência de classes, esta força motriz coincide com o desenrolar do processo produtivo, assente no trabalho social colectivo. Numa sociedade baseada na formação de classes antagónicas, surge também como força motriz a intensificação da própria luta entre essas classes.

O processo de desenvolvimento é estimulado quando à transformação dos recursos produtivos se levantam dificuldades resultantes da organização social da produção e da distribuição. Em determinadas etapas, as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção ou com as relações de propriedade existentes. Cada uma destas etapas compreende o aumento permanente de elementos de progresso e, também, o enfraquecimento permanente, ou até mesmo o desaparecimento, de elementos de retrocesso ou estagnação. Nasce constantemente o novo e morre o velho.

O processo de desenvolvimento é um tipo de movimento que revela aspectos distintos:

1. Tem sentido no tempo, do passado através do presente e para o futuro;
2. Diminui a dependência da sociedade em relação às condições naturais;
3. Aparece sempre como algo de novo que não existia antes;

4. É empurrado por um estímulo de actividade capaz de superar fenómenos de estagnação;
5. É caracterizado por um conjunto de fases sucessivas irreversíveis, do simples ao complexo, do estágio inferior ao estágio superior;
6. Obedece a leis de desenvolvimento em geral e a leis específicas;
7. É caracterizado pelos conceitos de possibilidade e realidade, que se completam e estão estreitamente ligados entre si.

O conceito de crescimento económico assenta em modificações quantitativas do sistema produtivo num processo de longo prazo, que contam em si processos de desenvolvimento económico, ou seja, modificações qualitativas. Nem sempre o crescimento dá lugar ao desenvolvimento, mas havendo desenvolvimento inevitavelmente terá havido crescimento. Por sua vez, este só é possível e faz sentido se os obstáculos estruturais tiverem sido previamente ultrapassados.

As transformações quantitativas em dado momento dão origem a modificações qualitativas, da mesma maneira que modificações qualitativas conduzem, em certas épocas ou períodos a modificações quantitativas.

Os conceitos de desenvolvimento e de crescimento estão ligados à de progresso económico, que a par do desenvolvimento da produção, do carácter criador do trabalho, da técnica, da moderação da dependência dos recursos naturais, exige a melhoria das condições de vida das pessoas e das suas capacidades produtivas. Porém, o reforço da produção de bens ou serviços supérfluos, nocivos ou prejudiciais ao ser humano, como o material de guerra ou os produtos que envenenam o ambiente, os rendimentos mal distribuídos, podem ser admitidos naqueles conceitos, mas nunca considerados como progresso económico. Por sua vez, este é uma causa primeira, mas não a única, do progresso social.

## **2 - PRODUÇÃO**

### **2.1 – EM QUE CONSISTE A PRODUÇÃO**

A produção consiste em toda a actividade humana, consciente e intencional, resultante da aplicação da sua capacidade física ou intelectual, tendente a adaptar e transformar os recursos naturais ou os criados pelo próprio homem, com o fim de satisfazer as suas necessidades, interesses ou desejos sociais.

A produção tem por finalidade tanto a criação de objectos corpóreos, denominados bens materiais, como o exercício de acções incorpóreas, bens imateriais, ou a prestação de serviços. Sob o ponto de vista de económico, a distinção entre bens e serviços não tem significado, sendo todos considerados como produtos. Estes podem ser utilizados como meios de consumo ou como novos meios de produção.

Quando principia a criar e a utilizar instrumentos apropriados, o homem começa a distinguir-se dos outros animais, a passar duma existência meramente biológica e de rebanho para uma existência dominada por novas relações. Só o homem se revela capaz de exercer uma actividade inteligente com o fim de obter os meios necessários à sua subsistência, criar instrumentos de trabalho e colocar a natureza ao serviço das suas necessidades e objectivos. Adquire assim a sua qualidade de produtor.

A vida das populações converte-se então num processo de interacção do homem sobre a Natureza e desta sobre o homem. Tal processo influi na sua actividade e, por sua vez, a Natureza é modificada através do trabalho humano. Esta característica tem os seus efeitos naturais e sociais. O homem só vive e só pode viver agindo sobre a Natureza, dominando as suas forças e transformando-a. À medida que utiliza e conquista as forças naturais transforma-se também a si próprio. A produção tornou-se a condição básica para a sua existência, sem a qual a vida humana desaparecia, restando uma vivência semelhante à dos restantes animais. Em primeiro lugar, produzir é trabalhar.

O carácter social da produção está sempre presente, porque através do processo produtivo os homens estabelecem entre si determinadas relações, no sentido em que se associam e cooperam em quaisquer circunstâncias, não importando de que modo e com que fim. O seu modo de vida coincide com *o que produzem* e também com *como e para quem produzem*.

O conceito de produção é utilizado em dois sentidos, qualitativo ou quantitativo:

1. Como actividade destinada a obter um determinado produto, seja ele material ou imaterial;
2. Como actividade dentro dum determinado modo de produção ou sistema de relações sociais;
3. Como actividade tomada como um todo dentro duma determinada unidade económica, dum período ou espaço económico.

## 2.2 – PRODUZIR O QUÊ ?

Os bens que existem em quantidades praticamente ilimitadas, como o ar, a água ou a terra, podendo ser obtidos através duma apropriação espontânea, são denominados *bens naturais ou livres*.

Para serem considerados *bens económicos*, os bens materiais terão de possuir a característica de não existirem ou existirem em quantidade limitada em relação à necessária ou desejada, o que pressupõe um esforço humano para os obter ou modificar. Os bens criados por iniciativa do próprio homem são sempre bens económicos quando se destinam a uma utilização social e não apenas individual.

Actualmente os bens livres estão a ser cada vez mais raros, o que origina a sua transformação em bens económicos. Tal acontece com a terra em consequência da sua saturação ou apropriação; com o ar a exigir uma acção de purificação; ou a água poluída ou em quantidade insuficiente para a necessidade das populações em determinados locais.

A prestação de serviços não tem uma realidade física e assume a característica de total criação e elaboração humana. Os serviços prestados são bens económicos intangíveis, resultantes de acções dos homens que satisfazem necessidades individuais ou colectivas.

Os bens económicos permitem uma utilização directa ou indirecta. A qualidade e a quantidade dos bens produzidos varia com o grau de civilização e de cultura das populações, as regiões onde se produzem, com o modo de produção e as épocas históricas.

Os bens de consumo ou de uso, denominados bens directos, correspondem às necessidades imediatas do homem, não sendo utilizados no fabrico de outros bens. Podem assumir a característica de bens prioritários, indispensáveis à vida, tais como: alimentos, vestuário e calçado, abrigos ou habitação. Igualmente se integram neste âmbito outros bens obtidos para consumo final, mas cujo uso não é prioritário. Podem satisfazer necessidades artísticas, decorativas, culturais, ocupação de tempos livres, científicas, espirituais, etc.

Denominam-se bens de produção ou indirectos, os bens que permitem produzir outros bens e se destinam a serem utilizados no decurso de um ou vários circuitos de produção, caso das matérias-primas, dos utensílios, instrumento de trabalho, ferramentas, máquinas, conhecimentos científicos e técnicos, etc. Podem assumir a característica de bens intermédios quando se limitam a sofrer alguma transformação,

mas não atingem o nível de produtos finais. Estão neste caso o aço, o fio de algodão, etc.

Outra categoria de bens económicos relaciona-se com o aparecimento de excedentes de produção e de classes sociais. Entre estes incluem-se os bens de luxo, de prestígio, bens supérfluos, resultantes da criação artificial de necessidades, e até bens que são nocivos como a droga, o tabaco e outros artigos prejudiciais ao ser humano. Incluem-se igualmente nesta categoria produtos destinados a fins militares ou ainda os que têm por finalidade exclusiva a acumulação de riqueza ou obtenção prioritária de lucros, mesmo pondo em causa os critérios de utilidade ou nocividade. A definição destas várias categorias de bens não é aplicável a todos os sistemas económicos, dependendo do modo de produção em vigor numa determinada época ou lugar.

O uso ou a fruição de bens económicos pode ser individual ou colectiva, achando-se neste caso acessível a todo um grupo humano. Quando podem ser compartilhados por qualquer indivíduo ou grupo, mesmo numa área delimitada, os produtos assumem o carácter de sociais ou públicos. O oposto é constituído pelos bens privados, cuja posse ou consumo por parte dum indivíduo ou grupo impede qualquer outro de os usufruir.

### 2.3 – PRODUZIR PARA QUÊ ?

Naturalmente os produtos destinam-se a satisfazer necessidades individuais dos membros duma sociedade ou necessidades colectivas provenientes duma vida agrupada, estas também denominadas necessidades sociais.

Entre a produção e a satisfação das necessidades estabelece-se uma estreita interdependência. O desenvolvimento da produção dá origem ao aparecimento de novas necessidades e, por sua vez, estas suscitam a aparição de outras que acabam por influir na própria produção.

As necessidades consideradas primordiais devem ser satisfeitas de forma contínua e, quando atendidas, os indivíduos empenham-se em satisfazer as restantes. A fronteira entre umas e outras depende do género de vida e do nível de civilização. O progresso da sociedade tende a diversificar e a multiplicar as necessidades e os desejos.

Numa determinada época ou determinada região as necessidades económicas são função da estrutura da sociedade em que o homem vive. Diferem consoante o modo de produção, o meio ambiente, multiplicam-se em função do processo de trabalho, com o aperfeiçoamento dos meios de trabalho, a evolução dos meios técnicos e científicos.

Próximo da necessidade encontra-se o interesse que pode assumir um carácter individual, de grupo ou de classe. O interesse manifesta-se na ânsia de alcançar um determinado objectivo ou meta e nas acções tendentes à sua consecução.

Tanto as necessidades como os interesses intervêm como fonte de actividade e estimulam a actuar duma determinada maneira e dum determinado sentido. Este estímulo denominam-se motivações.

Como aptidão técnica para satisfazer uma necessidade, a utilidade possui um carácter objectivo. Para o economista possui ainda um carácter subjectivo, pois a utilidade varia conforme a maior ou menor intensidade da necessidade. Como úteis, sob o ponto de vista económico, são qualificados todos os bens ou serviços que correspondem a necessidades ou desejos independentemente de serem naturais, fictícios, imaginários, viciosos ou prejudiciais, desde que exista produção, distribuição e consumo, em suma, desde que exista trabalho.

No sistema comunitário a produção baseia-se no trabalho individual ou de grupo e realiza-se para seu próprio consumo ou troca accidental. Destina-se à satisfação directa das carências biológicas, culturais ou sociais. O mesmo acontece ainda nas formas de produção para auto consumo individual ou dum grupo humano fechado.

No sistema pré-capitalista, em que o produto se transforma também em mercadoria, dá-se uma rotura entre a actividade produtiva e o processo de satisfação das necessidades. A produção adquire uma nova finalidade, como meio de pagamento dum tributo, duma renda em espécie ou em dinheiro, ou como meio de troca.

No sistema capitalista, a lógica da produção não consiste apenas na obtenção de bens económicos destinados a satisfazer necessidades, mas também a forçar o consumo com o objectivo único da maximização do lucro. A motivação do lucro e da valorização do capital leva os produtores e comerciantes a suscitar desejos individuais ou colectivos prescindíveis. Inventam-se necessidades para estimular o consumo. Cria-se a chamada sociedade de consumo que contraria a noção ética de utilidade. A lógica da actividade económica altera-se, passando a produção e a obtenção do lucro a comandar o consumo e não o inverso. A actividade económica decompõe-se assim em duas espécies distintas conforme se destina a satisfazer as necessidades efectivas ou se destina à criação artificial de outras necessidades para provocar uma procura geradora de lucros e riqueza.

Pode inferir-se que a actividade produtiva não é apenas dominada pela satisfação das necessidades, mas também pela acumulação de excedentes e por interesses da

sociedade como um todo, das classes ou grupos sociais, definidos pela sua posição dentro de relações económicas e sociais determinadas.

#### 2.4 – COMO PRODUZIR ?

Com o fim de transformar os recursos naturais ou os recursos por si criados e os adaptar à satisfação das suas necessidades, o homem teve de utilizar as suas forças físicas, conhecimentos e faculdades intelectuais, num esforço que consiste na incorporação da sua força de trabalho. Com a sua atitude activa e consciente perante a natureza, simultaneamente prática e útil, o homem consegue transformar o mundo exterior e conquistar os seus próprios meios de vida.

Para agir sobre os objectos materiais e os transformar de acordo com os seus objectivos, o homem teve de criar meios de produção, constituídos pelos objectos de trabalho e pelos meios de trabalho. O conjunto destas acções humanas, que se repetem constantemente e caracterizam a actividade social de produção no decorrer do tempo, constitui o processo de produção e reprodução.

#### 2.5 – PRODUZIR PARA QUEM ?

Naturalmente que o produto final se destina à satisfação das necessidades ou interesses do próprio homem, o que se traduz no acto de consumo. Para isso terão de ser distribuídos entre os membros duma sociedade.

Os produtos podem:

- ser directamente consumidos por um grupo fechado de consumidores, comunidade ou família;
- dar lugar a uma troca directa entre comunidades;
- destinar-se à entrega coerciva a diferentes classes sociais;
- destinar-se a outros produtores para utilização como matérias-primas ou instrumentos de trabalho;
- destinar-se à troca indirecta, ou seja á sua comercialização, como fase intermédia, antes de chegarem ao consumidor.
- servir de intermediários em operações de cariz monetário ou especulativo.

#### 2.6 – O PRODUTO E O SEU VALOR DE USO

O valor de uso consiste na capacidade que um produto tem de satisfazer as necessidades sociais. É uma característica qualitativa, não sendo possível exprimi-lo

sob uma forma numérica ou compará-lo com outros valores de uso. Essa capacidade depende das qualidades do trabalho despendido na produção, das matérias, dos instrumentos e das técnicas utilizadas.

A utilidade proporcionada por um objecto é referida como contendo um valor de uso. Este realiza-se no consumo ou no uso, podendo aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, conforme o lugar que ocupa no processo de produção.

Os produtos, sejam bens ou serviços, quando úteis, têm sempre um valor de uso independentemente das formas sociais de produção. Quando um produto adquire a característica de se tornar um objecto de troca, ou seja, uma mercadoria, passa a estar representada por um valor mensurável de acordo com a quantidade de força de trabalho socialmente necessário à sua reprodução.

### **3 – PROCESSO ECONÓMICO**

#### **3.1 – O MEIO AMBIENTE**

O conjunto dos elementos onde o homem vive constitui o seu meio ambiente. Este inclui, basicamente, o meio natural e o meio artificial.

No âmbito da ciência económica, o meio natural não envolve todo o Universo, mas apenas aquela parte da Natureza na qual, duma forma ou doutra, o homem intervém no sentido de aproveitar e transformar os recursos naturais com vista a obter os produtos que necessita. A sua interferência no aproveitamento dos recursos naturais amplia-se com o desenvolvimento da sociedade. A exploração dos mares, do subsolo ou do espaço aéreo, ocorre ou expande-se quando as forças produtivas atingem um determinado nível na sua evolução.

A riqueza de recursos naturais constitui um elemento importante da actividade produtiva e, conseqüentemente, do potencial económico de cada povo. Porém, com o desenvolvimento do processo produtivo diminui, em termos relativos, a dependência das condições naturais.

O meio geográfico e ambiental onde o homem vive e actua inclui:

1. a superfície terrestre com os diferentes solos, mares, rios, desertos, montanhas, florestas, etc.;
2. as diferentes zonas climatéricas, com as suas alterações no tempo;
3. as fontes naturais dos meios de vida, com abundância ou insuficiência das diferentes espécies de animais e plantas, fauna e flora;

4. as riquezas provenientes da natureza geológica do subsolo, da energia solar ou do regime dos ventos.

A configuração do relevo do solo, a altitude ou a planície, facilitam ou opõem-se às comunicações entre as regiões, formando barreiras naturais; a localização da água, em redor da terra, à superfície ou no interior do solo, revela-se insuficiente nos desertos ou excessiva em regiões tropicais e equatoriais. Os oceanos separaram os continentes americanos e australianos durante milénios; o deserto do Sara dividiu o continente africano em duas áreas com evoluções distintas.

As alterações climáticas e das condições do meio geográfico e ambiental exerceram uma grande influência no desigual desenvolvimento económico, ao longo da história, influenciando o avanço de uns povos e o atraso de outros. Não se pode, porém, daí inferir que se trate duma condição determinante ou decisiva.

Os seres humanos têm revelado, ao longo de centenas de milénios, uma grande capacidade de adaptação aos mais variados ambientes, procurando sempre deles retirar o máximo proveito. Porém, o seu comportamento não tem sido determinado apenas pela influência do meio natural.

No processo de produção o homem adapta e transforma a natureza, criando um meio ambiente artificial. Dele fazem parte a fertilização das terras, a criação de animais, a plantação de plantas, os povoados, as cidades, os abrigos, os caminhos, os meios de transporte, etc. O aproveitamento das fontes de energia pode ter uma origem natural, como é o caso do fogo, do vento, da água ou da força dos animais domesticados, ou uma origem artificial como acontece a electricidade, a força do vapor ou dos processos químicos e nucleares.

A influência da natureza na sociedade tem um carácter espontâneo, mas a acção exercida pela sociedade sobre a natureza resulta sempre duma motivação consciente dos homens. Esta depende do nível das forças produtivas, do sistema económico e social ou do nível de desenvolvimento técnico e científico.

Com a intervenção excessiva da acção do homem cresce o perigo duma influência incontrolada sobre o meio natural, resultante do desconhecimento dos efeitos, da imprudência ou da ânsia do lucro.

### 3.2 – A POPULAÇÃO

Existe uma estreita relação entre as condições do meio ambiente geográfico e os problemas demográficos que se reflecte, não só nas zonas onde a humanidade teve a sua

origem, mas também na sua expansão através dos continentes, na procura de regiões de habitabilidade.

A maioria da população está ocupada no trabalho produtivo, sendo o principal agente da actividade económica. Como tal, esta actividade é influenciada pelo número de habitantes de cada região, pela sua densidade e distribuição territorial e, também, por condicionalismos básicos como a extensão das necessidades. Por sua vez, os factores económicos, como o modo de produção, a qualidade e a quantidade da força de trabalho, afectam o ritmo de crescimento das populações, a esperança de vida e mesmo as formas de agrupamento e movimentações humanas.

A aceleração do crescimento da população é estimulada durante a transição para um modo de produção mais desenvolvido e pela mudança das condições de vida. Por exemplo: a passagem da caça e da simples recolha de frutos e outros alimentos para a fase de domesticação e criação de plantas e animais, foi acompanhada de grandes saltos no aumento da população.

Nos tempos primitivos, com uma população muito reduzida, o meio ambiente e os recursos naturais eram praticamente ilimitados, mas também era ainda escassa a possibilidade do homem exercer a sua influência sobre a natureza. O crescimento foi muito vagaroso no período inicial da formação da sociedade. A procura constante de alimentos, de matérias-primas para a produção de meios de trabalho, de abrigos e ambientes favoráveis ao seu estilo de vida deu lugar a deslocações frequentes das populações ou à sua fixação, quando se lhe deparavam condições excepcionalmente favoráveis.

A capacidade de adaptação aos mais diversos meios ambientais, o excesso de população em determinados períodos e territórios, a procura de alimentos e, eventualmente, o estímulo permanente da descoberta e do conhecimento, conduziu o ser humano a grandes migrações e à sua expansão por todos os continentes. Estas deslocações ocorrem, num movimento contínuo e colectivo, ao longo de milénios e mesmo antes do início da produção agrícola que, aliás, contribuiu para fixar o homem à terra.

Em todos as épocas históricas, e mesmo na actualidade, têm existido povos em níveis muito diferentes de progresso social e a viverem em modos de produção distintos. A irregularidade na distribuição espacial das populações, ao longo do tempo, tem contribuído para o atraso de alguns povos em relação a outros.

As migrações, a dispersão por extensas áreas e os distintos graus de desenvolvimento económico e social determinaram influências recíprocas entre os diferentes povos, que assumiram as formas mais diversas, desde os meios de produção utilizados, os conhecimentos científicos e técnicos, as ideologias, as religiões, o comércio, os usos e costumes, até as guerras e conquistas.

### 3.3 - FORÇAS PRODUTIVAS

As forças de que se vale a sociedade para exercer a sua influência sobre a natureza e a transformar denominam-se forças produtivas e incluem como elementos básicos e fundamentais: o próprio homem, na qualidade de produtor, o objecto sobre que incide o seu trabalho, os meios de que necessita para produzir.

No processo produtivo estabelece-se uma interacção recíproca entre os elementos material e pessoal. O homem ao transformar a natureza, desenvolve as suas próprias faculdades e eleva o seu nível cultural. Com a experiência adquirida e os seus novos conhecimentos desenvolve novos meios de produção. Quando estes se materializam, alteram-se os seus hábitos e conhecimentos e conseqüentemente mudam as forças produtivas.

Simultaneamente, estabelece-se uma relação social entre os próprios homens quer por se tratar duma acção conjunta (na produção o homem nunca está isolado) quer por a sua actividade se destinar à realização dos seus próprios meios de vida. Esta relação influencia as formas de convivência e cooperação humana e o grau de desenvolvimento da própria sociedade.

As forças produtivas são ainda uma força adquirida, produto duma actividade prática anterior. Mas são também o elemento de maior mobilidade do modo de produção. Modificam-se continuamente na medida em que os homens aperfeiçoam sem cessar os seus meios de trabalho e usufruem da faculdade de acumular conhecimentos e transmitir experiências. O seu nível de desenvolvimento reflecte-se na quantidade e na qualidade, e até na modalidade, dos diferentes ramos de actividade económica. A progressão das forças produtivas afecta o desenvolvimento dos meios de produção, na produtividade do trabalho social e da preparação cultural e técnica do próprio homem. À medida que evoluem cresce a população e aumentam entre os povos as relações multilaterais.

Na história económica da humanidade têm-se verificado grandes mudanças nas forças produtivas e, conseqüentemente, nas relações de produção, que correspondem a autênticas revoluções económicas e sociais, tais como:

1. A mudança decorrente da passagem da economia recolectora para um novo modo de produção baseado no aparecimento da agricultura e da pastorícia e na criação e utilização de novos instrumentos de trabalho;

2. O aparecimento e formação de classes sociais que determinaram uma profunda alteração no comportamento e no modo de cooperação entre os indivíduos na prática produtiva e deu lugar à utilização do próprio homem como instrumento de trabalho;

3. O aparecimento duma produção não destinada à satisfação das necessidades imediatas do homem que gera os bens e assegura os serviços, mas à obtenção dum excedente destinado a manter a classe dos não produtores;

4. A criação de bens materiais tendo como finalidade a troca, ou seja, a produção de mercadorias;

5. O desenvolvimento comercial e dos transportes, o aparecimento de novas matérias-primas, fontes de energia e da moeda, que conduziu ao estabelecimento de intensas relações entre os grupos humanos e os diversos povos e a criação de centros populacionais urbanos;

6. A passagem dos instrumentos e ferramentas utilizadas no trabalho artesanal, para a maquinaria e a criação da indústria, mudança que corresponde à denominada revolução industrial;

7. A produção fundamentada na obtenção prioritária do lucro, invertendo o circuito económico da produção que passa a atender em primeiro lugar o consumo, e baseada na acumulação e rotação do capital;

8. A recente revolução científico-técnica, susceptível de conduzir a uma nova base económica e social apoiada numa produção amplamente automatizada;

9. O início da construção duma sociedade socialista capaz de influenciar a natureza do trabalho humano, o modo de cooperação, os objectivos e os meios de produção e, conseqüentemente, as características dos actuais elementos básicos das forças produtivas.

### 3.4 – O TRABALHO

O trabalho consiste no esforço humano consciente e intencional que utiliza as suas forças físicas, conhecimentos e faculdades intelectuais, com o fim de adaptar ou transformar os recursos à satisfação das necessidades ou interesses, ou seja, de produzir bens económicos. É um atributo exclusivo do homem, distinguindo-se da simples apropriação dos produtos da natureza, na medida em que implica a utilização de utensílios ou instrumentos, conhecimentos ou informações, que permitem o exercício da acção de um objecto sobre outro.

O trabalho diferencia-se das formas instintivas da actividade humana, no sentido em que adquire a feição duma acção orientada para um objectivo concreto. O homem não se limita a uma simples adaptação à natureza, mas também exerce sobre ela uma influencia activa, previamente imaginada e programada. Originariamente, processa-se apenas como uma acção entre o homem e a terra e os seus elementos, pela apropriação e transformação das matérias que podiam satisfazer as suas necessidades imediatas e que passaram a constituir os objectos de seu trabalho.

Por definição, o trabalho tem por objecto a produção de bens económicos. Porem, a sua intensidade está limitada ao nível de civilização em que se encontram as comunidades, factor que se reflecte no seu comportamento, quando não é determinado pela existência de classes dominantes.

No processo de trabalho, o homem foi adquirindo consciência da sua posição face à natureza, aprendeu a conhecer, embora de forma empírica, as propriedades dos diferentes objectos e materiais. É o próprio homem que, por sua vez, se transforma tanto física como intelectualmente, modificando assim as suas próprias características naturais. Modificam-se os seus órgãos, principalmente as mãos, e aperfeiçoa-se o cérebro. O desenvolvimento do cérebro permite acumular os conhecimentos adquiridos e transmitir informações sobre os modos de obter e utilizar os instrumentos de trabalho. O seu pensamento passou a exprimir-se através da linguagem e, mais tarde, da escrita.

Estas modificações deram lugar à passagem duma adaptação passiva em relação à natureza para uma intervenção activa. O trabalho pode caracterizar-se por uma acção directa e concreta ou por uma acção indirecta que, neste caso, se manifesta através do pensamento, dos conhecimentos acumulados, da capacidade de concepção ou pelo conjunto destas formas de actuação.

Num artigo, escrito em Junho de 1876, dizia-nos Friedrich Engels que o trabalho “é a primeira condição fundamental de toda a vida humana e, com efeito, num grau tal que, em certo sentido, temos de dizer: ele criou o próprio homem”

Desde os primeiros tempos da sua existência os homens tiveram de se agrupar e trabalhar em comum. O trabalho adquire assim um carácter social, sendo inconcebível fora da sociedade. Daqui resulta que o objectivo da actividade laboral deixa de ter apenas uma importância biológica, adquirindo um interesse social. É necessária à sociedade em geral e não a satisfazer apenas necessidades ou interesses individuais, de grupos ou de classes. No processo de trabalho os homens colaboram e ligam-se entre si. Este esforço colectivo, realizado segundo as relações que se estabelecem no interior dos grupos humanos, caracteriza o seu conteúdo social. O trabalho é a actividade principal e mais importante do homem. Toda a riqueza provem necessariamente do trabalho.

A actividade laboral influencia o desenvolvimento das relações sociais e, por sua vez, estas influenciam o aperfeiçoamento daquela actividade.

Entre os objectivos a atingir com a actividade laboral contam-se, entre outros:

- os objectos para consumo directo (alimentos, vestuário ou habitação)
- os utensílios utilizados no decorrer da vida diária
- os objectos necessários à produção (ferramentas, máquinas, edifícios, equipamentos, tecnologia)
- a energia (fogo, calor, luz, electricidade, movimento)
- os meios de informação (verbais, escritos, gráficos)
- os produtos culturais e de ideias (ciências, artes)
- acções que organizam a conduta e o próprio trabalho das pessoas (gestão, protecção, educação, saúde).

Por força de trabalho entende-se a capacidade possuída pelo conjunto de indivíduos que participam no decurso do processo económico, detentores das faculdades físicas e mentais já existentes no corpo humano ou adquiridas através da experiência e da formação de base acumulada de geração em geração. A força de trabalho aplicada no acto de trabalho concreto gera um produto ou serviço, criando um valor de uso. Trabalhar é despende força de trabalho.

### 3.5 –OBJECTOS E MEIOS DE TRABALHO

Os objectos de trabalho incluem todas as coisas, materiais ou imateriais, sobre as quais incide o trabalho do homem e que se destinam a ser adaptadas, transformadas ou criadas. Integram:

1. As matérias proporcionadas pela natureza, incluindo: a terra, solo e subsolo; a água dos mares, dos rios, dos lagos; a energia, o fogo; os animais e as plantas, quando úteis ao homem, etc.;

2. As matérias já submetidas a algum trabalho humano, sobre as quais o homem ainda tem de actuar para realizar a produção, sejam matérias-primas ou produtos semi-acabados;

3. Os meios de trabalho a criar ou aperfeiçoar;

4. A investigação, o poder criativo, a formação e informação do próprio homem;

5. Os serviços de natureza económica ou social a prestar aos indivíduos ou à comunidade.

Sob o ponto de vista económico, a terra, na qual a água está compreendida, apresenta-se com todos os seus elementos, como o objecto universal do trabalho humano. As coisas destacadas do todo terrestre são por natureza objectos de trabalho: as plantas colhidas, os peixes retirados da água, seu elemento de vida, o minério retirado do seu filão, a madeira cortada da floresta virgem, etc.

No processo de trabalho a actividade do homem opera uma modificação dos objectos de trabalho, através dos meios de trabalho, com um fim de antemão determinado.

Os meios de trabalho incluem todas as coisas com o auxílio das quais o homem age sobre os objectos de trabalho para os modificar e transformar. Conforme o seu objectivo, utiliza as propriedades físicas, químicas, biológicas energéticas das coisas, mesmo quando o seu conhecimento ainda é empírico.

Continuamente, o homem cria e aperfeiçoa os seus meios de trabalho e põe-nos em movimento. Por sua vez, através deles, cria os seus hábitos, experiência e conhecimentos. Cada nova geração dispõe dos meios de trabalho das gerações anteriores, aperfeiçoa-os e transmite-os às gerações seguintes, ligando o passado com o futuro. O desenvolvimento do homem não atinge limites naturais porque acompanha sempre a mutabilidade dos seus meios de trabalho.

Por sua vez, a alteração profunda dos meios de trabalho dá origem a alterações nas relações de produção e, conseqüentemente, de toda a estrutura económica da sociedade, o que leva Marx a escrever “As épocas económicas distinguem-se, não por aquilo que produzem, mas pela maneira como o produzem e com que meios de trabalho”.

Fazem parte dos meios de trabalho, entre outros:

1. Os instrumentos utilizados na produção, desde os paus de rebuscar e pedras lascadas às ferramentas, máquinas, equipamentos mecânicos ou electrónicos;
2. As construções destinadas a actividades económicas como abrigos, edifícios, armazéns, recipientes, estábulos, portos;
3. Caminhos, estradas, canais, animais de carga, gado de lavoura, barcos e outros meios de deslocação e transporte;
4. Os meios de captação, conservação, utilização e condução de energia;
5. Os meios de acumulação e transmissão de comunicação e informação;
6. Os conhecimentos técnicos e científicos acumulados ao longo da vida do homem e transmitidos entre as gerações;
7. Em geral, todas as condições materiais ou imateriais sem as quais a produção não pode ter lugar.

Como instrumentos de trabalho consideram-se os objectos extraídos da natureza ou os inventados e construídos pelo homem, quando utilizados na produção. A preparação e o emprego de instrumentos foi o começo decisivo de formação do trabalho humano e permitiu a passagem da fase de simples aproveitamento dos objectos oferecidos pela natureza. A invenção de instrumentos, criados pelo homem com um objectivo específico, constitui um primeiro progresso decisivo no desenvolvimento físico, intelectual e social do homem. A força criadora do homem está patente na criação de instrumentos de trabalho artificiais. O seu uso aumentou a sua independência em relação à influência do meio ambiente e alterou o modo de vida, o contacto e o relacionamento dos homens entre si.

Os primeiros instrumentos são simples, como os paus, as lanças ou os machados, mas tornam-se, com o decorrer do tempo, cada vez mais complexos. As ferramentas destinam-se, em princípio a intervir na obtenção ou modificação doutros meios de trabalho. O homem agrega as ferramentas aos seus órgãos naturais com o fim de os reforçar e só as movimenta por meio de esforço individual. Estas características diferenciam-nas das máquinas que deixam de estar vinculadas ao reforço dos órgãos humanos e movimentam-se no âmbito dum trabalho socializado. Os equipamentos automáticos, uma vez programados e comandados, actuam sem a interferência humana directa durante uma fase do período de execução.

A energia é um meio de trabalho que tem desempenhado uma participação fundamental na produção e que contribuiu para impulsionar o desenvolvimento económico em diversas épocas. Entre as suas fontes destacam-se:

- a energia motora do próprio homem e a proveniente dos animais de carga e de tracção;
- a energia mecânica e a cinética e potencial da água e do vento;
- a energia molecular ou química, proveniente do fogo ou do Sol;
- mais recentemente, a energia nuclear.

A linguagem oral assegura a comunicação entre as pessoas no trabalho e o contacto entre os povos. A linguagem escrita permitiu o contacto e o conhecimento entre comunidades separadas pelo espaço e pelo tempo. Assegurou ainda a acumulação, conservação e transmissão da informação adquirida.

Os conhecimentos científicos acumulados representam uma força produtiva indirecta e assumem a característica de força produtiva directa quando materializados como meios de produção. Os domínios da ciência e da produção aproximam-se e interpenetram-se.

A transformação da ciência em força produtiva directa significa que:

1. Os meios de trabalho e os processos tecnológicos passam a ser o resultado da materialização do conhecimento científico;
2. O conhecimento científico assume a posição dum componente indispensável da experiência e da cultura dos trabalhadores que participam no processo produtivo;
3. As próprias normas de execução da produção e os processos tecnológicos correspondentes se transformam em resultado da aplicação da ciência;
4. O próprio conceito de produção amplia-se, pois passa a incluir no processo produtivo a confecção de projectos, investigação, desenhos ou a realização de experiências laboratoriais, por exemplo.

Os meios técnicos ou científicos aplicáveis na produção permitiram o desenvolvimento dos processos e meios de transformação dos instrumentos e dos hábitos de trabalho e conduziram à melhoria da utilização dos bens e serviços. O aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos utilizados na produção, revela uma atitude activa do homem que se reflecte no aumento da produtividade e, conseqüentemente, no processo ininterrupto do desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, o desenvolvimento da própria técnica e o seu ritmo dependem em grande medida da produção.

### 3.6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Como vimos, o processo de produção compreende o trabalho, os objectos sobre que recai e, ainda, os meios utilizados. Estes componentes são heterogéneos na sua essência e a sua conjugação no processo produtivo pressupõe a existência duma organização e gestão. Estas tarefas, inerentes a todos os aspectos da vida social, não resultam apenas da actividade laboral, mas também da conduta social dentro do grupo humano, do modo de produção ou da posição dirigente da classe social dominante.

Desde os primeiros tempos da sua existência, os homens tiveram de se agrupar e trabalhar em comum. A actividade laboral é sempre uma actividade conjunta sendo inconcebível, sobretudo quando realizada em maior escala, sem o estabelecimento e manutenção duma certa ordem e organização. A característica social do trabalho pressupõe a determinação do lugar e das funções de cada indivíduo na colectividade.

Em qualquer grau de desenvolvimento em que a sociedade se encontre, a gestão ocupa um lugar proeminente no sistema de relações sociais internas ou externas. As primeiras estabelecem-se com o fim de conseguir a coordenação, a maior eficácia na actuação colectiva dos homens e o melhor relacionamento no processo de trabalho. As relações externas estabelecem-se entre as comunidades e resultam da necessidade da permuta dos produtos e conhecimentos provenientes da actividade económica das comunidades.

Dentro duma determinada estrutura, os mecanismos de influência na organização e gestão podem resultar de factores espontâneos ou, em simultâneo com estes, de factores conscientes, programados, relacionados com uma actividade para fins concretos.

A influência espontânea não depende de instituições sociais específicas. O seu efeito dirigente resulta do entrelaçamento de diferentes actos fortuitos, individuais ou conjuntos, muitas vezes contraditórios. Os homens não estão ainda em condições de intervir, de abolir ou submeter esta influencia aos seus interesses e objectivos. Quanto muito podem aperceber-se da influência do mecanismo, acelerando ou tornando mais lentos os seus efeitos, sem os dominar.

Na gestão consciente, os homens estabelecem e mantêm uma certa ordem na regulação da produção e, por consequência, na vida económica e social. O seu objectivo é assegurar a sua emancipação em relação à influência de factores espontâneos. Os factores conscientes desenvolvem-se com a caça e o começo duma divisão de trabalho,

apoiando-se nas tradições e costumes, resultantes duma acumulação de experiências transmitidas de geração em geração, e modificam-se com a adopção de novas técnicas ou conhecimentos científicos e até pela alteração dos próprios mecanismos de direcção.

A existência duma organização e gestão consciente assume um carácter histórico concreto, dependendo do modo de produção e, em particular, do sistema de relações económicas e sociais dominantes. Com a existência de classes antagónicas, concretiza-se em benefício da classe que exerce o domínio económico, sem isso significar que não perdurem influências espontâneas.

A capacidade de dirigir a actividade duma comunidade ou instituição reflecte-se no poder. As mais importantes decisões que determinam a actividade dum grupo são atribuídas ao líder, indivíduo ou grupo, a quem os seus membros reconhecem ou são forçados a aceitar o direito de as assumir.

### 3.7 – MEIOS DE DISTRIBUIÇÃO

A produção de bens é a etapa criadora do processo económico. O resultado desta actividade é objecto de distribuição entre os membros da sociedade. Na produção, o homem, através do trabalho social, modifica o que o rodeia criando bens e serviços; na distribuição, o homem aproxima os produtos dos indivíduos, para consumo próprio, ou dos grupos humanos, com vista ao consumo colectivo. Só se pode distribuir o que já foi criado. Neste sentido a distribuição segue sempre a produção e é determinada por esta.

A distribuição é também uma actividade económica que exige a execução dum trabalho e a existência de objectos materiais e serviços que se designam por meios de distribuição. As técnicas de distribuição vão desde os meios físicos à existência de meios específicos de transporte, do comércio e do mercado, quando estes já existem.

A distribuição assume formas diferentes de acordo com os instrumentos utilizados, os modos de produção e os diferentes graus de desenvolvimento económico. Isto significa que são as relações de produção que determinam as formas, o modo e a medida quantitativa da distribuição de produtos entre as pessoas, os grupos sociais ou as classes.

Num modo de produção não antagónico, a distribuição dos resultados da produção entre os indivíduos corresponde à partilha directa do que a comunidade produziu entre os seus componentes. Nas sociedades antagónicas, caracterizadas pela existência de classes sociais, verifica-se uma distribuição desigual, tanto qualitativa como quantitativa, e uma apropriação parcial dos bens e serviços produzidos. O

princípio da distribuição é, portanto, determinado pela forma de propriedade dos meios de produção.

### 3.8 – TROCA

A troca é o intercâmbio de actividade entre os homens, que se manifesta directamente na produção ou sob a forma de produtos resultantes do trabalho.

A troca pode assumir uma forma simples ou directa resultante da permuta de coisas originada pelo aparecimento de bens que não se destinam a um uso imediato ou da permuta de bens entre produtores já especializados. Neste caso é originada pela divisão do trabalho e pelo isolamento dos produtores ou das produções.

O carácter e as formas de troca dependem do modo de produção. Com o aparecimento das mercadorias mantêm-se algumas formas de troca directa, de mercadoria por mercadoria, ou surgem formas de troca indirecta, através da compra e venda no mercado por intermédio duma unidade de medida, de que resultou a criação da moeda.

Com o início da actividade comercial intensifica-se a produção de bens materiais não destinados a um uso imediato directo ou indirecto, ou seja, a produção de mercadorias. Estes bens são produzidos com a finalidade de serem lançados no mercado, para serem vendidos e usados posteriormente pelos produtores ou pelos consumidores, adquirindo assim a característica de bens mercantis, bens especificamente destinados à troca.

### 3.9 - CONSUMO

O consumo é o acto de satisfazer as necessidades ou desejos individuais ou colectivos ou o acto de utilização dos bens num novo processo de produção. Os bens criados são assim utilizados na sua fase final ou intermédia. Distinguem-se assim dois tipos de consumo: final e produtivo.

No processo de consumo final os bens são consumidos de imediato ou utilizados e consumidos duma forma duradoura. Estes incluem, a título exemplificativo, os produtos alimentares conservados, o vestuário, os artigos de uso doméstico e cultural, a habitação. O acto de consumo individual efectua-se fora da produção. É exterior ao processo produtivo. Ao consumir-se um produto extingue-se o circuito económico.

No consumo produtivo ou intermédio, os bens participam num novo processo produtivo como matérias-primas, energia aplicada, utensílios, ferramentas, máquinas e equipamentos, etc., ou seja, como meios de reprodução.

Só depois de criado o produto pode ser consumido. Mas o consumo promove novas necessidades que constituem um impulso para a criação de novos produtos.

Tal como as restantes categorias económicas, o consumo deve ser analisado tendo em consideração os modos de produção em vigor e as diferenças sociais de classe, quando existem. Hoje em dia há instituições que estimulam a criação artificial de necessidades com o objectivo de intensificar o consumo, embora não estejam ultrapassados os problemas de insuficiência de consumo, originados pela fome e a pobreza.

## **4 – RELAÇÕES ECONÓMICAS E SOCIAIS**

### **4.1 – RELAÇÕES ECONÓMICAS**

Por relações sociais entende-se as resultantes da cooperação entre indivíduos dentro da comunidade ou entre comunidades, em quaisquer circunstâncias, independentemente do modo como decorrem ou do fim a atingir.

As relações económicas são também relações sociais, mas que assumem forma por intermédio dos bens materiais e dos serviços. Reflectem a maneira como os homens produzem e distribuem os seus produtos num determinado modo de produção. Estabelecem-se entre os homens no processo directo de produção, mas abrangem também as restantes fases, inclusive, a de distribuição do produto criado, a da troca dos produtos e, finalmente, a do consumo. Todas estas fases diferenciam-se conforme estão ou não ligadas à apropriação dos meios de produção e dos produtos do trabalho.

Entre a evolução das relações económicas e sociais e a evolução das forças produtivas existe um relação dialéctica. As primeiras são influenciadas pelas segundas que, por sua vez, influenciam aquelas num sentido favorável ou desfavorável.

Estão compreendidas nas relações económicas:

1. As relações que surgem directamente no processo de produção;
2. As formas de distribuição dos produtos, ou seja, as relações de distribuição;
3. A forma, directa ou indirecta, como se processa a troca;
4. As formas de propriedade dos instrumentos de trabalho, de outros meios de produção e, ainda, dos próprios produtos do trabalho;

5. A posição de intervenção na produção dos grupos e classes sociais e as suas relações recíprocas e intercâmbio de actividades;
6. As formas de repartição dos rendimentos dos bens materiais e dos serviços;
7. As relações resultantes da aplicação de novas técnicas, dos excedentes de produção e da divisão social do trabalho;
8. As relações transmitidas de anteriores estruturas económicas mantidas pela tradição ou pela força da inércia.

#### 4.2 – RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Denominam-se relações de produção o conjunto das relações que grupos ou classes estabelecem entre si no decorrer do processo produtivo e que se concretizam através da actividade económica. A intervenção do homem na produção não é isolada, antes, reveste um carácter social

As relações de produção transformam-se com a alteração e desenvolvimento das forças produtivas a que estão organicamente ligadas e, por sua vez, agem sobre o desenvolvimento dessas mesmas forças. Constituem-se de acordo com a forma assumida pelos diferentes modos de produção, assentam no tipo dominante da propriedade dos meios de produção, na cooperação entre os membros da sociedade e na divisão do trabalho entre eles. Ao produzir os bens necessários à vida, os homens criam determinadas relações espontâneas, independentes da sua vontade e consciência, que correspondem às etapas de desenvolvimento das forças produtivas.

Na sociedade comunitária, os homens obtêm em conjunto os meios de existência necessários, constituindo uma colectividade de trabalho fechada. À medida que se desenvolvem novos instrumentos de trabalho, surge a divisão do trabalho e, com ela, o intercâmbio entre os diversos ramos e unidades de produção.

Numa determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas e da produção mercantil, os meios de produção e de distribuição ficam concentrados nas mãos de alguns membros da sociedade. A partir de então o processo de produção só se concretiza quando os proprietários desses meios e os produtores estabelecem entre si determinadas relações.

A mecanização e a automatização múltiplas, tendem a concentrar num todo complexos económicos que abarcam amplos espaços globais, provocando profundas alterações nas relações económicas.

Um dos objectivos do socialismo é transformar os meios de produção em propriedade colectiva, motivando nova alteração nas relações de produção.

#### 4.3 – EXCEDENTES DE PRODUÇÃO

O conceito de excedente envolve a fracção da produção social não consumida pelos produtores ou que, no termo do circuito produtivo, ultrapassa os consumos necessários à reprodução, sendo absorvida em geral pelas classes não produtivas.

Constitui um dos factores influentes nas relações sociais de produção. Com efeito, se a sociedade consagrasse todo o seu tempo de trabalho a produzir meios de subsistência, não teria qualquer possibilidade de se dedicar a outras actividades, fossem elas artesanais, artísticas, científicas, religiosas ou guerreiras. A existência de excedentes permitiu o aparecimento de indivíduos não ocupados inteiramente com a produção de bens essenciais. Deu lugar, ainda, a uma diversificação das actividades e ao início duma divisão social do trabalho.

Com o desenvolvimento económico a sociedade começa a produzir mais do que necessita para a sua subsistência imediata, num determinado período e espaço, o que se reflecte na criação de novas técnicas de armazenamento, conservação e renovação da produção nos períodos seguintes. Quando o excedente atinge proporções consideráveis, há saltos no desenvolvimento, por vezes acompanhados de contradições e conflitos.

No sistema comunitário os homens produzem uma quantidade extremamente insignificante, apenas suficiente para a manutenção da própria vida ou para cobrir as necessidades mais elementares, ou seja, o produto necessário.

À medida que se desenvolvem e aperfeiçoam as forças produtivas cresce a produtividade do trabalho e os homens começam a conseguir um produto suplementar, que excede o produto necessário.

A apropriação gratuita, por certos indivíduos ou grupos, do produto suplementar, deu origem ao aparecimento de uma classe de homens não directamente envolvidos, total ou parcialmente, na produção e vivendo à custa do consumo do produto suplementar criado por outros. O excedente da produção sobre o consumo conduz a uma inevitável definição da titularidade do controlo desse excedente e à tendência para a sua apropriação.

#### 4.4 – DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Por cooperação entre os membros duma sociedade entende-se a forma de realização dum trabalho conjunto e planificado, em que os diversos indivíduos participam no mesmo processo produtivo ou em processos diferentes mas interligados. Numa fase inicial a cooperação no trabalho representou uma acção comum para obtenção de meios de subsistência. Remonta a épocas muito antigas, sendo já praticada pelas comunidades primitivas que caçavam, pescavam e recolhiam os alimentos em conjunto.

Quando os homens trabalham uns para os outros, mas não realizam todos as mesmas tarefas, executando produtos diferentes ou partes de um mesmo produto, realiza-se uma actividade produtiva conjunta de divisão e cooperação no trabalho. Esta forma de actividade surge primeiro como uma divisão natural de trabalho entre homens e mulheres ou entre adultos, anciãos ou crianças. Com o desenvolvimento e diferenciação dos objectos e meios de trabalho, caminhou-se para uma especialização que se reflectiu no seio das primeiras unidades de produção. Mesmo nas suas formas rudimentares, a divisão do trabalho dá lugar a um sistema de relações específicas e permanentes entre os indivíduos que integram um grupo.

A divisão social do trabalho surge quando grupos de produtores realizam actividades específicas em consequência do avanço dum certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades. Conduz à formação de grupos especializados nas diferentes actividades produtivas e à obtenção de níveis de produtividade que permitem a criação de excedentes económicos.

À divisão social do trabalho alia-se a tendência para a apropriação, numa primeira fase, dos instrumentos de trabalho e, posteriormente, dos restantes meios de produção. Determinam-se relações sociais entre os indivíduos respeitantes ao uso e posse dos instrumentos, dos materiais e até dos bens produzidos.

A formação de grupos de pessoas com diferentes posições no processo produtivo é assegurada por formas de propriedade que acabam por conduzir à divisão da sociedade em classes sociais e por permitir a uma parte da sociedade explorar a outra. Manifestam-se as primeiras contradições entre os interesses individuais de grupos ou famílias e o interesse comunitário dos indivíduos que mantêm um intercâmbio entre si.

#### 4.5 – PROPRIEDADE

No sistema comunitário os objectos de trabalho, os meios de trabalho e os bens produzidos são colectivos. A posse individual limita-se aos bens de uso pessoal e aos utensílios e ferramentas utilizados pelo próprio produtor na sua actividade.

A propriedade surge quando, em determinado momento histórico, começa a verificar-se a separação entre os produtores de bens e os detentores privados dos meios de produção desses mesmos bens. Os produtores deixam de possuir os objectos e os seus meios de trabalho.

A propriedade é social, ou comunal, quando os meios de produção pertencem em comum a todos os membros da sociedade ou grupos humanos, o mesmo acontecendo com a utilização dos benefícios da produção.

Quando os meios de produção e distribuição, ou de troca, são propriedade exclusiva dum indivíduo, dum grupo de pessoas, duma classe social ou de parte da sociedade, a propriedade é privada. Aparece quando as forças produtivas atingem um nível suficientemente elevado que permite criar produtos excedentes para além do mínimo indispensável à satisfação das necessidades prementes em alimentos, vestuário ou habitação.

A propriedade não é um direito sobre as coisas, avalizado pela via jurídica, mas uma relação económica real entre os homens. As coisas apenas podem ser o objecto da apropriação. Como relação entre os homens, pressupõe a existência de um possuidor, que se apropria dos bens, dispõe deles, acumula-os ou utiliza-os num ou noutro processo de reprodução.

A propriedade dos meios de produção (incluindo a terra) converte-se num factor determinante do papel de cada um no processo produtivo e no destino do produto social. Constitui assim uma das bases em que assentam as relações económicas e sociais que se estabelecem entre os participantes na produção. Um meio de produção pode ser propriedade social num sistema de produção e privada noutro sistema de produção.

A propriedade privada marca a divisão da sociedade em classes e determina a posição relativa dos homens no sistema de produção social. Não se trata duma posse fortuita, mas duma posse protegida pelas normas da vida em comum reconhecidas ou impostas pela sociedade num sistema de classes antagónicas. Estas asseguram o direito exclusivo à propriedade através de, primeiro, usos, costumes e regras estabelecidas e, por fim, através de actos jurídicos formais, cuja defesa constitui a origem essencial do Estado. Surgem relações de domínio e de submissão que se traduzem na exploração do homem pelo homem.

#### 4.6 – CLASSES SOCIAIS

As formas assumidas pela divisão social do trabalho e pela propriedade dos meios de produção deram lugar à diferenciação de grupos humanos segundo o seu nível de intervenção e domínio na actividade produtiva, estabelecendo as bases duma estratificação social, que originou o aparecimento de classes sociais.

O aparecimento da divisão da sociedade em classes acompanha os modos de produção dominantes, sendo muito variável no espaço e no tempo. Só no final do modo comunitário de produção alimentar, já em fase de transição e onde teve lugar, surge a diferenciação entre camadas sociais com maior intervenção na actividade produtiva, ainda duma forma embrionária. Manifestou-se primeiro em zonas de maior fertilidade agrícola, próximas dos vales dos rios Iang-Tse-Kiang e Hoang-Ho, Nilo, Tigre e Eufrates, Ganges, ou seja, há pouco mais de uma dezena de milhares de anos.

Nem todos os grupos sociais são classes. Como muito claramente definiu Lénine “Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao facto de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social”.

Estes grupos de pessoas assumem posições antagónicas, porque os seus interesses são irreconciliáveis. As classes que se apoderam dos excedentes, dos meios de produção e os utilizam para se apropriarem do trabalho alheio são exploradoras e as classes que ficam privadas de disporem desses meios são exploradas. Esta divisão torna mais profundas as contradições entre as classes. As posições opostas originam a luta de classes que está presente em toda a história da humanidade, após a desagregação do sistema comunitário. Esta luta atinge todas as esferas da vida social, desde a actividade produtiva até à consciência social, passando a constituir uma das forças motoras mais importantes da história.

Numa sociedade estratificada, as classes sociais dominantes ocupam um lugar diametralmente oposto às restantes, impõem as suas próprias instituições e ideias, detêm o poder material e, ao mesmo tempo, o poder espiritual, dominam a estrutura económica, social e política, constituindo o Estado a coluna vertebral da sua estrutura. A

divisão da sociedade em classes resulta de causas económicas, que se reflectem no regime político e social e, também, na vida espiritual.

Nem todos os grupos sociais são classes antagónicas. Podem usar e possuir meios de produção próprios e não explorar o trabalho alheio: camponeses, artesãos, pequenos produtores, intelectuais e outras camadas que não ocupam um lugar de destaque no sistema produtivo. Não existe exploração quando a propriedade dos meios de produção e a sua utilização é colectiva ou, embora privada, pertence e é de uso comum por um grupo humano específico e, em geral, restrito e fechado.

O interesse da classe dominante tornou-se um elemento impulsionador da produção, na medida em que esta deixou de se limitar ao sustento da vida, passando a desempenhar uma função mercantil e de acumulação de riqueza.

#### 4.7 – GRUPOS SOCIAIS

Por grupo social entende-se uma comunidade humana colectiva, real e concreta, mas parcial, que começa geralmente pelo estabelecimento de relações ocasionais, de forma empírica, que se vão estruturando pouco a pouco. A sua existência manifesta-se por um determinado número de factores que caracterizam a sua dinâmica. Entre esses factores podem destacar-se:

- existência entre os seus elementos de um ou mais objectivos e motivações, que assumem a forma de conteúdo socialmente valioso para o exercício duma actividade contínua e conjunta, localizada num determinado tempo e espaço;
- padrões próprios de conduta e uma coesão que assegure a formação de relações interpessoais e a integração do seus membros no grupo;
- responsabilidades comuns pelos resultados de acções conjuntas;
- formas de circulação da comunicação, embora dependentes da natureza e do nível dos meios existentes;
- estrutura identificada com o conjunto de funções assumidas pelo grupo;
- organização que implica a definição dum aparelho de orientação e controlo.

É frequente a existência dum comando formado por indivíduos escolhidos segundo determinados critérios que variam com o tempo, a dimensão e o objectivo do grupo. A responsabilidade de velar pelo cumprimento das funções de comando é atribuída, por vezes, à figura dum chefe ou líder, que assume o topo da hierarquia, e a quem os demais membros reconhecem ou aceitam o direito de tomar as decisões que

afectam os interesses do grupo, determinam a orientação e a sua actividade. Em muitos casos a figura do líder limita-se a representar o grupo.

A posição e a actividade destes grupos não decorre de relações de propriedade dos meios de produção, pois de contrário assumiam a característica de classes sociais com posições antagónicas. Podem dedicar-se a uma actividade económica ou a funções e objectivos doutra natureza. Porém, mesmo neste casos, as relações de produção exercem uma importante influência.

No decorrer da sua existência, os homens formaram comunidades baseadas num interesse comum: rebanho primitivo, clã, tribo, família, parentesco, aldeia, oficina artesanal, etnia, colectividade, igreja, etc. Esse interesse pode ser apenas social, económico ou sócio-económico. Este último é em geral predominante.

A comunidade é a célula básica da sociedade humana, pequeno organismo mas com fortes laços no seu funcionamento interno, que se manifestam sob a forma de conteúdo social e individual. Os seus componentes identificam-se pelas mesmas motivações e responsabilidades na actividade conjunta. Ao conceito isolado do “eu” ou do “nós” contrapõe-se o conceito colectivo de “nós”. Este é um aspecto fundamental para entender o sistema comunitário.

## **5 – ESTRUTURAS ECONÓMICAS E SOCIAIS**

### **5.1 – MODO DE PRODUÇÃO**

O modo de produção é formado pelo conjunto das forças produtivas e pelo conjunto das relações de produção, na sua interacção, num certo estágio de desenvolvimento.

A actividade prática dos homens e os seus estímulos originam a constante modificação e o desenvolvimento permanente das forças produtivas. Estas evoluem com maior rapidez e influenciam as relações de produção, que todavia não se comportam como um elemento passivo. Exercem, por sua vez, uma influência activa no desenvolvimento das forças produtivas, acelerando ou amortecendo o seu avanço.

Para reconhecer a forma específica de cada modo de produção é indispensável recolher os numerosos dados que os distinguem, proceder a uma cuidada observação e análise e optar pela adopção do método já descrito para conseguir extrair e verificar as conclusões adequadas. Tais dados não podem ser deduzidos de um esquema abstracto, mas através duma análise dum elevado número de variáveis empíricas.

Entre os dados a recolher e observar contam-se:

- o nível de desenvolvimento das forças produtivas, que envolve a força de trabalho e os meios de produção existentes, com relevância para os instrumentos e a técnica adoptada;
- a propriedade dos meios de produção e os direitos de cada grupo ou classe sobre esses meios;
- o tipo de relações de produção existentes entre os membros da sociedade e o papel de cada um no processo de trabalho;
- o objectivo da actividade económica, conforme se destina a satisfazer necessidades e interesses dos produtores, dos que se apropriam dos excedentes, dos mercadores ou dos capitalistas;
- a repartição do produto do processo de trabalho entre os membros da sociedade, ou seja, a ordem de grandeza, a forma, a utilização e a apropriação do excedente económico;
- a continuidade do processo de produção no decorrer do tempo, ou seja, como está assegurada a reprodução social.

Em cada época podem existir, ao mesmo tempo, vários modos de produção, embora um deles assuma a posição dominante. Enquanto que em determinados espaços se mantem um modo de produção, noutros o desenvolvimento das forças produtivas e o estágio das relações sociais definem novos modos de produção.

Cada modo de produção, na fase de declínio da sua evolução reduz as suas potencialidades, começando a surgir contradições internas, freadoras do seu possível desenvolvimento, face à natureza das novas forças produtivas e aos efeitos nas relações sociais de produção.

## 5.2 – ESTRUTURAS ECONÓMICAS

Os fenómenos sociais que nos rodeiam são constituídos por numerosos elementos, cuja totalidade não se reduz à soma das partes e, pelo contrário, existem entre eles relações ou ligações de interdependência e solidariedade. Ao conjunto relativamente estável, interactivo e organizado desses elementos dá-se o nome de estrutura. As estruturas podem variar conforme dependam de causas exteriores ou da sua própria evolução interna. O lado externo da estrutura chama-se a sua forma e o lado interno denomina-se conteúdo.

A estrutura económica da sociedade é constituída pelo conjunto das relações de produção, a sua forma, que corresponde a uma determinada fase das forças produtivas, o seu conteúdo, num período e num espaço determinado. Assenta na base económica de cada modo de produção, ou seja, no conjunto das relações de produção predominantes numa dada formação social, em função do nível das forças produtivas.

A estrutura social é constituída pelo conjunto dos grupos sociais e pelas suas relações. Entre os seus elementos integram-se as camadas e grupos sociais, as classes, os estados, os grupos profissionais, as comunidades étnicas, as tribos, as nações, os grupos etários, etc. As diferentes estruturas sociais andam de mão dada com a produção e os meios de produção. As mudanças económicas não podem deixar de influir nas estruturas sociais. Por sua vez, a interferência humana tem consequências na manipulação dos acontecimentos naturais e na sua evolução, acarretando a transformação da base económica.

Chama-se superestrutura da sociedade ao conjunto das estruturas no seio das quais se desenvolvem concepções ideológicas, jurídicas, políticas, éticas, artísticas, científicas, religiosas, assim como, organizações e instituições, que estão em correspondência com as relações de produção existentes. O desenvolvimento destas concepções assenta basicamente no desenvolvimento económico, mas todas elas reagem umas sobre as outras e sobre a estrutura económica. A superestrutura é uma força activa que estimula a actividade dos homens e, como força ideológica e material, possui a capacidade de influir em todos os aspectos da vida social.

Entre a estrutura económica e a superestrutura existe uma relação dialéctica, em que a segunda é dominada pela primeira que, por sua vez, influencia aquela numa forma activa. Em termos práticos significa que uma não subsiste sem a outra. O mesmo acontece entre as forças produtivas e as relações de produção, ou seja, dentro dum mesmo modo de produção.

### 5.3 – SISTEMAS ECONÓMICOS

Um sistema é um conjunto complexo de diferentes tipos de estrutura. Quando as estruturas estão organizadas de maneira coerente e lógica, ligadas entre si por relações relativamente estáveis e subordinadas às respectivas leis, formam um sistema. Tais estruturas podem ser económicas, técnicas, demográficas, políticas, jurídicas, sociais, mentais, etc.

O sistema económico reúne o conjunto de relações ou de instituições que caracterizam a vida económica numa determinada sociedade, localizada no tempo e no espaço. Os sistemas económicos distinguem-se pela natureza das relações sociais de produção, da propriedade dos meios de produção, privada ou colectiva, e pela forma de repartição do produto, isto é, do rendimento do trabalho e da propriedade.

O conhecimento da evolução económica das sociedades revela a existência de sistemas que exigem um estudo aprofundado dos diferentes tipos de estrutura económica existentes num determinado período ou espaço. Não é viável definir e analisar os diferentes conceitos, a sua existência e particularidades, sem os localizarmos nas estruturas em que as relações sociais de produção se desenvolvem.

Neste estudo vamos distinguir quatro sistemas económicos baseados nas relações sociais de produção. São eles:

1. O sistema comunitário, formação primária sem existência de classes, assente nos modos de produção recolector e alimentar;

2. O sistema pré-capitalista, baseado na produção mercantil, na instituição da propriedade, na formação de classes antagónicas e na apropriação dum rendimento ou de excedentes;

3. O sistema capitalista, baseado no agravamento dos antagonismos de classe, na ampliação da propriedade dos meios de produção e assente numa lógica prioritária de obtenção de lucro, por efeito da acumulação de capital, e na especulação monetária e financeira;

4. O sistema comunista, a partir dum primeiro modo de produção com características socialistas.

A dinâmica dos sistemas demonstra como o funcionamento numa forma determinada de modo de produção conduz à transformação de certos dados que o caracterizam e originam o aparecimento dum novo sistema. A transição dum para outro é fruto dum processo contínuo de transformação, em que um novo modo de produção adquire uma posição dominante.

Cada sistema económico é produto da evolução do sistema que o precedeu. Mas, até agora, nenhum conseguiu substituir integralmente o anterior. Os diversos modos de produção, formados ao longo das épocas históricas, e nas diversas regiões, coexistem na actualidade, embora com aspectos particulares e específicos e a predominância transitória do sistema capitalista.

Nos sistemas económicos que se vão sucedendo, subsiste uma combinação de vários modos de produção, embora no seu seio exista um modo de produção dominante que influencia a articulação dos diferentes modos entre si. Na actual sociedade capitalista dominante subsistem sobrevivências da pequena produção comunitária, da produção mercantil e feudal, restos dos modos de produção anteriores. A produção mercantil simples manifesta-se como um modo secundário, mas ainda muito importante. O sistema capitalista contém, por sua vez, o germe dum novo sistema, o socialista. Este dá os primeiros passos, mas ainda numa posição pouco relevante.

A irregularidade do ritmo e desenvolvimento das estruturas económicas, tanto no tempo como no espaço, e conseqüentemente das superestruturas correspondentes, deu lugar à coexistência de novos modos de produção sem o desaparecimento integral dos anteriores. A coexistência num mesmo sistema de modos de produção diferentes tem sido denominada, por alguns autores, como economia dualista.

#### 5.4 – FORMAÇÕES SÓCIO-ECONÓMICAS

A formação sócio-económica é constituída pelo conjunto formado pelas estruturas económicas e pela superestrutura que se desenvolve na base do modo de produção dominante numa determinada região e numa determinada época histórica. É um tipo histórico de desenvolvimento da humanidade que se distingue por um conjunto de aspectos da vida material e espiritual. Envolve fenómenos económicos, jurídicos, políticos e outros tipos e formas de consciência social que contêm ideologias das diferentes classes e grupos sociais. As relações que se estabelecem adquirem diferentes processos de organização e instituição, entre elas, a estatal.

Lenine definia, com simplicidade e clareza, a formação sócio-económica “como um sistema de fenómenos e relações sociais unidos internamente e dependentes uns dos outros”

A mesma formação pode manifestar-se e desenvolver-se de diferentes maneiras nas várias regiões, mas os seus traços gerais, as regras de passagem duma formação para outra permitem formular leis gerais, sem excluir particularidade específicas ou desigualdades de ritmo e nível de desenvolvimento. Os povos não alcançam em simultâneo uma ou outra formação. A sucessão das formações sócio-económicas não é um esquema obrigatório, ao qual deve ajustar-se a história de cada povo. Uns povos atrasam-se no seu desenvolvimento e outros evitam formações inteiras.

A história da sociedade demonstra que o desenvolvimento das formações sócio-económicas assenta em dois tipos fundamentais de estrutura social: sem classes e com classes.

### 5.5 – REVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL

As sociedades humanas têm evoluído numa forma gradual e contínua, umas vezes com períodos de fraco crescimento ou até de estagnação, outras com etapas de rápido progresso, quando beneficiam de condições favoráveis. Estas mudanças, mais evidentes na esfera económica, podem caracterizar-se por uma evolução lenta, considerada normal, ou por uma transformação das estruturas existentes que se processa com súbitos avanços qualitativos, por vezes, realizada de forma abrupta e até violenta.

As mudanças sociais normais permitem modificações graduais em determinados períodos históricos. Podem ser motivadas pelo aparecimento e introdução de novas ideias, novos conhecimentos científicos e inventos tecnológicos, pela pressão social ou pela acção de personalidades ou elites sociais com características de liderança e influência. As suas motivações não põem, porém, em causa as estruturas existentes.

Entende-se por revolução social o salto qualitativo no desenvolvimento da sociedade originado pelo processo de transição numa estrutura para outra. Este processo de transição radica-se no conflito entre as novas forças produtivas e as relações de produção que já não lhes correspondem. A missão fundamental da revolução social consiste em solucionar este conflito e substituir o velho sistema económico por outro que se harmonize com as novas exigências. Não se traduz necessariamente numa mudança rápida, podendo levar um tempo imenso a realizar-se.

A revolução social é constituída por vários elementos com estreita ligação:

- a revolução económica que consiste no processo do aparecimento do novo modo de produção e a destruição do anterior;

- a revolução política que corresponde ao processo de mudança da superestrutura jurídica e política;

- a revolução cultural que envolve o processo de mudança da fisionomia cultural da sociedade e de profundas alterações na consciência social, na ideologia, na moral, no direito, na religião, na arte, etc.

Na revolução económica, as forças produtivas em crescimento e em mudança pressionam a modificação das relações de produção quando se revelam incapazes de

acompanhar as alterações ocorridas. Esta contradição constitui a base das revoluções sociais.

## **6 – SISTEMA COMUNITÁRIO**

No Sistema Comunitário podemos distinguir dois modos de produção:

1. O modo de produção recolector que se caracteriza por uma procura sistemática pelo homem dos bens necessários à sua subsistência, mediante a simples apropriação ou aproveitamento dos produtos que a natureza lhe oferece para se alimentar, tais como: frutos, grãos, raízes, crustáceos, insectos, animais selvagens. Para facilitar esta recolha produz e utiliza os primeiros artefactos e instrumentos de trabalho, ainda que rudimentares. A procura de alimentos obriga o homem a deslocações frequentes pelo que esta fase é, por vezes, denominada de nómada.

2. O modo de produção de bens de subsistência que se caracteriza por uma produção consciente, resultante da própria iniciativa do ser humano, já planeada e que altera profundamente as relações sociais no interior da comunidade e entre elas. A agricultura predomina como forma de produção, inicia-se a domesticação e criação de animais e plantas, novos instrumentos de trabalho são criados ou aperfeiçoados. Os meios de obtenção de alimentos ampliam-se e as populações tendem a fixar-se em espaços próprios, iniciando um modo de vida sedentário. O homem consegue adaptar, em certas condições, o ambiente às suas necessidades.

Apesar das diferenças antropológicas e das diferenças ambientais que os povos encontraram ao espalharem-se pelo mundo, muitos conservaram as características de um modo de vida comum, mesmo em períodos históricos muito diferenciados. As alterações entretanto surgidas no processo produtivo e o seu desenvolvimento foram-se reflectindo no comportamento, na estrutura e organização dos grupos humanos e, conseqüentemente, no tipo de relações económicas e sociais até então existentes. Na actualidade ainda persiste a existência de povos, em algumas regiões, que praticam as suas actividades produtivas utilizando meios primitivos e mantêm hábitos e costumes herdados das comunidades primitivas.

A base económica do sistema comunitário consiste:

- em assegurar a subsistência do indivíduo, integrado na sua comunidade
- no trabalho conjunto dos seus membros
- na posse colectiva dos meios de produção, limitada à sua comunidade

- na distribuição igualitária dos produtos conseguidos
- na ausência de divisão de classes e antagonismos sociais
- no começo da manipulação das condições naturais em benefício do homem.

Na forma de vida destas sociedades predominam a partilha colectiva, recíproca e solidária.

## II PARTE – ECONOMIA RECOLECTORA

### 1 – MODO DE PRODUÇÃO

A partir de data imprecisa, que eventualmente se situará a uma distância de mais de dois milhões de anos, o ser humano começa a revelar uma tendência para melhorar a satisfação das suas necessidades básicas, através da adaptação e utilização de materiais existentes na natureza, tais como: pedras, paus ou ossos. Não se limita a aproveitar estes recursos naturais, tomando a iniciativa de criar os primeiros utensílios destinados a um uso determinado e ao seu aproveitamento consciente na actividade quotidiana. Este comportamento, característico da espécie humana, distingue-o dos restantes animais.

A par dos utensílios usados directamente na colheita, captura e transporte de alimentos, o homem concebeu e criou instrumentos destinados a operações subsequentes, para com eles transformar os objectos originais, constituindo assim os seus primeiros meios de produção. Os primeiros instrumentos de trabalho eram pertença de toda a comunidade.

Esta acção premeditada do homem, já planificada e orientada, em usar as suas capacidades físicas, conhecimentos e faculdades intelectuais com o fim de adaptar ou transformar os recursos naturais, pressupõe já uma consciência dos fins da sua actividade e uma capacidade de prever os resultados futuros. Este esforço físico e intelectual do homem concretiza-se por intermédio do trabalho.

Com a utilização permanente de instrumentos de trabalho ampliaram-se as fontes de alimentação e começaram a surgir novas necessidades, como o vestuário e os abrigos. Os meios de subsistência são obtidos através da recolha directa duma maior variedade e quantidade de alimentos, ou através da caça e da pesca. À procura de alimentos juntou-se a busca das matérias-primas indispensáveis para a manufactura de utensílios e instrumentos de trabalho. O domínio do fogo contribuiu para o avanço da técnica de preparação dos alimentos, a defesa contra animais predadores, o aquecimento e a adaptação a novos ambientes.

Para aproveitar os recursos naturais, usando os meios de produção entretanto criados, os homens trabalham juntos, caçam em grupos e partilham entre si as tarefas e os produtos recolhidos. Estes são repartidos dentro da comunidade, segundo um padrão

de solidariedade e reciprocidade. A actuação em grupo é indispensável para prover a sua alimentação e a defesa contra os ataques doutros animais. Não tem sentido a apropriação individual da terra ou dos meios utilizados na produção. Estes pertencem a toda a comunidade e são conjuntamente utilizados pelos seus componentes. Com os recursos disponíveis iniciaram-se e desenvolveram-se as primeiras relações de produção.

A necessidade premente de procurar alimentos e matérias-primas, originou uma lenta mas contínua deslocação do ser humano, quer dentro dum território determinado, quer ao longo dos diversos continentes. Essas deslocações assumiam, por vezes, uma característica sazonal, acompanhavam as movimentações das manadas, as mutações na fauna, na flora ou as mutações do meio ambiente.

Mesmo sem ocorrerem ainda alterações assinaláveis no modo de produção recolector, o homem foi-se fixando em todas as regiões e continentes revelando uma grande capacidade de adaptação aos mais diferentes meios ambientais e condições climáticas. Estas migrações permanentes, também reveladoras duma grande coragem, curiosidade e desejo de obter novos conhecimentos, foram facilitadas pelo número reduzido de habitantes e a extensão do território, deram lugar a alterações biológicas e ao desenvolvimento de novas necessidades, como cobrir o corpo e construir abrigos para defesa das intempéries ou das feras. Em consequência desta evolução, o homem teve de procurar novos materiais, criar novos meios de produção e alterar o seu processo de trabalho. Mantêm-se ainda, porém, as relações de natureza económica e social características do modo de produção baseado predominantemente na recolha de alimentos.

Onde se fixaram, os homens mantiveram-se sempre agrupados, constituindo comunidades que se mantiveram ao longo dos milénios, mesmo quando as condições geográficas e as alterações climáticas as afastaram ou isolaram, como é o caso dos continentes americano e australiano, ou o continente africano ao sul do Sara. Apesar deste afastamento, as relações económica e sociais evoluíram de forma semelhante em todos os territórios onde o homem se instalou temporária ou permanentemente.

Uma das características generalizada deste modo de produção é a existência de comunidades consanguíneas, sob um regime de matriacado, ligadas por vínculos de parentesco e por laços económicos e sociais. Uma outra característica essencial refere-se à dependência do homem em relação ao ambiente natural que o rodeia, sobre o qual ainda não exerce qualquer influência notória. Limita-se a aproveitar os recursos

naturais, flora e fauna, alguns materiais para adaptar para seu uso, a dominar o fogo, cobrir o corpo quando necessário ou a adaptar alguns abrigos para se defender das intempéries e das feras. Regista-se, entretanto, uma grande criatividade artística, um acumular de conhecimentos empíricos transmitidos através de gerações e uma tentativa de explicar os fenómenos naturais que o rodeiam.

O modo de vida, historicamente denominado de recolector, foi o único existente até ao advento da agricultura e da pastorícia. Com estas actividades surgiu um novo modo de produção. Porém, a caça e a recollecção mantiveram-se durante alguns milénios em simultâneo, existindo ainda na actualidade algumas comunidades que pouco alteraram o seu estilo de vida, sendo frequentes os vestígios de usos e costumes primitivos em povoados isolados.

A organização económica e social era bastante simples. O homem só tinha condições de existência num colectivo formado naturalmente e com relações de interdependência com os restantes membros da comunidade a que pertence.

## 2 – MEIOS DE PRODUÇÃO

### 2.1 – MEIOS HUMANOS

#### CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

As características físicas do homem, cuja evolução se verificou ao longo de alguns milhões de anos, constituíram um factor determinante para a realização de tarefas produtivas, que são exclusivas do ser humano.

A postura erecta e o aperfeiçoamento da locomoção bípede permitiram a posição vertical, a mobilidade do tronco e a libertação dos membros dianteiros. A modificação na posição da cabeça alargou o campo de visão e facilitou o controlo da acção das mãos. O bipedismo alterou completamente a arquitectura do cérebro, permitindo o aumento da capacidade craniana.

Os pés, onde o dedo grande perdeu a posição lateral, tornaram-se o principal órgão de propulsão. Desenvolveu-se a capacidade de transportar objectos ou alimentos a longas distâncias.

As mãos ficaram libertas da locomoção e as modificações físicas ocorridas passaram a ser utilizadas para agarrar coisas e projectar objectos com força e precisão, sob o controlo directo dos olhos e do cérebro. A possibilidade do polegar se poder colocar à frente dos restantes dedos transforma a mão num instrumento próprio que

actua como uma ferramenta adequada às tarefas laborais. A mão exerce uma função intermédia entre o cérebro e o objecto e, ainda, uma função especializada e activa do tacto, proporcionando conhecimentos valiosos das propriedades dos bens materiais. A utilização simultânea das duas mãos permite uma coordenação de movimentos em acções complementares.

O desenvolvimento gradual do cérebro e a capacidade de controlar os movimentos constituíram um requisito indispensável ao aproveitamento e criação de utensílios e instrumentos de trabalho. A aptidão intelectual adquirida permitiu ao homem aproveitar de forma útil os bens da natureza, não se limitar a repetir os processos de vida, desenvolver a sua imaginação e desencadear o progresso técnico. A memória cerebral permitiu acumular e transmitir informação às gerações seguintes sobre os modos de trabalho, o fabrico de instrumentos, o mundo circundante ou os hábitos de vivência colectiva.

A possibilidade da emissão de sons e por fim da fala resultou da evolução gradual da laringe, dos lábios e do aumento da capacidade cerebral numa zona especializada. Os homens, na sua actividade conjunta, tinham algo a transmitir entre si. O domínio da linguagem tornou-se um factor importante do processo produtivo.

Com a actividade laboral o próprio organismo dos antepassados adaptou-se às condições do meio e ao próprio trabalho. Este exerceu uma grande influência no seu desenvolvimento físico e mental. A mão sendo um meio de trabalho é também um produto dele. A busca de alimentos e, em especial, a caça estimulou o desenvolvimento e a adaptação dos diferentes órgãos.

As transformações físicas do ser humano, a coordenação do cérebro e da mão, o desenvolvimento dos sentidos e da consciência, da faculdade de abstracção e raciocínio, desencadearam uma superioridade técnica e deram um impulso à actividade produtiva e ao aperfeiçoamento da vida em sociedade que iria determinar o futuro da Humanidade.

Não são sensíveis as alterações às capacidades físicas do homem no decorrer dos últimos cento e cinquenta mil anos. O “homo sapiens, sapiens”, assim denominado pelos antropólogos, é já considerado idêntico ao tipo de homem moderno. As diferenças ocorridas, não influenciaram de forma significativa o conjunto das faculdades físicas postas em acção pelo homem na actividade produtiva. Na África Oriental e Meridional, o “homo sapiens, sapiens” completamente desenvolvido surge entre 130 e 100 mil anos e é assinalada a sua presença na Ásia Ocidental há cerca de 50 mil anos.

## CARACTERÍSTICAS CULTURAIS E SOCIAIS

O objectivo fundamental das primeiras comunidades consistia na auto conservação e reprodução e tal objectivo só era possível através duma actividade colectiva coincidente com a própria estrutura social.

Para conseguir obter os seus meios de vida, tornou-se necessário ao homem o conhecimento perfeito do ambiente natural ao longo das estações, os hábitos dos animais e o conhecimento e selecção das plantas úteis à sua alimentação.

A construção e o uso de utensílios, de instrumentos de trabalho ou das armas a utilizar, sendo tarefa da comunidade, onde a divisão do trabalho é ainda muito rudimentar, exige a aquisição de conhecimentos por todos os habitantes que são transmitidos de geração para geração, especialmente aos jovens sujeitos a provas muito rigorosas de formação. Paralelamente, desenvolveram-se funções superiores, como a memória, a atenção e o pensamento abstracto. O homem revelou uma grande capacidade de criação de artefactos.

A difícil luta pela existência exigia do ser humano qualidades individuais, tanto físicas como intelectuais e morais, sem as quais seria impossível manter a sua sobrevivência. Era indispensável força física, capacidade de resistência, habilidade, transmissão de conhecimentos, criatividade e um grande espírito de solidariedade, colectivismo e sacrifício. O indivíduo, no seu comportamento, regula-se pelas normas, proibições e tradições da sua comunidade.

Mas, para além destas características individuais, essenciais para vencer as duras condições de vida, o homem teve de viver sempre agrupado com os seus semelhantes. A sua aptidão para assegurar uma vida em comum, ampliar e modificar as características da vida social, permite-lhe desenvolver a capacidade técnica, os hábitos sociais, o domínio do espaço e do tempo.

O vínculo indissociável entre o indivíduo e a comunidade permitiu ao género humano conservar-se a si próprio, sobreviver e criar as premissas imprescindíveis para a passagem à civilização. Tal vínculo foi determinante nas etapas iniciais do desenvolvimento da sociedade e na manutenção posterior de estruturas comunitárias, algumas ainda hoje existentes. Este espírito colectivista não elimina ou contradiz a necessidade duma chefia da vida em grupo, sobretudo na actividade de caça, que possivelmente remonta já a tempos muito antigos.

A linha materna era, e em muitas situações ainda é, a única considerada válida. A mulher desempenhava neste modo de vida um papel predominante, que nos tempos primitivos se encontrava difundido por toda a parte.

## TRABALHO

Com a actividade primitiva teve início o processo de formação do trabalho humano através da preparação consciente de utensílios e instrumentos usados na recolha ou preparação dos alimentos, na caça ou na pesca. Os recursos naturais são transformados em objectos destinados a utilizar na obtenção dos meios necessários à sua subsistência. Isto permite-lhe conhecer as suas propriedades.

As capacidades físicas e mentais do conjunto dos indivíduos foram, nesta fase, essencialmente aplicadas na obtenção de objectos para o seu uso directo ou necessários à sua actividade produtiva, na recolha dos alimentos, no aproveitamento consciente da sua energia física, manutenção e utilização do fogo, transmissão de conhecimentos e até na criação artística. Porém, na sociedade recolectora conta mais a força de trabalho humana do que os meios de produção exteriores ao homem.

A actividade laboral teve consequências decisivas para o próprio homem. O seu organismo adaptou-se não só às condições do meio, mas também aos efeitos do próprio trabalho. Os seus órgãos aperfeiçoam-se, designadamente as suas mãos e o seu cérebro. A sua atenção desenvolve-se e concentra-se nos instrumentos que ele próprio cria e, por conseguinte, na sua própria actividade. O tempo de trabalho limita-se, em geral, a assegurar a subsistência do grupo, inclusive dos que não podem participar da actividade laboral.

## LINGUAGEM E TRADIÇÃO ORAL

A comunicação não verbal inclui gestos, sons, entoações, gritos, mímicas, poses, risos, lágrimas, fogueiras, símbolos e outros sinais. Certamente a sua observação e utilização desempenhou um papel fundamental na transmissão de advertências, de conhecimentos ou de comandos.

Através da linguagem o homem consegue informar outros homens sobre o passado e o presente, e até prever acções a executar no futuro. Mas, além de meio de comunicação, a linguagem possibilitou a acumulação de conhecimentos, a compreensão mútua, a transmissão de pensamentos, recordações, experiências entre pessoas e

gerações e a organização de actividades produtivas. É um fenómeno social que exerce algumas funções muito importantes, como sejam: expressão do pensamento, intercâmbio de ideias, recordação e transmissão oral da informação.

A linguagem desenvolveu-se através de longuíssimos períodos, nem sempre em simultâneo ou a um ritmo constante, mas sempre em conexão com a evolução económica, cultural e social. Por vezes, desempenhou o papel de complemento ou substituto da acção.

A actividade laboral colectiva impôs a necessidade de comunicação entre os indivíduos. No processo de trabalho desenvolve-se uma actividade conjunta que estimula o aparecimento e o hábito comum da palavra articulada. A caça em grupo, a colheita de alimentos, a construção de abrigos, a experiência acumulada na produção, a vida em grupos mais organizados, foram factores que influenciaram o modo e a capacidade de criar meios de comunicação oral.

## POPULAÇÃO

Nos primeiros tempos de vida, que se prolongaram por alguns milhões de anos, os seres humanos viveram em bandos pouco numerosos, com grandes dificuldades de alimentação. As comunidades gentílicas eram relativamente pequenas devido à debilidade dos indivíduos ante as forças da natureza. Na maioria dos casos permaneciam isolados, recolhidos em limites estreitos, disseminados por territórios extensos.

A dependência do homem em relação ao meio natural força-o a uma movimentação com o fim de encontrar os meios indispensáveis à sua sobrevivência. Embora procurando tirar sempre o máximo proveito do seu local de fixação, é muito limitada a sua capacidade de exercer alguma influência sobre o meio ambiente. Daí a frequência das suas deslocações e, conseqüentemente, a prática do nomadismo. A vida dos caçadores é caracterizada pela instabilidade. A procura de caça e de recursos naturais não permite manter a sua fixação. Apenas os povos que adoptaram um regime de vida assente no consumo de mariscos, peixes e outros alimentos aquáticos constituem uma excepção, estabelecendo-se perto dum lago, rio ou mar.

Esta migração, permanente ou temporária, corresponde a uma forma de estilo de vida errante, facilitada pelo número reduzido de habitantes e a extensão do território sobre o qual a comunidade procura os seus alimentos. As deslocações são praticadas

duma forma sazonal, adoptando um ciclo migratório regular, provavelmente anual, dentro de territórios mais ou menos definidos, consoante o tipo de alimentos ou de animais a caçar. Os agregados humanos procuravam, assim, seguir as manadas e aproveitar em maior extensão os recursos vegetais nas diferentes estações do ano. As deslocações sazonais visariam também a costa marítima durante o inverno, mantendo-se os acampamentos no interior durante o resto do ano, junto de áreas propícias ao aproveitamento de recursos locais. Percorriam bosques, vales e ravinas em busca de frutos ou animais de pequeno porte. O seu objectivo era tirar o melhor partido da sua força de trabalho, movimentando-se pelas áreas com melhores recursos alimentares.

Além destas movimentações, motivadas pela procura constante de alimentos, os indivíduos percorriam extensas áreas à procura de matérias-primas destinadas à produção de artefactos. Assinalam-se ainda indícios de outras deslocações para contactos com outros povos e troca de objectos, designadamente decorativos.

Na Europa, segundo um ciclo anual, as deslocações regulavam-se sobretudo pelo movimento das manadas, o mesmo acontecendo na América do Sul ou na Austrália. A mobilidade dos povos do Sara é confirmada pelo uso de pedras provenientes de distâncias consideráveis. No Norte de África existem alguns testemunhos de movimentações em longas distâncias e uma rede de contactos entre grupos humanos. Na África Oriental observou-se a existência de colares, feitos de conchas marinhas, entre populações do interior.

A espécie humana não se limitou, porém, a deslocar-se dentro de espaços temporários definidos. Após ter permanecido confinado ao Sul e Leste de África, que pode ter sido o berço da Humanidade, o homem começou a afastar-se do seu ambiente, provavelmente há cerca de um milhão de anos, e a expandir-se por todo o Continente Africano, pela Europa, Próximo Oriente, Ásia e Indonésia, através dum lento movimento que se prolongou por algumas centenas de milhares de anos. A fixação na Austrália e Nova Zelândia deve ter ocorrido entre o 60 e os 40 mil anos aproximadamente.

Entre os 240 e os 40 mil anos ocorreram períodos de glaciação que atingiram altitudes muito baixas e que tiveram dois efeitos de sentido contrário em relação à expansão da presença humana em novos territórios do planeta. Por um lado, limitaram a presença humana, durante dezenas de milhares de anos no Norte e Centro da Europa e Ásia. Em contra partida, a retenção de grandes quantidades de água originou a descida considerável do nível dos oceanos (entre 100 e 140 metros), expondo ligações de terra

firme entre ilhas e continentes. Ocorreram então os povoamentos da América, da Austrália, da Nova Zelândia, dos arquipélagos do Sudeste Asiático. As ilhas japonesas ligaram-se por diversas vezes à terras continentais da Ásia. Em geral a regressão marinha deu lugar a um avanço da linha da costa.

O movimento migratório em direcção ao Continente Americano terá ocorrido, numa primeira fase, há cerca de 45 mil anos a partir do Leste da Sibéria, através do Estreito de Bering, durante o período que provocou o avanço das camadas de gelo e o abaixamento do nível do mar. As duas regiões permaneceram unidas durante algumas dezenas de milhares de anos. Porém, só há cerca de 15 mil anos se teria registado uma segunda fase migratória que garantiu e completou a fixação humana naquele continente.

Posteriormente, o processo de degelo, ao libertar a água proveniente da fusão das camadas de gelo e dos glaciares que cobriam as montanhas, provocou a separação de ilhas e zonas continentais e a submersão das terras baixas. Muitas populações ficaram isoladas e só retomaram o contacto entre si há quinhentos anos, após os descobrimentos dos caminhos marítimos. O istmo que ligava a Austrália à Tasmânia submergiu e os aborígenes viveram desde então totalmente isolados do resto do mundo. O Canal da Mancha abriu-se há cerca de 10 mil anos, acabando por desaparecer a língua de terra que ligava a Grã-Bretanha ao continente europeu.

Com a subida do nível do mar, as populações do lado da América ficaram isoladas e iniciaram a sua migração para o Sul, até à Patagónia durante os quatro mil anos seguintes. Estes povos tornaram-se os primeiros habitantes do continente americano e os seus primeiros descobridores. Com este avanço para o extremo Sul o homem quase completou o que se pode denominar como primeira ocupação de todas as terras habitáveis e economicamente utilizáveis.

A migração teve de ser lenta, não só devido à distância percorrida, mas também devido ao grande esforço de adaptação ao clima e ao meio ambiente. O homem aprendeu a viver em novos climas, conseguiu adaptar-se ao frio polar e aos rigores da glaciação, a estabelecer-se em zonas tropicais, nas estepes desérticas, nas florestas, no alto das montanhas ou nas vastidões asiáticas. A ampliação de zonas do mundo, até aí desabitadas, permitiu o aumento dos recursos naturais e, conseqüentemente, das populações..

O progressivo aquecimento, em algumas regiões, provoca a expansão das florestas, que abrigam grandes populações de animais selvagens, veados, aves ou outra

caça miúda variada. O homem teve de aprender a aproveitar para a sua alimentação tudo quanto era comestível, a conhecer as alterações da fauna e da flora.

Os avanços conseguidos nos meios de trabalho e nos meios técnicos foram determinantes à sobrevivência na passagem pelos diferentes ecossistemas. Os grupos humanos tinham de possuir o domínio do fogo, uma tecnologia eficaz de caça, de pesca e de colheita de alimentos, um princípio de organização na base duma vivência colectiva. Foram igualmente indispensáveis a produção e uso de vestuário e a construção de abrigos de acordo com as condições ambientais.

É pouco provável que a recolha de alimentos tenha sido a única motivação para a dispersão da espécie humana por todos os continentes. Trata-se dum tema que merece uma profunda investigação sociológica.

Há 20 mil anos a população do planeta não ultrapassaria provavelmente os 10 milhões de pessoas (aproximadamente a população de Portugal) espalhadas por todos os continentes. A quantidade de habitantes é muito escassa em relação à dimensão do território. O seu crescimento é muito vagaroso, dificultado pela lenta e difícil adaptação às condições naturais e ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. A densidade populacional só é mais notória nos círculos em que grupos humanos desempenham a sua actividade produtiva.

## 2.2 – MEIO AMBIENTE

Na procura de bens materiais indispensáveis à sua subsistência, os povos procuravam instalar-se, mesmo que temporariamente, em locais onde encontrassem uma suficiente fauna e flora, ou matérias-primas para o fabrico dos seus utensílios e instrumentos de trabalho. Daí a sua preferência por locais de estadia próximos dos lagos ou os vales dos rios, onde encontravam água, peixes, animais para caçar ou materiais aí depositados e conservados. Os rios proporcionam um ambiente muito rico de recursos tanto para recolha de plantas, como de peixe e moluscos de água doce. As oscilações dos cursos dos rios provocam alternâncias que fertilizam o solo.

A natureza do solo e o clima são dois factores influentes do meio ambiente. O homem conseguiu adaptar-se às condições de vida existentes em quase toda a parte com excepção das regiões terrestres com climas extremos ou excessivamente acidentadas. A localização das populações e a sua evolução são influenciadas pela existência de grandes desertos, maciços montanhosos, florestas densas, savanas ou estepes.

Após a última glaciação, a Europa e a América do Norte beneficiaram dum clima temperado, que influenciou a presença humana, a fixação da fauna e da flora. Nas zonas meridionais a pluviosidade tornou-se mais abundante e o aumento da temperatura média teria variado entre os 5 e os 8 graus centígrados.

A existência de menos água sob a forma de chuva pode ter transformado grandes áreas dos trópicos em desertos áridos. Um grande período de aridez, assinalado por baixos níveis de humidade, acção erosiva do vento, deslocamento de dunas, desaparecimento de lagos e de nascentes de água afectou o Norte de África, obrigando à deslocação, separação e adaptação de grupos populacionais. No Sara ocorreu uma grande alteração do seu clima. Entrou numa fase árida que forçou as populações a deslocarem-se para a sua orla. A sua evolução alterou-se conforme se retiraram para a proximidade do Mediterrâneo, se aproximaram do Rio Nilo, se fixaram no Centro de África ou se mantiveram e adaptaram à vida do deserto. Neste caso, os povoados situaram-se nas imediações de sedimentos arenosos, junto de lagos, cursos de água ou fontes artesianas, isto é, onde aparecesse água. Este facto veio a ter consequências relevantes no futuro do Nordeste Africano.

As flutuações climáticas motivaram um grande esforço de adaptação dos grupos humanos face às mutações de ambiente daí resultantes. Os locais de acampamento são alternadamente ocupados e abandonados. A variabilidade sazonal e o ambiente ecológico contam-se entre os factores que estão na origem de deslocações periódicas, temporárias ou até na origem da distribuição das populações. Na África Ocidental, os avanços e recuos das florestas provocaram alterações nas áreas abrangidas pelos pastos de savana.

A melhoria do clima contribuiu para um maior aproveitamento dos recursos naturais e de zonas até aí desabitadas. A temperatura da Europa subiu, embora lentamente, durante a última glaciação, com flutuações mais ou menos pronunciadas, o que facilitou uma cultura favorável, bem adaptada às condições ecológicas.

Nas suas deslocações para os novos territórios os povos tiveram de se adaptar ao clima e às condições dos diferentes ecossistemas. Consigo levaram as técnicas e os utensílios que usavam e foram posteriormente aperfeiçoados. A sua capacidade de adaptação permitiu a invenção dum número ilimitado de soluções, conduziu a alterações do regime alimentar e à criação de novas necessidades, como o vestuário e a habitação.

O abaixamento do nível do mar pode ter também favorecido a propagação da fauna por extensas áreas. Porém, a adaptação do ser humano nem sempre é partilhada

por outras espécies animais. Muitas migraram, algumas extinguíram-se, outras adaptaram-se a um novo ambiente. Estas mudanças reflectiram-se nos métodos de caça.

### 2.3 – MATÉRIAS PRIMAS

Numa primeira fase, o ser humano aproveitou apenas os factores naturais com o auxílio de meios muito rudimentares, pouco se diferenciando doutros animais. A pedra, o pau ou o osso foram utilizados no estado em que se encontravam antes de serem utilizados.

Como matérias-primas consideram-se os bens naturais ou os intermédios destinados a entrarem no processo produtivo, durante o qual se altera a sua natureza ou configuração. Um calhau só é considerado matéria-prima quando é trabalhado com o fim de ser transformado num instrumento cortante destinado a ser utilizado na produção de utensílios, a cortar madeira ou outros materiais.

Em geral o homem emprega a matéria-prima existente no local onde se encontra acampado ou na sua proximidade. Contudo, a investigação histórica demonstra que determinados tipos de materiais preferidos eram procurados mesmo em lugares distantes, por vezes a largas dezenas de quilómetros de distância, para aí serem recolhidos e transportados. Certas matérias-primas só poderiam ter sido obtidas por dádiva, troca directa ou no decurso de migrações.

Entre as matérias-primas de origem rochosa mais usadas podem-se destacar:

- rochas de origem siliciosa, como o silex que se encontra praticamente em toda a parte e permite obter gumes muito afiados por simples percussão e belos efeitos estéticos, o quartzo, com as suas diversas variedades e cores, o jaspe, a ágata ou a calcedónia;
- rochas eruptivas, como o basalto, que cobre grandes áreas de regiões continentais, ou a obsidiana, conhecida também por vidro vulcânico;
- rochas sedimentares, que constituem uma fina película à superfície da terra e são uma fonte importante de recursos minerais, como sejam o calcário e a argila, esta com a qualidade de manter a sua forma depois de seca e a característica de se encontrar largamente espalhada pelo mundo inteiro.

O ocre vermelho desempenhou um papel de relevo como matéria-prima utilizada nas primeiras produções estéticas. Trata-se dum pigmento natural que deriva doutro mineral, incluindo a argila castanha. Servia para pintar paredes, utensílios, o corpo e até cadáveres.

A simples remoção de seixos aglomerados, numa actividade de superfície, não pode ser entendida como exploração mineira. Tal remoção consiste na recolha natural de pedaços de rocha do chão e dos amontoados de seixos, ou das encostas dos montes. As pedras eram recolhidas directamente da camada superior do solo ou de depósitos muito pouco profundos. Eram fáceis de encontrar alguns minerais como a hematite, o caulino, o carvão e o ocre.

## 2.4 – UTENSÍLIOS E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Na procura de bens materiais para satisfazer as necessidades básicas, o homem aproveitou objectos que encontrava na natureza e criou outros por sua própria iniciativa. Para isso utilizou os seus braços e o seu cérebro. A manufactura de utensílios é exclusiva e característica da espécie humana. O seu uso permitiu a busca conjunta de alimentos, a apropriação ou aproveitamento dos frutos naturais, incluindo a caça e a pesca. Numa primeira fase, os objectos criados constituíam apenas um prolongamento do braço, um reforço e uma especialização da mão. Entre os primeiros utensílios, o mais utilizado teria sido o pau de rebuscar aplicável no solo para desenterrar raízes. Outros materiais, como o osso e a pedra, foram usados mesmo antes de serem aperfeiçoados.

Com os objectos feitos pelo homem, surgem os primeiros instrumentos para auxiliar o trabalho manual. Os materiais são escolhidos para serem utilizados como martelos para extrair outros pedaços, para os moldar de forma tosca ou para os adaptar a armas de arremesso grosseiras para a caça de animais. Há já uma intenção consciente e determinada na criação destes objectos. Os primeiros passos duma actividade manufactureira despontam quando o homem agarra em dois calhaus e bate um no outro com o fim de partir um deles e provocar o aparecimento dum ângulo cortante.

Ao longo do tempo, a técnica utilizada vai sendo aperfeiçoada e transmitida aos descendentes. A melhoria das operações manuais requeridas, o evoluir do controlo do cérebro sobre a mão e a escolha mais cuidada das matérias-primas utilizadas, permitiu o aumento da variedade e o aperfeiçoamento crescente dos instrumentos de trabalho.

A criação de instrumentos de trabalho está ligada aos primeiros indícios duma produção organizada, com as suas consequências no relacionamento social. Por sua vez, o seu uso destinado a auxiliar a satisfação das necessidades básicas deu origem ao aparecimento de novas necessidades. Pode concluir-se que a indústria se antecipou à agricultura e veio a exercer uma influência fundamental no futuro aparecimento do modo de produção alimentar. Novos tipos de operações manuais influenciaram a

variedade de instrumentos produzidos e a sua utilização e permitiu um avanço no controlo do cérebro sobre a mão. Os movimentos a executar tinham de ser cada vez mais precisos.

Os estudos arqueológicos assinalam uma homogeneidade notável nas formas dos utensílios, dos instrumentos e nas técnicas utilizadas para os preparar, nas diferentes regiões do mundo. Mesmo entre os povos que migraram através do continente americano elas não diferem das dos restantes continentes. As diferenças apenas residem na natureza dos materiais empregues e a variedade depende essencialmente das épocas, das tradições, dos usos a que os utensílios são destinados.

## 2.5 – MEIOS TÉCNICOS E ENERGÉTICOS

Há uma ligação entre os meios técnicos utilizados e as necessidades imediatas de sobrevivência, os materiais disponíveis no meio ambiente e o estímulo humano de aperfeiçoamento e redução do esforço desenvolvido.

A evolução da técnica manifesta-se com mais evidência na regularidade e na simetria das formas dos instrumentos. Há uma tendência para reduzir o tamanho dos instrumentos e os adaptar às actividades predominantes, como a caça ou a colheita de plantas.

Ao longo do tempo pode observar-se um refinamento das técnicas de manufactura. É notório o peso da tradição, mas o homem tem demonstrado uma grande capacidade de transmitir aos seus descendentes os conhecimentos tecnológicos adquiridos. A aptidão a viver em comum amplia a sua capacidade técnica.

Os processos técnicos utilizados, embora aplicados em épocas diferentes, não revelam diferenças sensíveis nas diversas regiões onde o ser humano se foi instalando, quer seja na África, na Europa, na Índia, na América do Norte ou do Sul.

## REFORÇO DA ENERGIA MUSCULAR

A força muscular do homem foi a mais primitiva forma de utilização de energia. Utilizando a sua força, arremessou pedras, lanças e setas, carregou com animais, pedras e outros materiais. Com a ajuda dum tronco, colocado por baixo a servir de ponto de apoio, fez movimentar blocos de pedra. Utilizando peças de madeira, apoiados na água fez deslocar barcos. A sua energia cedo foi reforçada através de técnicas que correspondiam, sem o saber, à força da gravidade, ao princípio da alavanca e da concentração de energia.

Com o efeito da percussão, o homem consegue aumentar o peso útil e repartir melhor o esforço produzido. A percussão aparece assim como uma importante via de progresso humano, através da acção dum instrumento sobre uma peça fixa ou do lançamento sobre a matéria a atingir. São exemplos do primeiro caso, o uso do pau de rebuscar, o atirar de pedra contra pedra, o uso de instrumentos com o fim de fragmentar, quebrar ou esmagar, furar, cortar ou talhar os materiais disponíveis. A percussão lançada amplia o alcance do objecto a atingir. A invenção do propulsor e depois do arco e da flecha, do arpão e do anzol, foram importantes êxitos do homem primitivo. Surge assim uma “máquina” já composta por dois elementos. O propulsor era constituído por uma curta haste feita de armação de veado ou madeira flexível. É ainda utilizado nos nossos dias para o lançamento de azagaias. O arco é um engenho propulsor na sequência da força humana do braço, que prolonga a maior distância a energia muscular. Surgiram assim armas de arremesso para matar presas à distância.

Estas técnicas permitiram a expansão da caça e da pesca e contribuíram para facilitar e ampliar a produção de instrumentos de trabalho.

## O DOMÍNIO DO FOGO

O fogo é um bem ou um mal da Natureza. Porém, não se encontra à disposição do homem como a água ou o solo. É preciso dominá-lo, conservá-lo, produzi-lo e utilizá-lo. Para isso é indispensável a utilização de técnicas muito específicas, que levaram muitos milénios a conquistar.

Os vestígios mais antigos do fogo, encontrados em África, datam de mais de um milhão de anos, mas não está provado que não seja ainda o efeito dum fogo ocasional que queimou algumas placas de argila. A primeira prova realmente convincente do domínio do fogo, até agora, data de há cerca de 460 mil anos, segundo os testemunhos encontrados numa gruta existente no Norte da China.

É possível que, numa primeira fase, o fogo não tivesse sido produzido mas apenas mantido e cuidadosamente guardado aceso, após um incêndio de arbustos ou árvores. O fogo só começou a ser produzido conscientemente pelo homem quando para obter bate uma pedra sobre um bocado de pirite ou esfrega dois bocados de madeira seca. Só então foram criadas as condições para o usar e controlar. A técnica de domínio e emprego do fogo constituiu um dos maiores êxitos humanos e representou um salto gigantesco no desenvolvimento das forças produtivas. Traduziu-se numa primeira grande vitória do homem sobre os elementos da Natureza e um enorme passo em frente

no aperfeiçoamento dos utensílios e instrumentos de trabalho e em toda a actividade produtiva.

Aproveitando a madeira como combustível, o homem consegue atear verdadeiras lareiras para o tornar disponível quando e onde pretende. Em muitas grutas, foram encontrados pelos arqueólogos depósitos de cinzas. Como fonte de calor, o domínio do fogo completou a vida nos abrigos durante os períodos frios. A sua utilidade, neste aspecto, depende do clima das regiões. As entradas das grutas e os acampamentos ao ar livre ficaram protegidos contra o meio ambiente e os predadores.

O fogo tornou-se vital como protecção contra a rigor dos invernos, sem o que não teria sido possível o avanço das populações originárias das faixas tropicais ou temperadas para as regiões mais frias. A sua deslocação não seria viável sem uma vital protecção contra o efeito da altitude ou dos rigores do Inverno. Só com o domínio do fogo foi possível o homem suportar as temperaturas das áreas próximas dos glaciares.

A utilização do fogo exerceu grande influência no modo de vida dos habitantes, na criação de novas necessidades. As populações aprenderam a cozer os seus alimentos, a aquecer os abrigos, a produzir recipientes pela moldagem da argila, a endurecer as pontas das seta, a proteger-se dos animais selvagens.

Como fonte de calor e de luz, o fogo pode ter constituído um centro de reunião ao possibilitar o convívio e o prolongamento dos trabalhos para lá do fim do dia. A atenção constante exigida pelo fogo e a influência atractiva podem ter contribuído para reforçar o sentido de comunidade dos grupos reunidos num abrigo.

Objecto de mistério, de temor e de veneração, o fogo foi também origem de mitos primitivos, de motivos religiosos, de prática de magia.

## OUTROS MEIOS TÉCNICOS

No aperfeiçoamento da produção de pedras lascadas o homem utilizou técnicas que marcaram um grande avanço para a época. A operação de talhe permitia a remoção de um ou mais fragmentos de lascas de um pedaço de matéria-prima. O uso da fricção é um dos mais antigos meios utilizados no retoque dos primeiros instrumentos em pedra lascada.

Em algumas regiões, por exemplo na Índia e no Paquistão, encontraram-se autênticas “oficinas” de talhe junto das fontes de matéria-prima, onde por vezes se situavam os próprios acampamentos.

Nas suas migrações o homem aproveitou a força energética proveniente da água. Os rios foram transformados em caminhos que concorreram com os percursos térreos. Cavalgando troncos de árvore e depois escavando-os com o auxílio do fogo, o homem procurou vencer os lagos, as correntes fluviais ou marítimas.

A utilização de certas propriedades da água e da argila, matéria-prima largamente espalhada pelo mundo inteiro, ligada ao domínio do fogo, possibilitou a descoberta da técnica de moldagem. Esta técnica permitiu o desenvolvimento da olaria entre os povos espalhados pelos diversos continentes.

### 3 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS

#### 3.1 – PRODUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE TRABALHO

##### INSTRUMENTOS LÍTICOS

Consideram-se instrumentos líticos os fragmentos arrancados de rochas, lascas ou seixos, com a finalidade de serem utilizados em diversas tarefas. Denominam-se lascas as pedras separadas dum bloco de pedra maior ou dum seixo, através duma operação denominada talhe. Por meio de choque de pedra contra pedra eram produzidos instrumentos de pedra lascada unifacial ou bifacialmente. O seixo unifacial é uma peça cujo bordo foi trabalhado a partir da remoção de lascas dum dos lados do calhau rolado, liso ou com forma de ovo. Se o facetamento se encontra dos dois lados, o seixo denomina-se bifacial.

O machado de pedra de dois gumes, também denominado biface, era obtido arrancando grandes lascas nas duas faces opostas dum pedaço de sílex ou dum calhau. Trata-se de um dos objectos mais representativos da habilidade humana e do avanço na aplicação da técnica. O biface foi, e ainda é, um instrumento útil para múltiplos usos. Os primeiros conjuntos de machados serviam para abater presas, furar, esquartejar, raspar, quebrar, escavar, cortar carcaças ou ramos de árvore, preparar alimentos vegetais ou trabalhar peles.

A técnica utilizada permaneceu relativamente estável e a inovação limitou-se à forma dos instrumentos. Alguns avanços registaram-se no sentido de obter pontas de lança de tamanho mais reduzido ou formatos pré-determinados.

Existiram diversas variedades de instrumentos derivados dos fragmentos líticos produzidos, tais como:

- lascas longas e estreitas que podiam servir de facas, cuja técnica se foi aperfeiçoando, com a vantagem de economizar materiais;
- o cutelo com um bordo transversal, largo e cortante;
- a bola, calhau mais aperfeiçoado, poliédrico, quase esférico, utilizado na vida doméstica para triturar ou amassar ou, atada a uma corda, para caçar ou laçar animais por meio de arremesso;
- o raspador, instrumento grande e pesado, com um bordo afiado e robusto, destinado a tirar cascas de árvores, raspar raízes e peles de animais ou trabalhar madeira.

O conjunto dos instrumentos líticos adquire uma grande variedade e complexidade. Inclui ainda furadores, enxós para trabalhar madeira, pedras furadas, escareadores, pontas de projectil com o formato de rabo-de-peixe, os conhecidos quebra-cocos usados no Brasil, ou o biface curvo designado “boomerang”.

Como nenhum animal é capaz de talhar um seixo ou aparar um machado, a existência destes instrumentos constitui, para os historiadores, uma prova da própria presença do homem e também do seu processo de desenvolvimento. Os registos arqueológicos apontam para uma primeira produção de instrumentos líticos na África Oriental há mais de dois milhões de anos . No entanto, há cerca de cinco mil anos ainda em numerosas sociedades africanas eram produzidos e utilizados utensílios de pedra lascada.

## INSTRUMENTOS DE MADEIRA

O uso da madeira deve ter precedido e depois acompanhado as primeiras formas definidas de objectos de pedra lascada. Para fazer utensílios e instrumentos de madeira foram utilizados instrumentos líticos, como o biface que em muito facilitou o corte da madeira.

Entre os primeiros instrumentos de madeira podem citar-se os paus afiados utilizados na recolha de alimentos, desenterramento de bolbos e raízes, caça de pequenos animais e lanças preparadas para a caça. A azagaia de madeira endurecida pelo fogo é uma arma de caça muito eficiente. Na Ásia o bambu foi utilizado como matéria-prima para o fabrico de utensílios e lanças aguçadas.

A utilização prática do cabo de madeira constituiu, para a época, uma grande descoberta. Os utensílios de pedra munidos dum cabo permitem a obtenção de instrumentos de diversa natureza, tais como: facas, machados, martelos, goivas e, mais

tarde, enxadas. Muitos instrumentos líticos tinham de ser encabados. As pedras perfuradas onde era montado um cabo de madeira serviam para fazer covas ou triturar alimentos. Há conhecimento da utilização de pequenos blocos de resina para unir o bordo do instrumento ao seu cabo. Uma aplicação prática dos meios ambientais.

Embora sem provas físicas conhecidas, dada a sua deterioração com o tempo, as deslocções através de todos os continentes não poderiam ter sido realizadas sem o auxílio de troncos de árvores, eventualmente cavados pelo fogo, ou jangadas rudimentares.

### ARTEFACTOS DE OSSO E MARFIM

Entre os materiais facilmente disponíveis na natureza, os pedaços de osso seriam dos mais úteis e fáceis de utilizar com eficácia sem a exigência de grandes modificações. As lascas de osso, embora frágeis, tinham um uso semelhante ao da pedra. O osso revelou-se um excelente material para ser trabalhado com o fim de criar instrumentos pontiagudos ou espatulados. Essa característica permitiu o seu uso para coser peles de animais ou trabalhar fibras de plantas. Há conhecimento de se fabricarem flautas com ossos de pequenos animais. Já então era retirado o tutano, depois do osso quebrado.

Os ossos, o marfim, os chifres e até os dentes de animais eram aproveitados na manufactura de projecteis pontiagudos, pontas de lança e de arpões, propulsores de lanças, furadores, espátulas, anzóis para pesca, agulhas por vezes providas de buracos, facas, pás, picaretas, etc.

Os chifres de veado podem ter sido usados na extracção de raízes comestíveis e, à semelhança da madeira, como cabos dos instrumentos líticos. Os caninos de hipopótamo eram úteis como picaretas.

### OUTROS ARTEFACTOS

Cedo o homem reconheceu a utilidade do uso de recipientes como receptores de líquidos, como meio de transporte e até de preservação de alimentos. Com esse fim aproveitaram cabaças ocas, a pele dos animais, cestos feitos de vime, cascas de tartaruga ou de ovos de avestruz. Por vezes, estes recipientes surgem decorados.

Antes do desenvolvimento da olaria, os primeiros recipientes tinham formas toscas e eram feitos de barro não cozido e seco ao Sol ou numa louça branca que

consistia numa mistura de cal e cinzas moldadas à volta dum cesto, retirado antes da cozedura.

A expansão da argila e a descoberta do endurecimento do barro em contacto com o fogo facilitaram o aparecimento da olaria e dos primeiros vasos a usar como utensílios para o transporte, guarda e cozimento dos alimentos. A argila mantém a forma depois de seca, especialmente se for cozida.

As fibras vegetais serviram para confeccionar corda e fio, após a invenção da técnica de torção de fibras. Foi possível confeccionar as primeiras redes, esteiras e cestos.

Para formar peças de vestuário, os nossos antepassados conseguiram curtir o couro e cose-lo com tendões com o auxílio de pontas de osso.

Até coisas simples, como seixos do mar ou do rio eram lascados dum lado ou em toda a sua superfície para ficarem com as arestas cortantes e serem usados para uma vasta gama de tarefas, incluindo talhar a carne dos animais.

Alguns materiais e utensílios eram utilizados não apenas para fins práticos mas também para obter objectos decorativos, gravuras artísticas ou pequenas esculturas. Por exemplo, a obsidiana foi utilizada para o fabrico de recipientes e também de pérolas.

## 3.2 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

### RECOLHA DE ALIMENTOS

A procura de alimentos domina o comportamento das populações comunitárias e é semelhante em todos os continentes, mesmo em épocas diferentes, enquanto se mantém este modo de vida. Tal comportamento reflecte a adaptação aos recursos naturais ou a deslocação para outros ambientes, quando da ausência ou saturação desses recursos. Salvo em condições excepcionalmente favoráveis, a fixação dos povos é difícil. O homem vê-se forçado a procurar novos territórios onde pode recolher os seus alimentos quotidianos e daí a prática corrente do nomadismo.

A recolha dos alimentos é uma actividade diária em que todos os componentes dos grupos humanos participam. Os instrumentos usados na preparação para consumo dos alimentos de origem vegetal ou animal são muito rudimentares. Os povos faziam covas para triturar as sementes e raízes, por meio de pilões ou pedras perfuradas, onde era montado um cabo de madeira.

A colheita de raízes, bolotas, grãos ou frutos frescos constituía uma actividade permanente. A colheita era manual ou auxiliada pelos instrumentos de trabalho existentes, já anteriormente citados. As plantas constituíam uma importante fonte de alimento e eram recolhidas, sobretudo por mulheres, que sabiam escolher as mais nutritivas e de sabor agradável, colhendo ou desenterrando determinadas plantas em detrimento doutras. Eram tomadas providências para assegurar a sobrevivência e a propagação de plantas mais desejadas. Ainda hoje algumas comunidades praticam a colheita selectiva de plantas comestíveis. As plantas nativas colhidas no estado selvagem e consumidas como alimento atingiam centenas de espécies.

Certos alimentos de origem animal eram, e ainda são, igualmente importantes como o mel, os insectos, tartarugas, lagartos, roedores, cobras, larvas ou ovos colocados em tocas ou ninhos na árvores. Os caracóis já eram apanhados em grande quantidade e cozidos em recipientes de barro e sacos de couro. O homem recolector, para colher o mel teria chegado a construir colmeias artificiais com palha, com o fim de as atrair para a sua proximidade.

Algumas formas antigas de conservação aparecem, como deixar secar os frutos ou torrá-los e guardar alimentos em peles de animais ou covas no interior da terra.

## CAÇA

Numa primeira fase a caça limitar-se-ia a pequenos animais ocasionais. Deve ter sido bastante comum a obtenção de carne através da simples captura, numa espécie de acto de recolha, ainda não deliberada. O homem ainda não possuía armas eficientes para apanhar caça grossa.

Na caça de animais de grande porte, como veados ou mamutes, além das armas de arremesso, as populações construía armadilhas naturais ou antecipadamente preparadas, que constituíam também um meio de defesa. Para os conduzir e apanhar, aproveitavam a proximidade da água e o momento em que os animais vão matar a sede. Os caçadores abriam e camuflavam covas, atraíam os animais por meio de gritos, utilizavam o fogo para os encurralar em ravinas íngremes, precipícios e pântanos, e assim os capturavam com mais facilidade. Outro método consistia em atacar a presa depois de a cercar. Grandes grupos de homens atacavam javalis, guanacos ou bois selvagens numa actividade colectiva em grande escala que envolvia uma repartição de trabalho entre eles. O uso destas técnicas pressupunha o conhecimento dos hábitos dos animais e dos seus movimentos.

A capacidade inventiva do homem e a criação de novos instrumentos deram lugar ao aparecimento das armas de caça, o que constituiu um grande avanço dos meios e dos métodos até então utilizados. Ao longo de milénios foram ocorrendo mudanças que influenciaram o evoluir desta actividade e o próprio modo de vida dos agrupamentos humanos. As matérias-primas diversificaram-se e, além da pedra e da madeira, outros materiais, como o marfim e os ossos, foram aplicados nas armas de caça. Com a melhoria das técnicas de corte da pedra, inventaram-se novos tipos de projecteis.

Entre as armas de caça utilizadas é de destacar:

- as lanças de madeira, afiadas e endurecidas pelo fogo ou equipadas com uma ponta de pedra, utilizadas para atacar os animais a curtas distâncias;
- os dardos úteis para derrubar animais em movimento;
- as azagaias, munidas de pontas de osso, mais eficazes que as lanças excessivamente pesadas;
- os propulsores, dispositivos para arremessar lanças, funcionando como extensão do braço, aumentando assim o raio de acção e a força do lançamento;
- os arcos e as flechas, estas com pontas de osso ou madeira e, por vezes, embebidas em veneno;
- os laços, pedras de funda, “boomerangs” e a boleadora.

A difusão de arcos e flechas próprias para disparar sobre voadores permitiu matar grande número de aves. O “boomrang” era uma arma de caça extraordinária que se podia lançar com maior precisão e atingir uma distância superior à da lança. A boleadora destinava-se em especial para animais velozes e era mais utilizada em planícies por poder ser atirada a grandes distâncias.

O treino dos caçadores foi também objecto de grande atenção por parte do homem comunitário. Esse treino requer longa aprendizagem no manejo das armas e outros instrumentos, conhecimento da táctica de caça, dos hábitos e dos costumes dos animais. O caçador tinha de conhecer a anatomia dos animais para os visar com as suas armas nas partes do corpo mais sensíveis. O sucesso da caça dependia da coordenação do grupo comunitário. Este tinha ainda de saber esquartejar e esfolar os animais, tirando o melhor partido da carne, dos ossos, dos chifres e do couro.

Em geral, a caça grossa era partida em locais de esquartejamento e algumas partes transportadas para os locais de acampamento, onde era partilhada por todos os

membros da comunidade. Além das partes destinadas à alimentação, eram aproveitados os ossos para o fabrico de utensílios, construção de abrigos e até como combustível, a pele para vestuário ou sacos, os tendões, os chifres, etc. Os excedentes eram conservados e guardados para uso posterior da comunidade.

A evolução da caça como meio de subsistência exerceu uma grande influência, ao longo de muitos milénios, nas relações sociais entre os habitantes das comunidades:

- os animais a caçar vivem em bandos e a caça dos mais corpulentos exigia um trabalho de equipa, uma acção conjunta, repartida e coordenada de vários caçadores ou grupos;
- cada grupo de caçadores tende a dar forma ao seu próprio território de caça ou a acompanhar a deslocação dos próprios animais, o que influiu no modo de vida sedentário ou nómada das populações;
- o sucesso das caçadas tornou-se dependente do conhecimento das características e dos hábitos dos animais, da coordenação táctica da participação e dos movimentos dos caçadores, facto que motivou a tendência para o destaque dum guia que assumia a função de chefia;
- a dura tarefa da caça influenciou a divisão natural de trabalho entre o homem e a mulher, dedicando-se esta mais à recolha dos alimentos vegetais;
- os instrumentos de caça tendem a tornarem-se mais complexos e aperfeiçoados, provocando o aparecimento de indivíduos mais dedicados à sua fabricação;
- as gerações de animais em crescimento eram objecto de protecção colectiva.

Embora ocorrendo em épocas diferentes, em todas as regiões onde o homem se instalou, eram semelhantes os materiais e as técnicas utilizadas na caça e no tratamento dos alimentos e produtos derivados e, bem assim, os efeitos acima referidos nas relações sociais comunitárias. As diferenças observadas resultam quase exclusivamente dos condicionamentos do meio ambiental.

## PESCA E OUTROS RECURSOS AQUÁTICOS

Há indícios de captura de peixe tanto no mar, como nos rios e lagos. Os habitantes destas zonas viviam em parte da pesca e deslocavam-se menos para outras regiões, mantendo um modo de vida sedentário. Conheciam as zonas dos rios ou do mar onde se tornava mais fácil pescar. Por exemplo, aproveitavam o peixe que ficava nas poças de água, formadas depois das cheias. Tal como na caça, um dos métodos consistia

na instalação de armadilhas colocadas em canais estreitos, naturais ou artificiais, que impediam o peixe de escapar. Como instrumentos de pesca os pescadores usaram anzóis de conchas e de espinhos de cactos, arpões de osso com farpas e mesmo arcos.

Alguns povos recolectores baseavam o seu principal meio de subsistência na apanha de moluscos e crustáceos e outros alimentos marítimos, provavelmente mesmo antes do uso da pesca. Encontram-se em todos os continentes indícios da inclusão de mariscos na dieta alimentar, que aliás constituem uma importante fonte de proteínas. Com frequência são encontrados pelos arqueólogos ossos de pinguins, golfinhos, focas e grandes quantidade de conchas marítimas.

Na recolha destes produtos aproveitavam as águas calmas das baías e enseadas, para aí retirarem os alimentos necessários e os transportarem, em cestos feitos de fibra vegetal, para os seus locais de acampamento onde eram consumidos em comum.

A base produtiva de algumas comunidades africanas e americanas não assentava na caça ou na colheita de plantas comestíveis, mas na pesca sobretudo nos lagos. A costa africana proporcionou uma utilização sistemática dos recursos marítimos e constituiu uma parte importante da economia de subsistência. Na América do Sul a população explorava os recursos marítimos sazonalmente e chegava a armar os seus acampamentos perto do mar. Na Austrália a dieta dos grupos aborígenes ainda hoje inclui crustáceos.

### 3.3 - OUTRAS ACTIVIDADES

#### VESTUÁRIO

O uso do vestuário correspondeu a uma necessidade física variável conforme o clima e outros factores ambientais. Alguns povos mantiveram-se praticamente nus e outros tiveram de procurar meios de proteger o seu corpo contra o frio. O vestuário facilitou a permanência do homem em zonas climáticas mais desfavoráveis e, conseqüentemente, a ocupação humana dos continentes. Numa fase posterior o vestuário passa a ser também utilizado em cerimónias religiosas ou guerreiras.

A satisfação da necessidade de cobrir o corpo teve grande influência no desenvolvimento do processo produtivo. Nas regiões onde a existência de vestuário era indispensável, foi necessário procurar os materiais adequados, inventar instrumentos para os transformar, adquirir novos conhecimentos para a sua confecção.

As peles de animais começaram a servir de peças de vestuário. Na sua preparação foram utilizados alguns utensílios e técnicas para amaciar a pele e abrir buracos. A pele era raspada para se retirar os resíduos de carne ou gorduras, amolecida em gordura líquida ou em água misturada com casca de carvalho ou salgueiro. A invenção da agulha contribuiu para o desenvolvimento da confecção do vestuário.

No Brasil, a ausência generalizada de vestuário entre os ameríndios despertou a atenção dos nossos navegadores, isto há cerca de 500 anos. Os descobridores portugueses referem ainda a presença de indivíduos completamente nus ou parcialmente cobertos com cascas de árvore ou peles de cabra, noutras zonas da América do Sul e da África Subsariana.

Em contrapartida, a presença humana em latitudes muito a norte deu lugar à criação intensiva de vestuário, usando como matéria-prima as peles de foca e de outros animais.

#### ABRIGOS NATURAIS E ARTIFICIAIS

Os abrigos constituem uma das mais antigas formas utilizadas pelo homem na sua adaptação ao meio ambiente. A ocupação das cavernas ou a construção de abrigos são influenciadas pelo clima, o meio físico e biológico, a defesa contra os predadores ou a deslocação frequente das populações. Varia conforme as regiões, as épocas e as estações do ano e, ainda, conforme os materiais disponíveis e o tipo de vida das populações.

A atitude dos agrupamentos humanos face ao problema habitacional é muito diferente nas regiões tropicais, temperadas ou glaciares. Tal facto exerceu uma grande influência na actividade produtiva e na evolução dos hábitos do próprio ser humano. Os abrigos surgem onde as condições climáticas impossibilitam a vida ao ar livre.

Nas zonas tropicais ou desérticas eram, por vezes, erigidos quebra-ventos que proporcionavam a privacidade e a sombra. A junção de duas paredes ou de dois guarda-ventos forma a primeira cabana com teto inclinado e aberta dos dois lados. Algumas construções de abrigos encontram-se em campo aberto. Os habitantes a viverem na orla das grandes florestas tropicais não precisavam de habitações permanentes pois estavam em constante movimento e a madeira e o mato eram abundantes. As armações eram baixas e construídas com ramos e folhas, atadas com longas fibras, possibilitando o abrigo do vento e da chuva. Os africanos empregavam na construção esteiras feitas de folhas de palmeira e outros materiais fibrosos, que permitem paredes finas e frescas,

podendo ser removidas ou substituídas com facilidade. Estes tipos de estruturas habitacionais eram ainda visíveis e utilizados em épocas recentes.

Algumas grutas foram habitadas durante dezenas de milhares de anos, não de modo permanente, mas numa base cíclica ou sazonal. Outras eram ocupadas durante os períodos de caça. A ocupação está também relacionada com o modo de vida nómada ou sedentário. Uma das grutas existentes na África do Sul foi ocupada pela primeira vez há 120 mil anos e usada por grupos como abrigo até há mil anos. No Norte da Austrália estes abrigos prolongaram-se até ao nosso último século.

A construção de abrigos artificiais quando assume a forma de tenda ou cabana, já obriga a uma criteriosa escolha dos locais e à criação duma estrutura habitacional. Algumas habitações consistem numa armação de estacas de madeira ou ossos e ramos, rodeada por um anel de pedras e, eventualmente, uma cobertura de peles de animais. As cabanas tinham, por vezes, uma parede exterior construída de argila e arenito. É frequente a sua construção nas margens dos rios e dos lagos. Este tipo de construção já exigia o uso de ferramentas produzidas com grande perícia.

Em zonas mais frias, a preferência dos habitantes encaminha-se para o aproveitamento de abrigos sob rocha ou de cavernas naturais. Aí sentiam-se protegidos por um telhado natural que proporcionava uma boa sombra e resguardo do frio e da chuva. Esta preferência deve-se também ao domínio do fogo. Muitas grutas incluem uma lareira e uma abertura no tecto para deixar entrar a luz.

Alguns abrigos são adequados a uma presença continuada de tipo permanente, outros são adaptados a utilizações temporárias ou até a soluções transportáveis. Os povos com um modo de vida sedentário, como os pescadores, preferiam abrigos permanentes; os povos nómadas construíam abrigos de uso temporário, de diferentes espécies, com materiais encontrados no local; os grupos errantes, que preferem ou são obrigados a uma grande mobilidade, ocupam as covas ou cavernas que a natureza lhes proporciona como refúgio e guarida ou, se conhecem a agulha e o uso de peles, habitam em tendas de campanha. Estes abrigos, isolados ou reunidos, ainda não são suficientemente importantes para se assemelharem a aldeias.

## PRODUÇÃO ARTÍSTICA

A produção artística pressupõe a possibilidade de os povos disporem de algum tempo para além do dedicado à simples recolha de alimentos. As manifestações artísticas ocorrem numa fase já bastante adiantada do homem moderno. Segundo os

historiadores, a arte poderá ter nascido há cerca de 30 mil anos, embora possam ter existido formas anteriores de expressão artística, como seja, o aparecimento de instrumentos líticos retocados com o fim de alcançarem uma forma simétrica ou a utilização de pedras com formas invulgares ou de cores atractivas.

Conforme o objecto e os materiais empregues, a arte divide-se em duas categorias: a arte rupestre e a arte móvel.

Na arte rupestre, podem distinguir-se figuras gravadas ou pintadas e, mais raramente, baixos relevos. Na gravação eram usadas ferramentas adequadas, designadamente buris de sílex. Na pintura são utilizados corantes de origem mineral, como: ocre, hematites, minério de manganês, carvão vegetal e outros materiais. As tintas parecem ter sido aplicadas à mão com a ajuda de penas de ave, cabelo, folhas ou talvez mesmo bonecas feitas de pele.

Na arte móvel, os objectos são portáteis e podem ser obras de arte próprias ou integrar utensílios decorativos. Os materiais são igualmente a pedra, a madeira, o osso, o marfim, os dentes ou as armações dos veados. Nos países escandinavos foi aproveitado o âmbar como matéria-prima. Surgem ainda as primeiras figuras de barro endurecido pelo fogo. Os exemplares criados são coloridos por meio de ocre ou outro pigmento.

A ornamentação do corpo humano reflecte a individualidade, a longevidade das artes decorativas, as tradições estéticas e a expressão de um complexo de crenças. Os caçadores utilizavam o ocre vermelho para pintar os seus corpos. Como objectos de adorno são usados brincos, colares, ossos, pedras, dentes furados, conchas marinhas, casca de ovo de avestruz. O obtenção destes objectos era, por vezes, conseguida através de troca directa ou dádiva.

Duma forma geral as manifestações artísticas são naturalistas e por isso revelam a cultura material, o estilo de vida e o meio ambiente, constituindo assim importantes documentos que permitem e facilitam o conhecimento da actividade económica e social das épocas em que foram produzidos.

O aparecimento da noção de estética e, conseqüentemente, das actividades artísticas surge em todas as regiões, embora em épocas diferentes, com utilização dos materiais disponíveis ou conseguidos por permuta. Exerce uma influência notória na procura e transformação de materiais adequados, preparação de instrumentos, na disponibilidade de algum tempo para além do dedicado à procura de meios de

subsistência, no desenvolvimento de actividades criadoras susceptíveis de proporcionar alegria aos seres humanos.

### 3.4 – CONSUMO, DISTRIBUIÇÃO E TROCA

Inicialmente o homem comeu alimentos crus ou secos ao sol. Numa fase mais avançada a carne era comida depois de cozinhada no fogo, directamente sobre a chama, em água aquecida com pedras abrasadas, em covas ou em bolsas de couro. Também podia ser seca ou fumada ou guardada em cinzas. A dieta alimentar é muito à base de plantas e de caça, embora haja variantes conforme os recursos predominantes existentes. Por exemplo, no Brasil era frequente os habitantes sobreviverem com uma dieta baseada em moluscos terrestres e nozes de coco.

Os produtos recolhidos são distribuídos e consumidos em comum, segundo um padrão de solidariedade e reciprocidade. Os víveres e outros produtos eram obtidos com o trabalho de todos os membros da comunidade e transportados para os acampamentos base para aí ser partilhados, de acordo com as disponibilidades e as necessidades, ou aprovisionados.

Isto não significa que os grupos vivam fechados sobre si próprios. Encontram-se em cerimónias rituais e festivas, no decurso das quais se oferecem colectivamente dádivas, independentemente do seu valor de uso, criando-se entre os doadores e os recebedores laços de participação mística. A passagem dum objecto dum grupo ou dum indivíduo para outro origina a celebração dum ritual, que ainda hoje se mantém. A dádiva pode assemelhar-se a uma permuta, quando surge uma obrigação de retribuir associada a uma exigência de equivalência.

Como a produção não tem por finalidade a obtenção dum excedente, a forma da troca é sempre directa e reveste-se dum carácter de excepção. A troca limita-se apenas aos excedentes acidentais ou aos desejos de obtenção de matérias ou objectos não produzidos pela comunidade.

A disparidade dos recursos naturais e o surgir de novas necessidades conduz o homem comunitário a procurar alguns materiais de que carece ou deseja junto doutros grupos humanos, nomeadamente entre os do interior e das orlas marítimas, lacustres ou fluviais. Estas trocas originam, por vezes, o percurso de longas distâncias. As investigações dos historiadores assinalam a existência de trocas que incluíam conchas marítimas, obsidiana, pedra lascada ou objectos ornamentais.

## 4 – ESTRUTURA ECONÓMICA

### 4.1 – ACAMPAMENTOS E ÁREAS DE OCUPAÇÃO

O típico acampamento compõe-se dum número reduzido de abrigos independentes, correspondentes a unidades económicas e sociais de base, ligados entre si por relações de produção e de parentesco.

Os acampamentos são totalmente dependentes do meio ambiente, com mais frequência localizados perto de água. A sua escolha requer uma selecção que varia com as condições geográficas e climatéricas, existência duma pedreira, dum rio com calhaus ou dum lago, com margens argilosas ou arenosas, duma praia, da abundância de caça, pesca ou outros meios alimentares.

Na Europa, sob a influência das condições climatéricas, os acampamentos surgem de preferência junto de abrigos de rocha ou grutas fundas, para protecção do frio; já, em África, onde o tempo varia entre o seco e o húmido, é possível a localização ao ar livre, a céu aberto, entre as florestas e os campos.

Os acampamentos temporários são muito frequentes e não são estruturados. Os habitantes mudam de sítio durante o ano para aproveitar os diferentes recursos naturais ou para ocupar lugares de maior altitude durante o verão. Para os caçadores a sua localização é determinada pelo movimento dos animais.

Os acampamento permanentes estão já relacionados com algum sedentarismo e a ocupação definitiva de abrigos. È frequente aparecerem em zonas piscatórias ou próximas das fontes de recolha de pedra. Alguns locais funcionam como acampamentos base, onde os animais são esquartejados ou onde funcionam oficinas de talhe. Neles se desenrolam as actividades necessárias à vida diária da comunidade. Os sítios para desempenho duma única actividade eram extremamente raros.

Os limites dos acampamentos, quando existem, são de difícil identificação. Alguns obstáculos naturais ou intencionais, como uns calhaus ou montículos de pedra, poderão definir um limite extremo. Não existe uma definição de áreas de ocupação, que dependem do regime de acampamento, do meio geográfico e da própria riqueza dos recursos naturais susceptíveis de serem recolhidos habitualmente por um determinado agrupamento humano. Algumas das áreas ocupadas podem abranger alguns milhares de metros quadrados. O sentido de território pode ser dado por um padrão disperso de povoamento ou pela instalação de cemitérios.

## 4.2 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Uma das características das sociedades comunitárias é a vida e o trabalho em conjunto e a partilha igualitária dos recursos. A cooperação simples é fundamental nas relações de produção. O indivíduo está tão ligado, ou até fundido, com o seu colectivo que não chega a surgir a questão de reduzir ou separar o individual do social.

Na economia recolectora todos os componentes dos agrupamentos humanos se ocupam do conjunto das suas tarefas. Está-se a lidar com grupos indivisíveis na sua composição e não com grupos especializados. Os homens precisam de se unir e actuar em grupos para se poderem abastecer de alimentos e se defenderem dos animais predadores. O trabalho em comum permite, por exemplo na caça, desempenhar tarefas irrealizáveis com o esforço dum só indivíduo.

As formas de organização da actividade, os usos e costumes, as tradições e a experiência de conduta herdada de gerações anteriores pautam o modo de viver da comunidade e de cada indivíduo. Tais formas assentam numa produção pouco desenvolvida, pouco densa num território muito vasto, num ainda quase completo domínio do homem pela Natureza.

A organização económica e social das populações era relativamente simples, correspondendo a uma estrutura de “comunismo primitivo”. Esta estrutura consolida-se quando os homens adquirem a capacidade de adaptarem os seus processos produtivos às condições ambientais e nelas sobreviverem e se desenvolverem. Os primeiros mecanismos rudimentares de gestão, sejam espontâneos ou conscientes, surgem com o desenvolvimento da caça e o começo duma divisão de trabalho.

A cooperação simples é a primeira forma de organização do trabalho. A conjugação dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram.

As funções governativas competiam a toda a colectividade. Mas a vida em grupo comandado por um “chefe” remonta a tempos muito antigos. É provável que a liderança fosse assumida pelo caçador mais capaz, o macho mais rigoroso e destemido, o ancião mais experiente ou o feiticeiro ou xamã. Este poderia ser homem ou mulher. Quando se fala em “ancião” é de salientar que a vida raramente atingia os quarenta anos.

## 4.3 – FORMAS DE PROPRIEDADE

Os meios de produção de que os grupos humanos dispõem – recursos naturais, utensílios, instrumentos de trabalho – são pertença de todos os membros da comunidade. Constituem propriedade colectiva, base do sistema comunitário. Não faz sentido falar-se de propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, pois eram utilizados por toda a colectividade na satisfação das suas necessidades. Os simples instrumentos de trabalho feitos de pedra, madeira ou ossos, as setas, os dardos, são propriedade comum dos componentes do agrupamento.

O mesmo conceito de propriedade comum se aplica aos bens de consumo provenientes da colheita, da caça ou da pesca, que são igualmente partilhados pela comunidade. O conceito de propriedade colectiva existia numa forma embrionária, ou até inconsciente, quando cada comunidade se começa a sentir possuidora do seu próprio território de caça.

Não se criam excedentes individuais, a propriedade privada não tem condições para existir. Tudo quanto se obtém ou produz é propriedade colectiva do grupo. A exploração do homem pelo homem é pois impraticável. Os indivíduos possuíam somente os seus utensílios, as suas armas e os adornos pessoais. Objectos rituais eram propriedade comum. É ignorada qualquer outra forma de propriedade.

#### 4.4 – DIVISÃO DO TRABALHO

A divisão do trabalho estava ainda muito pouco desenvolvida na economia recolectora, limitando-se a uma divisão natural e espontânea em virtude da força física, das necessidades ou do acaso.

Embora não existam provas concretas, admite-se que uma divisão de tarefas tinha já lugar nas etapas iniciais do desenvolvimento humano. As fontes de preferência seriam as diferenças naturais quanto ao sexo e a idade, sem que isso conduzisse ao aparecimento de grupos especializados de pessoas com os seus interesses próprios, ou seja, a diferenças sociais. Os homens estariam mais virados para a caça ou pesca e para a manufactura de certos artefactos, que requeriam maior vigor físico, e as mulheres mais ocupadas com a colheita de sementes e frutos, a confecção dos alimentos ou o cuidar dos filhos.

Esta divisão de trabalho dentro da comunidade não conduz ainda ao aparecimento de grupos inteiramente especializados de pessoas com os seus próprios interesses e, portanto, não origina diferenças de natureza social. Quanto muito, nas suas

formas rudimentares dá lugar a um sistema de relações diferenciadas entre os indivíduos, que não assume ainda o significado duma divisão entre classes.

O uso de algumas inovações técnicas dará lugar a uma reduzida especialização, dedicando-se alguns indivíduos mais à procura de pedra, madeira ou outros materiais e à manufactura de artefactos, deixando a prática da caça. As investigações históricas confirmam estes primeiros indícios de organização de trabalho dentro dos grupos humanos.

#### 4.5 – EXCEDENTE DE PRODUÇÃO

O modo de vida recolector exige uma mobilidade do grupo num vasto território que não se coaduna com o transporte de muitos utensílios ou a localização de reservas alimentares. Aliás, é muito mais proveitosa a exploração de novos territórios. A constituição de reservas conduziria à fixação do acampamento e esgotaria rapidamente os recursos do ambiente. Os caçadores nómadas não produzem excedentes. Quando estão criadas as condições para as comunidades obterem os bens, alimentares ou não alimentares, suficientes de acordo com o seu modo específico de consumo, os caçadores e recolectores consagram a disponibilidade do seu tempo de trabalho a outras actividades.

A possibilidade de recolha de alimentos suficientes, reflecte-se na satisfação de necessidades espirituais ou estéticas. É o caso dos objectos decorados, dos desenhos e gravuras, do adorno corporal, do aparecimento de concepções místicas, representações de culto ou funerárias, usos e costumes, que envolvem a comunidade.

### 5 – ESTRUTURA SOCIAL

#### 5.1 – GRUPOS HUMANOS

O modo de produção baseado na caça e na simples recolha de alimentos é adequado à existência de pequenos grupos organizados e coesos. Toda a sua actividade constitui uma acção conjunta, sendo impossível a vida fora do grupo. Os homens procuram manter-se juntos e a relação entre os seus membros é muito intensa, com elevado grau de consciência social e solidariedade. Com o decorrer do tempo, o modo de vida gregário é substituído pela organização gentílica que coincide com o aparecimento do tipo de homem moderno, ou seja, biologicamente já semelhante ao actual.

A unidade social mais estável reunia poucas dezenas de indivíduos, com capacidade para obter comida para todos os seus membros. Este facto não exclui a possibilidade de diversos grupos, vivendo num determinado território, manterem ligações periódicas ou temporárias, com a finalidade de realizarem acções práticas ou estabelecerem relações baseadas em tradições culturais ou em afinidades genéticas. Havia cruzamentos entre membros de diferentes grupos. Algumas comunidades, existentes sobretudo em África, parecem ter vivido isoladas por longos períodos nas florestas e savanas.

É admissível que vários grupos de caçadores juntassem as suas forças ocasionalmente para interceptarem manadas de animais. Alguns laços sociais e organizativos, a nível regional, uniam várias comunidades de caçadores.

Em alguns casos, as comunidades humanas viviam afastadas sendo esporádicos os seus contactos; noutros casos, sobretudo de populações menos sedentárias, os vários grupos humanos estabelecem contactos uns com os outros e permutam entre si as técnicas de criação de instrumentos e os utensílios utilizados.

As técnicas de fabrico de artefactos não eram exactamente as mesmas entre os grupos de pessoas vivendo num determinado território, mas os mesmos utensílios apareciam em poder de comunidades que mantinham ligações entre si.

Isto não deve ser interpretado como existindo uma organização formal, mas como um protótipo de organismos sociais com algum significado e com reflexos no florescimento da comunidade primitiva.

## 5.2 – CLÃS, SISTEMAS DE PARENTESCO

O clã constitui a primeira unidade de base, simultaneamente, uma comunidade étnica, uma célula de produção e uma forma de organização social. É caracterizado por uma origem gentílica comum e representa uma pequena célula social como elemento duma sociedade igualitária, ou seja, uma sociedade onde não é reconhecível um carácter hierárquico. Os seus habitantes resguardam-se em típicos acampamentos, compostos de um número reduzido de abrigos independentes, não muito duradouros e frequentemente renovados.

Na sociedade primitiva as relações de produção coincidem com as relações de parentesco, formando em conjunto o colectivo produtor, no qual os homens obtêm em conjunto os seus meios de produção. A sua base económica assenta na propriedade comum dos meios e produção e na distribuição igualitária dos bens de consumo.

Além dos vínculos de produção, desempenham um papel primordial os laços de consanguinidade. O princípio básico deste tipo de estrutura social é o parentesco por linha feminina. A única descendência válida é a linha materna e a mulher exerce um papel predominante. O regime denominado matriarcado altera-se, posteriormente, com o desenvolvimento da agricultura e da pastorícia, em que o homem passa a desempenhar o papel principal dentro do clã. O regime passa a patriarcado.

A comunidade do clã pressupõe uma forma de organização já ordenada, que representou um avanço importante no desenvolvimento económico e social e contribuiu para a criação de boas condições para prosperar face ao meio ambiente e ao espírito de cooperação, colectivismo e de coesão existente entre os seus membros.

Ao tempo das descobertas vigorava ainda, entre habitantes do continente americano, um tipo de organização baseado na linha materna. Este tipo de estrutura surge também, embora de forma modificada, no meio de agrupamentos humanos situados na Ásia, África ou Austrália. Entre alguns destes grupos, existentes na actualidade, subsiste o conceito de linhagem, que reclama uma descendência comum ligada a uma comunidade particular, em geral por via materna.

### 5.3 – ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Os membros da comunidade realizam em conjunto ou dividem entre si as actividades de caça, pesca, recolha de plantas e frutos ou a manufactura de artefactos. Todos estão colocados num nível semelhante ou igual de participação na produção ou na de caça, distribuição dos benefícios conseguidos.

Os eventuais excedentes têm um significado reduzido, a divisão do trabalho em termos sociais é inexistente ou muito rudimentar, a noção de propriedade privada está ausente. Não existem no seio da comunidade desigualdades económicas suficientes para provocar a divisão social em classes. Não tem sentido a necessidade de governar e de respeitar leis, a diferenciação social ou a exploração do homem pelo homem.

Tal não significa que não subsistam algumas diferenças próprias das características individuais, da utilidade dum comando, da necessidade de existirem homens com experiência e sabedoria, capazes de conservar e transmitir os conhecimentos, os usos e costumes das gerações anteriores ou explicarem os fenómenos naturais ou sociais que preocupavam a comunidade.

No clã, ou num grupo de caça, o comando tende a ser mantido por indivíduos prestigiados pela idade, o conhecimento das tradições, o vigor, as proezas na caça ou

certos dons particulares. Os homens fisicamente mais fortes, mais resistentes e agressivos, os caçadores mais hábeis tendem a assumir a direcção do grupo impondo a sua autoridade, geralmente aceite.

Igualmente desempenhava um papel destacado a figura do feiticeiro ou o xamã, que começa a ser sustentado pela comunidade. A ele se atribui o dom de assegurar a sobrevivência do grupo, garantir a abundância de alimentos, de boas condições climáticas ou de caçadas bem sucedidas. O feiticeiro influencia múltiplos acontecimentos de natureza social e preside a rituais. Em todos estes casos, trata-se apenas de influências pessoais que duram enquanto as pessoas conservam as qualidades próprias para as exercer. Nas situações difíceis são consultados os anciãos.

#### 5.4 – RELAÇÕES SOCIAIS

As relações sociais são reguladas pelos hábitos e tradições, pelos usos e costumes, e pela experiência milenária de vida e de trabalho em comum. O seu direito, embrião duma moral primitiva, é o costume do clã, as normas e regras de comportamento simples, que pautam o modo de viver de cada indivíduo e devem aplicar-se a todos.

Os instrumentos utilizados eram tão primitivos e de tão pouco rendimento que não era viável a produção isolada dos bens necessários à sua existência. Os homens tinham assim de trabalhar em comum e apoiar-se mutuamente. Nesta capacidade de produzir em colectivo residia a sua principal força produtiva. Os utensílios e instrumentos de trabalho fazem parte do próprio grupo, da sua vida colectiva, não há posse das pessoas sobre as coisas comuns, mas apenas os objectos que fazem parte integrante dos indivíduos.

Os povos recolectores conduzem a sua forma de relacionamento para qualquer local para onde vão, nas suas frequentes migrações. Grupos com diferentes tradições, transmitidas de geração em geração, poderiam ter vivido lado a lado num espaço territorial não demarcado.

As formas míticas e de crença religiosa influenciaram num sentido negativo o desenvolvimento das forças e capacidades humanas, na medida em que atribuíram a espíritos ou seres sobrenaturais o desenrolar dos acontecimentos ou o vencer as dificuldades correntes.

### **III PARTE - ECONOMIA DE PRODUÇÃO DE BENS DE SUBSISTÊNCIA**

#### **1 – MODO DE PRODUÇÃO**

Durante o modo de produção recolector, o ser humano foi adquirindo uma grande experiência no seu contacto permanente com a natureza. O seu relacionamento com a vida animal e vegetal permitiu aprofundar o conhecimento dos diferentes meios ambientais, dos hábitos e da biologia das plantas e dos animais. A experiência e os conhecimentos adquiridos, embora empíricos, foram transmitidos através de gerações e espalhados pelas regiões onde o homem se foi instalando.

A compreensão de que os cereais e legumes podem ser cultivados com sementes e guardados e a observação de que certos animais podem ser domesticados e mantidos sob controlo, abriu o caminho à experiência agrícola. A passagem para a produção de alimentos constitui uma das fases decisivas no desenvolvimento da civilização humana. A par desta actividade, desenvolveu-se a técnica de polimento de artefactos de pedra, de fabrico de peças de olaria e de tecelagem. A transição gradual para um novo estilo de vida resultou dum longo processo de evolução e estendeu-se por muitos milénios.

No modo de produção inicial, fundamentado na captura e na colheita de alimentos, o homem consegue produzir alguns meios de trabalho, mas não chega a criar meios de subsistência, pois limita-se a recolhe-los. Da simples recolha de bens disponíveis na natureza, o homem passa a um envolvimento activo na obtenção de alimentos por sua própria iniciativa. Trata-se duma diferença essencial em comparação com o modo de vida baseado na recollecção. O poder de criar produtos necessários à alimentação e à satisfação de novas necessidades, transformou a economia natural numa economia já de alguma forma planificada.

Antes, o homem extraía da natureza os bens que podia e necessitava, sem nela influir. Era uma atitude passiva que não implicava uma intromissão directa na transformação dos bens naturais. A observação e a experiência humana acumuladas permitiram a interferência humana na condição da natureza com reflexos na evolução posterior, que acarretou a alteração da base económica.

As raízes da produção agrícola, domesticação e criação de animais e plantas, localiza-se entre os vinte e os dez mil anos. Não se encontram, porém, marcos precisos

para datar o seu início. Os historiadores referem a existência de indícios de comunidades campesinas com cerca de treze mil anos. Trata-se de mutações lentas cobrindo vários milénios e que ainda continuam.

O aparecimento da actividade agrícola não foi uma invenção súbita ou originada por uma sociedade em particular. Não ocorreu simultaneamente em todos os lados, nem nas mesmas épocas e nem sequer foi aceite por todas as comunidades. Algumas mantiveram o seu tradicional estilo de vida. Não é possível encontrar um lugar preciso que assinale o seu início. Em regiões isoladas no espaço e no tempo assiste-se a uma transição com características surpreendentemente semelhantes. É uma consequência lógica do processo de intensificação dum relacionamento entre os seres humanos, as plantas e os animais, ocorrido em vários locais e em ocasiões diversas.

Os instrumentos de trabalho e os utensílios de uso doméstico foram sucessivamente aperfeiçoados em correspondência com as novas exigências. A laboração, necessariamente em comum, foi admitindo formas de organização ainda elementares mas susceptíveis de melhorar a sua eficiência e intensificar a divisão do trabalho. As novas actividades deram lugar ao surgir duma forma de artesanato, praticado ainda em conjunto com outras actividades.

O desenvolvimento da actividade agrícola fixou o homem à terra, motivando a sua integração num modo de produção que exigiu o hábito dum estilo de vida sedentário. O mesmo não aconteceu com comunidades que preferiram dedicar-se à criação de animais, continuando ou até ampliando os hábitos nómadas. Todas estas mudanças provocaram um crescimento populacional sem precedentes e uma maior densidade de população num dado território.

A intensificação da produção gerou excedentes e o armazenamento de reservas alimentares para assegurar a subsistência por períodos mais longos. Alterou-se a dieta alimentar, o consumo de carne é substituído em parte por cereais ou produtos hortícolas. A invenção da cerâmica leva a que os alimentos comecem a ser cozinhados com regularidade.

A produção de alimentos não implicou uma revolução nos meios de subsistência, mas motivou profundas alterações nas práticas económicas e sociais. A solidariedade e a repartição em comum dos produtos da caça, da pesca e das colheitas transformaram-se numa partilha influenciada pela posse dos meios de produção e da maior quantidade de recursos conseguidos. Verifica-se uma lenta mas crescente rotura da partilha comunal de alimentos.

Uma parte da humanidade situou-se numa nova era que se caracteriza por uma viragem radical da produção e crucial do seu modo de vida. O aparecimento de novas necessidades, a mudança qualitativa das forças produtivas da sociedade e, portanto, do próprio homem e dos seus meios de produção, originaram uma transição que pode ser classificada como uma transformação revolucionária. Surgiram os primeiros sintomas de apropriação da terra ou dos rebanhos e dos meios de produção. As relações económicas e sociais tendem a alterar-se com a divisão social do trabalho, o papel desempenhado pela mulher, a distinção cada vez maior entre as diferentes categorias sociais, os conflitos entre comunidades ou entre caçadores e pastores. Intensifica-se a troca directa de produtos e surge um rudimento de servidão e escravidão.

## 2 – MEIOS DE PRODUÇÃO

### 2.1 – MEIOS HUMANOS

As características físicas não se alteraram com a produção agrícola, mas a ampliação dos conhecimentos técnicos e científicos, adquiridos ao longo de milénios, foi decisiva para o desenvolvimento do processo que permitiu assegurar as bases do modo de produção alimentar. A memória colectiva do saber de grupos humanos passa de geração em geração sob a forma de rituais, de imagens físicas ou de cantos. Desenvolve-se a aptidão para memorizar os conhecimentos acumulados, de os conservar e transmitir por tradição oral. Aos jovens é dado a conhecer, pelos mais velhos, a extensão do território, os seus limites, a distribuição das águas, as características dos solos, das plantas e dos animais.

As deslocações e o contacto com os diferentes povos pode ter constituído um factor importante de comunicação e transmissão desses conhecimentos e da experiência vivida com a actividade agrícola, a perícia na manufactura de instrumentos de trabalho e o conhecimento empírico de muitos elementos de cultura material e imaterial.

A passagem da simples recolha de frutos e outros bens da natureza para a criação de plantas e animais, com o aparecimento de novos meios de produção, foi acompanhada de saltos graduais no aumento da população. Por sua vez, a pressão demográfica desempenhou um papel essencial na expansão da produção agrícola. As transformações ocorridas permitiram suportar populações mais numerosas, criando uma esperança de vida comparativamente superior à existente. Há um fenómeno de interacção entre o aumento da produção e o crescimento da população.

A fixação das populações deu lugar a uma muito maior densidade num dado território. Não há números nem estatísticas fidedignas que permitam avaliar as consequências demográficas. Calcula-se, porém, que o número de habitantes corresponda a cerca de 50 vezes mais do que o existente no modo de vida baseado apenas na simples recolha de alimentos. O crescimento demográfico contribuiu para a especialização produtiva, para o aumento da relação entre pessoas e recursos e para a expansão das permutas entre famílias e entre comunidades.

As populações que adoptaram o cultivo da terra abandonaram as migrações sazonais ou as deslocações para regiões vizinhas. Espalharam-se por várias regiões e concentraram-se de preferência nos vales dos rios e lagos, em zonas onde os solos e as pastagens encorajam a vida sedentária.

Com a crescente dessecação de grandes áreas da África e da Ásia, os caçadores domesticaram o gado selvagem e retiraram-se, juntamente com os seus rebanhos, para zonas onde a água existia em permanência. Alguns povos que mais se dedicaram à pastorícia optou por um tipo de vida nómada.

## 2.2 – MEIO AMBIENTE

A introdução efectiva do sistema de produção de alimentos foi influenciada, tanto no tempo como no espaço, pelo ambiente existente e pelos utensílios utilizados. A produção agrícola depende do clima, do estado do tempo, das estações do ano e doutros factores naturais, principalmente dos solos. As condições ecológicas nos trópicos são muito diferentes das zonas temperadas, apresentando problemas específicos e requerendo outras linhas de desenvolvimento para a organização da produção vegetal ou animal.

No modo de vida recolector, o ser humano estava sujeito às oportunidades e limitações resultantes do seu meio ambiente, tendo de se deslocar à procura de áreas favoráveis. Com o modo de produção agrícola o homem consegue intervir sobre esse meio, modificando-o e adaptando-o aos seus próprios interesses e necessidades. Com este avanço, para além do ambiente natural, o homem cria um novo ambiente, o ambiente cultivado, por vezes, prejudicando o equilíbrio biológico.

Há diferenças visíveis entre as condições ambientais favoráveis à simples recolha de plantas e as aconselháveis ao seu cultivo. Por exemplo, o cultivo de plantas chegou tarde às pradarias ervosas das zonas temperadas. A relva da pradaria era muito difícil de trabalhar com os utensílios então disponíveis. Eram igualmente difíceis de

trabalhar os solos com alto teor de argila, as terras húmidas temperadas, as florestas chuvosas tropicais ou as terras semiáridas. Em contrapartida, estava mais facilitada a exploração dos bosques e das savanas, com vegetação intermédia, o mesmo acontecendo com o ambiente ribeirinho.

A criação de animais ainda hoje depende muito das condições ambientais. Muitos solos inconvenientes para a cultura de plantas ajustam-se ao aproveitamento pelo pastoreio. A expansão das florestas trouxe consigo mudanças consideráveis na vida animal. As doenças com origem em insectos representou também outro factor que afectou a criação dos animais domésticos e do gado.

### 2.3 – MATÉRIAS-PRIMAS

As matérias-primas, já utilizadas na economia recolectora, mantiveram-se sem grande alteração. Com a evolução da agricultura foi necessário obter maior quantidade dessas matérias-primas e melhorar a sua qualidade. As aplicações da pedra, da madeira, da pele dos animais, dos ossos ou dos chifres diversificaram-se permitindo a manufactura de novos utensílios de uso doméstico e de instrumentos de trabalho necessários ao amanho das terras ou produção de artefactos. O grande avanço da olaria e o aparecimento generalizado da cerâmica teve como consequência a extracção de argila em grandes quantidades.

As plantas e os animais, ao serem domesticados e criados, transformam-se de objectos naturais em matérias-primas, com a germinação provocada e a reprodução vegetativa. Por sua vez, as novas matérias de origem animal ou vegetal dão lugar a produtos derivados, tais como: as sementes, os tubérculos, as estacas, os grão de trigo ou de milho, os ovos, o leite, etc.

Com a domesticação dos animais começaram a ser utilizados o pêlo da ovelha e da cabra. A lã substituiu o couro, que perdeu a sua importância no fabrico de vestuário. A cultura do linho motivou o aparecimento duma nova matéria-prima a utilizar na produção de vestuário.

No fabrico de objectos decorativos ou mágicos foi preferido o âmbar, resina fossilizada, transparente, que deve a sua importância às suas propriedades electromagnéticas, conhecidas mas, como é evidente, não compreendidas.

### 2.4 – UTENSÍLIOS E INSTRUMENTOS DE TRABALHO

A evolução e o aparecimento de novos utensílios domésticos e instrumentos de trabalho estão directamente relacionados com o desenvolvimento do modo de produção fundamentado no cultivo das plantas e na criação de animais e com a melhoria consequente das técnicas de produção de alimentos.

Para cavar a terra foi descoberto um tipo de enxada larga e pesada com uma lâmina espessa em pedra lascada. Mas, para o simples desbaste das plantas, aparece um outro tipo de enxada menos larga e com lâmina curva. A terra era lavrada com enxadas e pás com orifícios ligados a cabos de madeira. Na América Central foram produzidas enxadas e machados com conchas marinhas. Embora construído de madeira, galhos de árvore com pontas endurecidas, foi enorme o avanço provocado pela introdução do arado simples. O chifre de veado teria sido usado como picaretas e também como relhas de arado. O uso do machado de sílex permitiu o corte de árvores.

Com o desenvolvimento da técnica de manufactura de lâminas minúsculas, denominadas micrólitos, foi possível produzir lanças e lâminas de sílex ou de quartzo cada vez de menor dimensão, montadas em cabos de madeira ou de osso. Estes novos instrumentos foram usados como facas de ceifar, lanças ou pontas de setas. As foices eram constituídas por um punho de madeira no qual eram montadas lamelas de sílex denticuladas, lascadas bifacialmente.

A técnica de polimento contribuiu para melhorar a qualidade dos utensílios usados na produção de alimentos, cujos tipos mais comuns são as taças, os almofarizes para remover as cascas, as pedras de trituração, mós e pilões para transformar os grãos em farinhas, ou para moer legumes, cereais ou bolotas. Na América do Norte iniciaram o polimento da ardósia para obtenção de lanças longas, adagas e facas.

A manufactura de arcos e flechas com micrólitos nas pontas permitiu o desenvolvimento da caça de pequenos animais da floresta, de captura mais difícil. Os instrumentos usados na pesca registaram um grande avanço. Aparecem pontas de osso ou chifres de veado com farpas como partes de arpões ou garfos de pesca, anzóis, redes de vime ou fibras de inhame e pirogas feitas de troncos de árvore escavados pelo fogo.

A criação de gado impulsionou a proliferação de raspadores utilizados no tratamento das peles. A preparação dos bens alimentares foi facilitado pela produção de recipientes de pedra, que se tornaram generalizados e mais sofisticados, sob a forma de mós compostas por grandes pedras ovais com bacias fundas e pilões redondos e ovais. Varas de madeira eram usadas para debulhar o grão.

A descoberta do endurecimento do barro em contacto com o fogo facilitou o aparecimento da olaria e, com ela, os primeiros vasos a usar como recipientes que permitiam o transporte, guarda e cozimento de alimentos. Porém, o couro continuou a servir para armazenar líquidos e os cestos para guardar cereais.

A argila foi utilizada na manufactura de objectos cerâmicos, que adquiriram uma grande expansão em consequência da difusão dum modo de vida mais sedentário. Mas, os povos cujo estilo de vida envolve uma mobilidade quase constante, como os pastores, não usam a cerâmica, preferindo recipientes mais leves e facilmente transportáveis de madeira, pele ou cestaria.

A madeira continuou a ser um dos materiais mais usados. Além das aplicações já citadas, começou a ser utilizada na construção de abrigos, de canoas e remos.

Os objectos decorativos mereceram sempre uma atenção especial dos povos. Vários objectos eram manufacturados com lascas de obsidiana, osso, âmbar ou conchas marinhas.

## 2.5 – MEIOS TÉCNICOS

A evolução das invenções e os desenvolvimentos técnicos estão relacionados com a domesticação e criação de plantas e animais, a alteração do regime alimentar e a difusão dum tipo de vida sedentário. O progresso técnico, que assentava em dezenas de milhares de anos, passa a suceder em poucos milénios e até séculos.

A técnica de cultivo de plantas e criação de animais é uma consequência da acumulação de conhecimentos empíricos ao longo de milénios, no campo da botânica, da zoologia e da genética, e transmitidos de geração para geração. Os conhecimentos botânicos permitiram colocar sementes na terra e plantar tubérculos, iniciando a germinação provocada.

A observação dos efeitos do clima, da natureza dos solos e das estações, a invenção de novos instrumentos de trabalho e o aumento da população humana, constituíram outros tantos factores que influenciaram o aparecimento de novos meios de trabalho. A lavra foi então inventada para remover o terreno e facilitar a sementeira.

Desenvolveram-se novas técnicas de trabalhar a pedra: perfurar, alisar e polir. As fogueiras foram utilizadas para aquecer os rochedos até estalarem, sendo depois os fragmentos moldados segundo a forma desejada. Desenvolveu-se igualmente a produção de micrólitos, instrumentos estes usados principalmente na caça e na pesca..

O polimento da pedra, obtido pelo uso de técnicas de fricção, tornou-se corrente e deu lugar ao aparecimento de utensílios usados no tratamento de produtos agrícolas e preparação de alimentos. Os tipos mais comuns de utensílios polidos são as taças, os almofarizes e diversos tipos de mós e pilões usados para moer legumes, cereais ou bolotas.

A técnica da moldagem, aliada à arte de dominar o fogo, permitiu a descoberta e o desenvolvimento da cerâmica, inovação estreitamente ligada à vida agrícola e sedentária. Surgiram os primeiros vasos e bilhas, modelados e cozidos em argila. Após a descoberta do cozimento do barro, acelerou-se a produção de recipientes. O forno tornou-se uma das mais importantes invenções relacionada com a vida sedentária.

O fabrico de cestos e cordas esteve na origem da tecelagem. Com a criação de plantas começaram a ser usados tecidos. O couro foi substituído pela lã e o linho começou a ser cultivado e, depois de fiado e tecido, utilizado também na manufactura de vestuário. O entrelaçar de palha e juncos foi uma das primeiras formas de tecelagem.

## 2.6 – MEIOS DE TRANSPORTE

Antes da domesticação de animais, o transporte de materiais efectuava-se às costas dos próprios homens. O uso de tracção animal, ou seja, de animais de carga, representou um imenso progresso face ao transporte humano. Começam a surgir os traçados de alguns caminhos. Eram utilizados no transporte os bois ou os burros e os lamas. Estes, por exemplo, transportam pesos de 25 a 30 quilos a passo lento, durante 15 a 20 quilómetros. Estes meios de transporte ainda estão em uso.

A água oferece aos homens caminhos mais fáceis e menos fatigantes. Com o decorrer do tempo, o ser humano começou a construir as suas primeiras embarcações. Na navegação lacustre e fluvial foram muito utilizadas as canoas talhadas a partir de troncos de árvore, adaptados por meio do fogo, bem como outros tipos de embarcações feitas de pele, juncos ou cascas de árvores presas a armações de madeira ou vime. Em algumas regiões asiáticas foram usadas jangadas de bambu. As varas flutuam bem e dispõem duma camada siliciosa que as torna impermeáveis. As fibras de inhame que serviam para fazer redes de pesca, serviam também para calafetar canoas.

## 3 – ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

### 3.1 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

## DOMESTICAÇÃO DE PLANTAS

A domesticação de plantas não foi um acontecimento ou invenção súbita, nem resultou da actividade específica duma sociedade com características particulares. Foi antes a continuação lógica da apanha de frutos, sementes, nozes, bolotas, grãos de cereais, raízes e tubérculos. Os seres humanos, no decorrer de muitos milénios de recolha de plantas, adquiriram um amplo e sólido conhecimento das mais úteis à sua alimentação e do seu ciclo biológico. Estavam conscientes de que as sementes e os tubérculos e estacas germinavam, dando origem a plantas da mesma espécie, os frutos amadureciam ou as raízes se propagavam. Familiarizaram-se com os diferentes vegetais, que seleccionaram, e foram conhecendo os períodos de crescimento e maturação e as condições de reprodução.

As populações aprenderam o que precisavam de saber por forma a praticar a reprodução vegetativa, a qual antecedeu a plantação de sementes. Preocupavam-se em deixar as plantas desenvolverem-se por si antes de as colherem, cavavam e regavam as plantas selvagens..

As árvores eram com frequência vigiadas e protegidas, pois constituíam importantes fontes de alimento e obtenção de óleo. Era estimulado o crescimento de árvores de fruto em redor dos acampamentos. Eventualmente, foram cuidadas e domesticadas mais cedo. Os povos já tinham conhecimento dos efeitos da energia solar. É significativa a prática do abate de árvores para que o Sol atinja as bananeiras no meio da floresta tropical.

As plantas protegidas não forneciam só alimentos, mas também narcóticos e estimulantes, fibras e corantes, juntamente com substâncias de importância medicinal e mágica. É impressionante a prática muito divulgada de desintoxicação de plantas venenosas para depois serem utilizadas como alimentos. Conheciam-se métodos de demolha, filtragem, aquecimento e outras técnicas para os tornarem sãos. Os conhecimentos botânicos alargaram-se às drogas curativas e aos venenos mortíferos.

## CULTIVO DE PLANTAS

Por cultivo de plantas entende-se a plantação intencional de variadas espécies com a finalidade de aumentar a quantidade e melhorar a sua qualidade. Envolve o desbravar do terreno e um trabalho directo sobre o solo. Com a sua intervenção, o homem modifica o ambiente, a estrutura e a fertilidade do solo e a própria vegetação

natural existente. Ao observar o efeito da domesticação das plantas, os homens tornaram-se botânicos praticantes que já muito sabiam dos ciclos de vida de numerosas plantas e como podiam cultivá-las a partir de estacas, tubérculos ou sementes. Assim começou a preparação dos campos para a horticultura, agricultura por plantação e sementeira.

O aparecimento de zonas de cultivo são influenciadas mais pelos condicionamentos ecológicos do que pelas limitações do conhecimento, da descoberta ou da sua difusão. Alguns cenários ecológicos são tão ricos em recursos naturais que se adaptam mais à domesticação das plantas do que ao seu cultivo. É, por exemplo, o caso de populações vivendo do peixe, raízes, bolotas, nozes e outros produtos naturais. A cultura de plantas surge, por vezes, mais tarde influenciada pelo exterior. Em ambientes florestais encontram-se vestígios de muitas plantas domesticadas, especialmente frutos e raízes. A agricultura era desnecessária junto de florestas temperadas e algumas savanas. Era igualmente dispensável a sua introdução em ambientes com demasiada mobilidade, como é o caso dos desertos, estepes e taigas, ou em terrenos difíceis de dominar, como as pradarias ervosas e florestas chuvosas. Por sua vez, orlas das florestas tropicais, como as africanas, beneficiam da existência duma diversidade excepcional de plantas comestíveis.

Numa primeira fase, as terras ainda não eram lavradas, mas eram praticadas algumas técnicas hortícolas, como a plantação de árvores frutíferas, do inhame, mandioca e outros tubérculos.

Os povos agrícolas ao desenterrarem inhames, recolocavam a parte superior do tubérculo para assegurarem a reprodução na estação seguinte. O inhame e a mandioca requerem uma agricultura de plantação, não existindo sementeira, mas uma reprodução vegetativa. A sua técnica de cultivo é diferente da utilizada para os cereais. Consiste no simples corte e plantação de modo a voltar a germinar no solo húmido, sistema ainda praticado nos nossos dias e que influenciou a evolução da actividade agrícola entre as populações que o praticavam.

O inhame serviu de sustento durante milénios e a sua cultura expandiu-se sobretudo nos continentes africano e americano. O seu cultivo desenvolveu-se ao ponto de sustentar, durante milénios, densidades populacionais extremamente elevadas. A sua propagação pode ser considerada como o primeiro estágio de desenvolvimento da produção alimentar, antecedendo o início do cultivo de cereais. A conversão da mandioca em farinha proporcionou o consumo dum alimento, sem ter de recorrer à

recolha diária de plantas, e a acumulação de reservas e excedentes alimentares para consumo posterior ou troca com outras comunidades.

A observação da germinação natural e acidental levou o homem a ensaiar uma germinação provocada, lançando ele próprio a semente à terra. Numa primeira fase, as sementes eram colocadas em pequenas covas, abertas especialmente para esse efeito. Daí apreendeu a necessidade da rega, da verificação da qualidade do solo e a selecção da terra próxima de correntes de água. As comunidades dedicam-se a uma cultura temporária, deslocando-se à medida que as terras cultivadas se esgotam. Na prática, derrubam árvores, cortam arbustos, lançam fogo às ervas e aos troncos ramos abatidos e utilizam as clareiras, fertilizadas pela cinzas, para cultivar plantas, utilizando ainda, o pau de escavar ou apenas a enxada. Esta forma inicial persiste em várias regiões do globo. Alguns instrumentos destinados à colheita de cereais selvagens têm sido encontrados em África, como lâminas de ceifa ou foices de osso dentadas.

Com o uso do arado simples, o camponês passou de hortelão a agricultor de espaços mais amplos. Os sulcos eram pouco profundos, mas suficientes para servirem de pequenos canais que retinham a água e, ao mesmo tempo, ventilarem o solo. O arado não era ainda utilizável em terrenos rijos, mas o seu uso facilitou o cultivo de solos menos férteis ou mais difíceis de lavrar, daí resultando uma extensão da terra arável.

As extensões de terra cultivada tiveram de corresponder às necessidades de alimentação dos povos e também dos animais criados. Com excepção dos solos muito férteis, a procura de novas terras era inevitável. Em algumas regiões, a prática do pousio não era desconhecida, bem como, o enriquecimento da terra com estrume animal. Algumas tribos queimavam uma porção determinada de vegetação e aí lançavam as sementes desejadas. Já eram conhecidas as vantagens da irrigação para aumentar a produção.

As culturas com maior expansão eram as dos cereais, trigo e cevada. No continente asiático desenvolveu-se especialmente a cultura do arroz e no continente americano a cultura do milho e painço. Na África Ocidental eram cultivados cereais secos como o sorgo e uma espécie de painço. Alguns povos praticaram a cultura de forragens para alimentação dos animais.

A passagem da domesticação de plantas para o seu cultivo teve com consequências materiais, entre outras, o crescimento demográfico, o avanço da sedentarização e a propagação da cerâmica.

São assinaláveis as diferenças na evolução das populações que assentaram a sua alimentação na plantação de tubérculos ou na sementeira de cereais. Os efeitos nas relações de produção e na estrutura económica e social apresentam diferenças relevantes. Com a produção de cereais, é possível que se reduzisse o papel das mulheres na obtenção de alimentos e surgisse a possibilidade dum produtor individual gerir excedentes substanciais. É mais acentuada a tendência para uma evolução marcada pela apropriação da terra e doutros meios de produção, por uma divisão social de trabalho mais acentuada, assim como, da estratificação social.

## DOMESTICAÇÃO DE ANIMAIS

A domesticação de animais para servirem de alimento desenvolveu-se a partir da prática de caça. Existem vestígios de que o seu início teria ocorrido antes do cultivo de plantas. Não só passou a constituir um dos principais factores no desenvolvimento da produção de alimentos, como se expandiu por áreas onde se manteve a simples recolha de plantas. Foi um processo longo e complicado, ao longo de dezenas de milhares de anos, que resultou numa acumulação de conhecimentos e experiências acerca do comportamento dos animais.

Vários factores determinaram este importante avanço na actividade produtiva. Observadores atentos dos hábitos dos animais, os homens compreenderam que algumas espécies não se afastavam com a sua presença e teriam até tendência para uma aproximação ao procurarem os mesmos pontos de água, alguma protecção e alimentos. Sobretudo em períodos de seca, homens e animais encontravam-se nos mesmos locais. As espécies domesticáveis são em geral animais de manada ou rebanho, que se juntam facilmente entre si ou até se aproximam dos seres humanos.

A domesticação assumiu várias modalidades. A simples convivência com animais que mais se aproximavam do homem, como é o caso do cão. A presença dos animais próxima dos acampamentos humanos onde lhes eram proporcionados alimentos e resguardo. O desbaste de porções de florestas e de terras ervosas para granjear aos animais selvagens melhores pastos como fontes de alimentos, mantendo-os reunidos para facilitar a sua caça, a sua sobrevivência e reprodução. O amansar certos animais e mantê-los sob controlo humano. A simples captura e manutenção em cativeiro.

Entre os homens e os animais desenvolve-se uma relação simbiótica sem a qual não seria viável a sua domesticação. Os seres humanos procuram proteger os animais das intempéries e dos predadores, conduzem-nos para locais onde podem abrigar-se,

proporcionam-lhes alimentos. Em contrapartida servem as pessoas com os seus produtos, carne, leite, pele, ossos, e ainda, em alguns casos, com o seu trabalho.

Os primeiros animais domésticos não eram mais do que uma reserva de alimentos vivos, embora pudessem existir outros motivos para a sua utilização como auxiliares no trabalho, meio de transporte, animais de sacrifício ou de estimação. O cão parece ter sido o primeiro animal a ser utilizado como meio de trabalho ao apanhar as peças de caça nas florestas e matagais, prestando assim uma valiosa ajuda aos caçadores.

A domesticação de espécies disponíveis começou quando o ser humano atinge um certo nível de desenvolvimento económico e cultural num área determinada. Podem ter existido centros de domesticação em diferentes lugares em épocas semelhantes. Em certas zonas começou mais tarde porque a abundância de recursos tornava desnecessária a manutenção de gado doméstico.

A domesticação desempenhou um papel fundamental na criação posterior do gado e de animais domésticos, continuou nos tempos seguintes e ainda continua a ser realizada em certas partes do mundo.

## CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Após o desenvolvimento da domesticação, os homens verificaram que a guarda e conservação junto de si de rebanhos resolvia alguns problemas alimentares. Da domesticação surgiu o cativeiro e depois a criação. O cativeiro é uma forma inicial e primitiva de criação de animais domésticos. Baseia-se numa selecção de castas consciente e numa alimentação cuidadosa em termos quantitativos e qualitativos.

Embora a finalidade inicial da domesticação e criação de animais tivesse sido o fornecimento de carne, outros usos derivados foram descobertos. O leite permitiu a obtenção de natas, manteiga e queijo. O estrume espalhado pelo campo enriqueceu o solo. Os ossos e os chifres constituíam boas matérias-primas para o fabrico de utensílios. Do pêlo apareceu a lã e com a pele se fabricou o couro. Os animais fornecem ainda materiais para manufacturar vestuário e para outras artes.

Os animais criados ajudam ao trabalho agrícola, proporcionam força de tracção e transporte para pessoas e coisas, agem como guardas, auxiliam na caça e noutras actividades. Transformam-se em meio activo auxiliar do trabalho. O uso do cavalo, do

burro e do lama, como instrumentos de trabalho e de transporte de carga, constituiu uma mudança profunda que impulsionou a criação de animais.

Com a criação de animais alterou-se a dieta alimentar e surgiram novas necessidades como a conservação dos alimentos, o tratamento das peles e dos ossos, a modificação do sistema de abrigos ou dos acampamentos. A caça e a simples domesticação perderam a sua importância. Isto não significa que não perdurassem até aos tempos actuais e que não persistissem mesmo entre populações nómadas.

Alguma espécie de animais necessitam duma alimentação semelhante à dos humanos, o que se tornou num obstáculo à sua criação em larga escala. Por outro lado, eram já indispensáveis à alimentação da população, cujo aumento constante implicava a ampliação da terra cultivada e da criação de animais. Estes dois conjuntos de factores contribuíram para o desenvolvimento da actividade produtiva. Desenvolveu-se uma fonte de riqueza até então desconhecida e criaram-se relações económicas e sociais inteiramente novas.

Os animais domésticos adaptam-se à presença humana, podem ser seleccionados pelas famílias e estão estreitamente ligada à vida sedentária. Mas com o aparecimento dos rebanhos, constituídos por bois, carneiros, ovelhas, cavalos, lamas e outros mamíferos, colocou-se o problema dos pastos, pois os animais necessitam de água, erva fresca e abundante. Quando estes produtos não existem nos locais de acampamento, as tribos pastoras vêm-se forçadas a emigrar. Formaram-se assim as primeiras comunidades pastorícias, acentuando-se o nomadismo como estilo de vida, a divisão de trabalho e a intensificação inevitável da troca directa. Em zonas de clima mais variado e montanhoso é ainda hoje frequente a prática da transumância que motiva deslocações temporárias dos pastores, facilita a alimentação dos animais e permite a utilização de folhas de certas árvores e arbustos para forragens.

A economia de pastoreio depende muito das diversidades ambientais. Segundo parece a pastorícia antecede a agricultura. O homem aprendeu primeiro a conhecer os animais e, em seguida, a observar e a servir-se dos ciclos da natureza necessários à agricultura. A componente tecnológica necessária ao pastor completou-se antes que o homem dominasse as técnicas do trabalho da terra.

## CAÇA

A caça continuou a desempenhar um papel importante, embora não essencial, na obtenção de alimentos. Passa para segundo plano e altera-se o comportamento dos próprios caçadores.

A caça de grandes animais a viver em manadas nas estepes e nas tundras deu lugar à caça de animais de floresta que viviam em grupos mais pequenos ou mesmo isolados. Estes eram de mais difícil captura, passando os caçadores a fazer quase uso exclusivo do arco e da flecha. Por vezes, em algumas regiões, extraíam veneno de algumas plantas para utilizar nas setas. Cresceu a tendência para caçar peças mais pequenas, como aves aquáticas.

Os conhecimentos adquiridos com a domesticação dos animais foram aproveitados na caça. Algumas comunidades praticaram uma forma de caça selectiva, procurando machos velhos ou jovens, mas poupando as fêmeas. No Sudeste Asiático e Austrália, por exemplo, os caçadores queimavam porções de floresta e de terras ervosas, antes do começo da estação chuvosa, para a que nova erva e as plantas jovens de outras espécies proporcionassem fontes de alimento rico, atraindo assim os animais selvagens ao pasto e, uma vez reunidos, obterem uma caça mais fácil e abundante. As queimadas eram também praticadas como meio de forçar os animais a fugir às chamas e assim mais facilmente abatidas. Os cães domesticados e amestrados foram aproveitados como auxiliares na caça.

## PESCA E ALIMENTOS MARÍTIMOS

Com o avanço do modo de produção alimentar e a tendência para um tipo de vida mais sedentário, a pesca assume mais importância e dá lugar a uma intensificação de relações com as comunidades dedicadas à agricultura. Era frequente a localização destas comunidades na proximidade do mar, dos lagos, rios ou outros pontos de água, onde a disponibilidade de alimentos aquáticos, principalmente peixe, permitia uma habitação semi-permanente e facilitava a troca directa de produtos.

A tecnologia utilizada contribuiu muito para este avanço. O equipamento de pesca inclui já cabeças de arpões de osso farpadas, pedras com sulcos, que serviam de contrapesos a redes de pesca, anzóis de osso e madeira atados a pequena hastes de ardósia, etc. Para fazer fios e redes de pesca, eram aproveitadas as fibras do taro e do inhame.

Para as comunidades a viverem nas áreas marítimas era importante a apanha de produtos do mar. Com a subida da temperatura verificou-se uma abundância de marisco

e crustáceos largamente aproveitada pelas populações. Intensificou-se, em regiões mais frias, a caça às focas. Em algumas áreas costeiras, a economia baseava-se na exploração de recursos alimentares marítimos.

## CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS

A criação de plantas e animais são actividades que pressupõem a existência duma certa reserva de alimentos. Torna-se necessário dispor de sementes e outros elementos para lançar à terra, de criar e alimentar animais com vista à sua reprodução, ou seja, não consumir alimentos no presente com vista a conservar uma maior quantidade para o futuro. São ainda necessários alimentos para a comunidade subsistir no tempo que medeia entre as sementeiras e as colheitas.

O sedentarismo, o aumento demográfico e a acumulação de excedentes, acentuaram a necessidade de criar essas reservas, o que só foi possível com o desenvolvimento de técnicas de conservação e armazenamento. Antes de serem transformados em farinha, os cereais eram guardados em jarros grosseiramente cozidos e enterrados no solo, que se podem considerar como os primeiros silos, ou armazenados em covas, poços forrados de barro ou fossas localizadas nas grutas. Fornos escavados no solo e tulhas de argila serviam para armazenagem comunal de cereais e farinha.

Eram já conhecidos processos de conservação de alimentos por meio de cozedura, fumeiro, salga ou secagem ao Sol. Os habitantes do Ártico praticavam a congelação para preservar os alimentos durante os longos meses de inverno.

A criação de excedentes e a sua conservação e armazenamento permitiu uma acumulação de alimentos a partilhar, o que encorajou o estabelecimento das primeiras aldeias e provocou profundos reflexos nas seguintes relações económicas e sociais.

### 3.2 – OUTRAS ACTIVIDADES PRODUTIVAS

#### PRODUTOS AGRÍCOLAS NÃO ALIMENTARES

A cultura do algodão teve enorme influência no desenvolvimento económico e social como matéria-prima para a produção de redes e cordas usadas na pesca, no começo da fiação e tecelagem. O linho foi cultivado de início como uma planta oleaginosa e só mais tarde utilizada como planta têxtil.

Algumas comunidades ameríndias cultivavam e tratavam o tabaco, planta desconhecida noutros continentes. A esta planta eram atribuídas virtudes medicinais, pelo que lhe era dado o nome de erva-santa.

Material fibroso era extraído de troncos e folhas de árvores, como o sisal e a palmeira, servindo para produzir fios e cordas.

#### ARTEFACTOS EM PEDRA

A produção de utensílios e instrumentos de trabalho líticos registou uma evolução no sentido qualitativo e quantitativo. O aperfeiçoamento técnico deu lugar à produção de instrumentos líticos com superfície lisa e polida, pontas de seta, utensílios bifaciais ou de moagem. Novos processos de corte permitiram uma produção em série de artefactos em sílex e um aumento de rendimento.

Os trabalhos em pedra tornaram-se mais difíceis e complexos e acentuou-se a incompatibilidade de os realizar em simultâneo com as actividades agrícolas, pastoris ou mesmo domésticas. Os novos meios técnicos exigem operações reflectidas e coordenadas o que origina alguma especialização e conseqüentemente a transferência desta actividade para a mão de artesãos a tempo inteiro ou parcial.

Em muitos locais os arqueólogos encontraram restos de oficinas de instrumentos de pedra. Provavelmente, os artistas trabalhavam por conta da colectividade, como acontece ainda hoje com os artesãos permanentes de comunidades gentílicas índias.

#### OLARIA, CERÂMICA

Os recipientes tradicionais eram, antes do aparecimento da olaria, construídos em madeira, pedra, pele, vime ou cabaças ocas. O conhecimento do facto de o barro endurecer com o fogo deu lugar ao aparecimento de novos receptáculos que numa fase inicial se limitaram a imitar a forma e a decoração dos que os precederam.

A olaria aparece na altura em que as espécies plantadas ou cultivadas começam a predominar sobre as selvagens. Porém, entre algumas populações de caçadores e recolectores, mais ou menos sedentários, a olaria já era conhecida. A sua expansão acompanha o desenvolvimento das forças produtivas e a utilização da terra como meio de trabalho humano. Os utensílios em barro ao permitirem armazenar e cozinhar os alimentos, facilitaram a substituição parcial duma dieta à base de carne por outra à base de cereais e outras plantas.

O fabrico de vasos cerâmicos exige já o conhecimento de técnicas destinadas a purificar o barro, misturá-lo com pequenos fragmentos, temperá-lo, modelar o vaso e cozê-lo a elevada temperatura numa cova ou forno. Os primeiros artesãos produziram cerâmica feita à mão, portanto, sem roda de oleiro, mas já utilizavam uma grande variedade de minerais como pigmentos para decoração. Os primeiros recipientes de cerâmica, até agora encontrados, foram produzidos no Japão há cerca de doze mil anos.

A produção generalizada de recipientes de cerâmica para fins funcionais, vasos e tigelas, só era útil para grupos de pessoas que permanecessem num local durante períodos de tempo prolongados, ou seja, que tenham adoptado um modo de vida relativamente sedentário, seja numa economia agrícola ou numa economia de caça e recollecção altamente produtiva.

### TECELAGEM, VESTUÁRIO

A tecelagem surgiu com a domesticação da cabra, da ovelha e doutros animais como o lama, o guanaco e a vicunha. A fiação e a tecelagem desenvolveram-se também após o conhecimento adquirido com a utilização de certas plantas têxteis como o linho, o algodão e outras fibras vegetais.

Antes da descoberta do algodão, eram produzidos sacos e redes com fibras vegetais, principalmente juncos utilizados para fazer fios entrelaçados, técnica que não necessita de equipamento de tecelagem.

As vestes tecidas tomaram o lugar das peles de animais, pois o material tecido já podia ser utilizado para fazer roupa à semelhança das peles. Eram igualmente produzidos pequenos cestos, sacos e outros objectos para transporte.

A expansão do vestuário está relacionada com o clima. O vestuário de couro e de pele, usado nas áreas mais frias, foi substituído ou completado por roupas de lã. Nas zonas tropicais, e mesmo algumas zonas temperadas, o vestuário não era usado ou limitava-se a algumas partes do corpo.

Nas zonas onde o vestuário se tornou indispensável desenvolveu-se uma actividade produtiva, de características artesanais, que constituiu um factor influente na divisão do trabalho entre os elementos da comunidade e na sua evolução económica e social.

### CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES

Com o novo estilo de vida os agricultores começaram a necessitar de abrigos mais estáveis não só para viver mas também para guardar os cereais e outras plantas e proteger as crias de animais. As habitações começam a ser ampliadas com compartimentos destinados a pessoas, a animais e géneros.

O sedentarismo foi acompanhado do abandono dos abrigos ocasionais em grutas e covas subterrâneas seguido dum grande desenvolvimento da construção de habitações adaptadas aos diversos climas e condições naturais. O tipo de construções e as técnicas utilizadas variam com o meio natural ambiente, dependem dos materiais disponíveis e do nível de desenvolvimento económico e social das populações.

Em climas quentes e temperados eram construídas edificações de madeira ou vime, revestidas de adobe, mais duráveis que as cabanas primitivas. Nos Andes, um conjunto de casas era construído com varas de salgueiro e acácia, com telhados feitos dos mesmos materiais, ou com canas atadas com cordas de junco. Na Europa Central, os agricultores que viviam num ambiente florestal utilizavam largamente a madeira na construção dos seus abrigos.

Entre os materiais mais acessíveis encontra-se o barro, de fácil obtenção, bom para a construção em climas secos e que tem boas condições estruturais e térmicas. Os tijolos feitos de barro eram moldados à mão e postos a secar ao sol, servindo para construir paredes, usando argamassa do mesmo material. Em regiões bem distantes, como o Norte da China e a Europa, as paredes das casas eram de taipa e os telhados de colmo ou de canas.

A pedra simples, material usado na vida corrente, serviu para a construção de habitações mesmo de pedras apenas sobrepostas, em substituição das cabanas e cavernas primitivas. Este avanço permitiu a construção em locais próximos de cultivo de plantas. A gruta natural é assim substituída por uma gruta artificial de acordo com as necessidades dos habitantes.

Surge, com frequência, o aparecimento de lareiras em redor das quais a família se reúne para comer num acto social, quase ritual. As lareiras interiores ou exteriores aos locais de abrigo representam um importante passo na actividade de construção. Eram abertas concavidades no chão onde se colocavam blocos de argila aquecidos para cozinhar. Como combustível utilizavam a madeira e os ossos dos animais abatidos. As lareiras exteriores nos acampamentos confirmam o elevado grau de cooperação entre os habitantes da comunidade.

A organização do espaço interno, começa a ser dividido em áreas distintas, sendo possível identificar áreas de talhe ou áreas com pequenas covas utilizadas como braseiro ou armazenamento. Tulhas de argila serviam para armazenar cereais e farinha.

As estruturas habitacionais não podiam abrigar mais do que um número reduzido de pessoas. Porém, em muitas sociedades sedentárias de caçadores e recolectores ou de cariz agrícola eram construídas estruturas comunitárias, bem maiores que as residências normais, onde se realizavam reuniões religiosas ou do conselho da tribo. Em muitos casos, linhagens inteiras viviam no interior da mesma estrutura, como acontecia na bacia amazónica.

Esta actividade não podia ser realizada apenas por artesãos ou indivíduos isolados. Em geral, toda a comunidade participava da construção.

### RECOLHA DE MINÉRIOS

A produção de instrumentos de trabalho e utensílios exigia a remoção e recolha de pedaços de rocha dos amontoados de seixos, do chão e das encostas dos montes. As pedras, o sílex ou a obsidiana eram recolhidos directamente da camada superior ou de depósitos muito pouco profundos. Deve entender-se apenas como uma actividade de recolha de matérias-primas à superfície.

Ao cavar mais profundamente o solo, encontravam-se tipos de sílex mais duradouros e de melhor qualidade. Há alguns indícios escassos de escavações, mas não se pode classificar esta actividade como de extracção de minérios, que exige uma especialização, uma organização e divisão de trabalho ainda não atingidas neste modo de produção.

Alguns minerais são fáceis de encontrar, como a hematite, o caulino, o carvão e o ocre, havendo conhecimento da sua recolha mesmo antes do início da produção agrícola. Com a alteração da dieta alimentar alterou-se as proporções de hidratos de carbono e, conseqüentemente, aumentou consideravelmente a carência de obtenção de sal.

### 3.3 – ACTIVIDADES CULTURAIS E SOCIAIS

#### SAÚDE

As funções de médico e curandeiro da comunidade eram exercidas pelo especialista religioso que desempenhava um papel terapêutico. Os medicamentos eram

feitos de plantas selvagens, por vezes, colhidas em zonas distantes e transportadas para os acampamentos onde eram preparadas. Alargaram-se as drogas curativas.

As longo dos tempos e por meio duma prolongada experiência, que ainda algumas tribos actuais possuem e utilizam, os homens adquiriram um profundo conhecimento empírico duma ampla variedade de plantas medicinais na cura de doenças. Este conhecimento encontra-se, por vezes, ligado com a magia.

## CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

O conhecimento científico foi-se desenvolvendo através da experimentação e do erro. A espécie humana interroga-se acerca da natureza e, mesmo com respostas irracionais, surgem as primeiras sementes da análise científica.

A agricultura incentivou o desenvolvimento de conhecimentos positivos. A evolução da sociedade permitiu que a obtenção de produtos alimentares deixasse de constituir a única ocupação da espécie humana. Criaram-se assim condições propícias ao aparecimento de actividades criativas e analíticas.

Durante esta fase da vida do homem nota-se a existência dum grande poder de observação. O homem começa a interrogar-se sobre os fenómenos da natureza, a aperceber-se do ciclo biológico das plantas e dos hábitos dos animais. A invenção de alguns instrumentos denota já o domínio de algumas leis da mecânica.

As observações astronómicas permitiam a deslocação por matos espessos ou a feitura de calendários. O homem aprendeu a guardar as sementes para as lançar na altura própria e a conhecer os ciclos agrários.

Dizem os cronistas que acompanharam os nossos navegadores, referindo-se aos índios do Brasil, “regendo-se pelo Sol vão a todas as partes que querem, duzentas e trezentas léguas, por matos espessos sem errar ponto”

Os conhecimentos adquiridos, embora empíricos, são transmitidos às gerações e exerceram uma grande influência no aparecimento sucessivo de novos instrumentos de trabalho e de novas formas de produção.

## PRODUÇÃO ARTÍSTICA

A arte foi igualmente influenciada por uma vida mais sedentária, e portanto mais regular, pelas novas actividades e pelo aparecimento da cerâmica.

A par dos episódios de caça, os desenhos, gravuras ou pinturas representam-se também cenas agrícolas, combates ou elementos de culto religioso. Os artistas começam

a procurar responder às suas exigências interiores expressas sobretudo na arte decorativa.

As matérias-primas usadas na decoração, nos ornamentos e pinturas do corpo eram alguns dos principais objectos de troca, por vezes a longas distâncias.

## MITOS E CRENÇAS RELIGIOSAS

O desenvolvimento da inteligência deu lugar a preocupações com a defesa da vida e o seu mistério. A espécie humana começa a interrogar-se acerca destes fenómenos e a procurar explicações que conduziram a formas primitivas de crenças religiosas. O novo estilo de vida influenciou a procura de explicação para os fenómenos naturais incompreensíveis e ameaçadores (trovoadas, vendavais, calor, frio, secas, inundações, etc.), que revestia uma forma mitológica. Desenvolveu-se o culto da fertilidade e a prática de rituais de apelo a boas colheitas ou a condições atmosféricas favoráveis.

A produção agrícola está sujeita, em toda a parte, ao capricho das forças da natureza e a vida sedentária exigia a constante obtenção de recursos alimentares, sem o que a fome se instalava. Daí a crença de que elementos religiosos poderiam controlar as forças sobrenaturais.

Os fenómenos da morte e da crença do que poderá acontecer para lá da vida dá origem ao desenvolvimento de manifestações religiosas que se vêm a reflectir nas actividades dos povos. Surge o costume do enterro, acompanhado de cerimónias e cultos, a criação de sepulturas, a cremação, a junção dos objectos ou ornamentos pessoais. Surge assim uma actividade que não se destina a satisfazer necessidades materiais prementes, mas à prestação dum serviço destinado a responder uma preocupação intelectual do homem.

Com o desenvolvimento dos conceitos mitológicos ou religiosos, alguns indivíduos começam a deixar de intervir, no todo ou em parte, no trabalho diário de garantia de subsistência e ainda a adquirirem uma posição social de destaque em relação aos restantes membros da comunidade. Acentuaram-se as diferenças sociais com os xamãs a desempenharem o papel de chefe nos rituais, agindo como intermediários entre o povo e os poderes aceites como mais elevados.

## 3.4 – DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

A produção intensiva de alimentos afectou a partilha igualitária, que ocorria de forma natural entre as comunidades de caçadores e recolectores, e abalou a solidariedade e reciprocidade existente. Os produtos eram obtidos com o trabalho comum e, como tal, eram igualmente repartidos entre todos os membros da comunidade.

Uma das consequências do novo estilo de vida foi a mudança radical da dieta humana. A alimentação registou um decréscimo no consumo de carne e tornou-se mais diversificada. Passou a basear-se mais nos cereais: trigo na Ásia Ocidental e Europa, arroz na Ásia, sorgo e painço em África e milho na América. O inhame e outros tubérculos constituíram, em África, uma significativa parte da dieta durante vários milénios. A domesticação e criação de animais acrescentou novos e importantes elementos à dieta diária: ovos, leite e seus derivados. A carne começou a ser em parte cozinhada no fogo, em bolsas de couro ou em covas.

Numa fase inicial, para cozinhar os alimentos eram colocados sacos de pele ou cestos entrançados numa cova que se enchia com água e pedra aquecidas. O aparecimento de vasos de barro alterou esta prática e deu lugar ao cozimento sistemático dos alimentos. A maior utilização de vegetais tornou indispensável o uso de sal.

### 3.5 – TROCA DIRECTA

Com o aparecimento do modo de produção baseado no cultivo de plantas e criação de animais, os utensílios e os instrumentos de trabalho começaram a ser produzidos por indivíduos mais dedicados a essa actividade. Estas modificações tornaram inevitável uma progressiva penetração dum sistema de troca directa no seio da própria comunidade. Numa primeira fase essa permuta assumia naturalmente um carácter rudimentar e ocasional. A progressiva diferenciação da produção, o aparecimento de novas técnicas e a divisão de trabalho que se foi implantando entre os habitantes, incrementaram a regularidade do regime destas trocas entre agricultores, pastores e artesãos. Certas matérias-primas já só podiam ser obtidas por troca, por vezes, no decurso de deslocações a longas distâncias.

O aparecimento duma produção remanescente originou uma disponibilidade de bens susceptíveis de serem objecto de permuta, incluindo produtos alimentares, especialmente animais, peles, objectos de artesanato, como cerâmica ou tecidos, objectos decorativos ou de prestígio. A técnica de polimento e o tratamento mais

aperfeiçoado da pedra deram lugar a um acréscimo e extensão da procura dos materiais adequados para o fabrico de instrumentos de trabalho. A utilização do sal no cozimento dos alimentos pode ter influenciado a frequência de permutas a longas distâncias. Estes factores, e eventualmente outros, como o contacto com populações piscatórias, exerceram uma forte influência no regime de troca directa entre as diferentes comunidades. Mesmo os grupos humanos, que mantiveram o seu tradicional estilo de vida, permutavam regularmente os seus produtos com as comunidades agrícolas.

Por sua vez, estas relações entre as comunidades, originadas pela progressiva expansão das trocas directas, tiveram presumivelmente grande importância na difusão do cultivo das plantas e na domesticação e criação de animais.

A troca recíproca, colectiva e individual, a troca cerimonial de ornamentos ou de produtos alimentares persiste ainda nos nossos dias. É uma característica dos povos que, unidos entre si por laços de parentesco, mantêm um tipo de relações regidas pelo princípio da reciprocidade.

É essencial ficar bem claro que, neste modo de produção, os materiais, utensílios e objectos que os habitantes ou as comunidades trocam entre si não são produzidos com esse fim, pelo que não podem ser classificados como mercadorias.

#### 4 – ESTRUTURA ECONÓMICA

##### 4.1 – ACAMPAMENTOS E ÁREAS DE OCUPAÇÃO

Cada comunidade tende a dispor do seu próprio território, alargado a áreas de cultivo ou pasto, desenvolvendo-se um conceito de propriedade colectiva numa forma embrionária.

No território ocupado pela comunidade são frequentes três espécies de acampamentos:

- um, onde ocorriam todas as actividades essenciais para a subsistência dos seus ocupantes e que era habitado durante períodos relativamente grandes;
- outro, com carácter temporário, onde eram levadas a cabo actividades sazonais mais especializadas;
- e, ainda, um outro mais simples, sob a forma de abrigos, onde os caçadores passavam algumas noites.

A localização dos acampamentos tem já a ver com as áreas favoráveis às actividades agrícolas ou pastoris. Conjuga-se com a proximidade da água, ao longo dos

cursos de água, dos lagos ou a pouca distância da beira mar. Os acampamentos em terras altas são, em geral, sazonais, ou correspondem a planaltos onde é viável a prática agrícola. Nas zonas florestais surgem acampamentos em locais abertos entre as florestas e os campos, que revelam uma considerável estabilidade residencial. Os locais mais apropriados para serem habitados vão-se tornando acampamentos permanentes, utilizados durante temporadas relacionadas com determinados tipos de actividades.

#### 4.2 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A actividade produtiva é caracterizada por uma diminuição da simples recolha de alimentos e da caça à medida que se amplia o cultivo de cereais, se desenvolve a horticultura e a criação de animais. A produção agrícola implica um trabalho a prazo, sem efeitos imediatos, bem diferente da simples recolha de plantas.

Antes, o mesmo indivíduo ou a comunidade em si produzia os seus próprios instrumentos de trabalho, caçava, recolhia alimentos, etc. Estas tarefas foram-se separando a pouco e pouco o que ocasionou uma tendência para uma grande expansão do artesanato. Entre os agricultores, os pastores e os artesãos intensificou-se a permuta de instrumentos de trabalho ou utensílios por géneros alimentícios com as consequentes implicações na troca directa que deixa de ser acidental e passa a adquirir um carácter de frequência regular.

Estas alterações na actividade acarretaram profundas modificações no modo de vida e nas relações entre os homens. A remodelação da organização da produção provocou alterações radicais necessárias à consolidação da nova sociedade agrícola. As unidades económicas passam assentar nas famílias que, por sua vez, se integram num espaço económico mais amplo e coeso.

A especialização na agricultura, pastorícia e artesanato ampliou a divisão do trabalho e implicou uma coordenação das actividades laborais no sentido de as tornar mais eficazes. A caça de animais de grande porte exige uma acção conjunta e coordenada bastante complexa. O modo de produção alimentar pressupõe um funcionamento mais centralizado e uma direcção baseada numa hierarquia aceite pela comunidade. Aproveitando os conhecimentos acumulados ao longo de milénios, o homem revelou, pela primeira vez, a sua capacidade e possibilidade de programar e controlar a produção dos seus meios de subsistência.

A acção do homem sobre a natureza assume um carácter premeditado e orientado para objectivos determinados e previamente conhecidos, o que implica uma

gestão consciente. A produção de artefactos atinge um nível em que o seu fabrico se divide em várias etapas que podem ser executadas por diversos membros da comunidade. As tarefas de cada indivíduo tornam-se cada vez mais específicas e orientam-se segundo o sexo, a idade e as aptidões para uma outra ocupação. A divisão do trabalho é a mais importante premissa da formação da actividade consciente.

A actividade económica começa a exigir uma instituição reguladora. O trabalho é organizado pelos membros mais velhos e mais experientes da comunidade, guardiões da informação acumulada, designadamente, os anciãos e os chefes do clã ou da tribo. As relações entre os agricultores e os primeiros trabalhadores especializados e a necessidade de proceder a certos trabalhos de maior porte em comum, requeriam o estabelecimento de costumes, aceites por todos, para a harmonia das relações entre os habitantes. As tradições e os costumes constituíram as primeiras formas de governo consciente que, posteriormente, se transformaram em leis não escritas.

Surgem indícios dum severo sistema de ensino e educação da juventude, nomeadamente na preparação de caçadores ou na aprendizagem da técnica de fabrico de instrumentos, transmitida de geração para geração.

#### 4.3 – FORMAS DE PROPRIEDADE

Com o cultivo de plantas e a criação de animais, levantam-se questões dentro do agrupamento humano relacionadas com a pertença dos objectos utilizados na produção, com a posse da própria terra ou dos bens produzidos. A quem pertencem os produtos hortícolas plantados num pedaço de terra por um indivíduo ou a sua família? A quem pertencem os animais domesticados ou criados pelos pastores? A quem pertencem os cereais cultivados pelo camponês ou os artefactos manufacturados pelo artesão?

Para a caça era suficiente a forma vaga de retenção dum conjunto de território, o que de resto não impedia o caçador de utilizar outras áreas. Essa forma vaga de posse da terra não podia convir para cultivar os campos ou criar áreas de pastagem. Nesta fase de produção agrícola desenvolve-se um conceito de propriedade comunal de terras semeadas ou de vales e pradarias indispensáveis à alimentação dos animais. As terras férteis são pertença da colectividade aldeã e a cultura era efectuada colectivamente ou afecta aos clãs ou às famílias. As aldeias agrícolas mantêm o principio da propriedade comunal.

A terra não cultivada é expressamente reconhecida como pertencendo ao clã, à tribo ou à aldeia, mas quando arroteada e trabalhada torna-se usufruto da família a quem

foi atribuída. Com a conversão à agricultura, a família encontra-se reforçada em detrimento do clã. Esta transformação social realizou-se lentamente à medida que foi adoptado o modo de produção alimentar.

Com a vulgarização dos domínios familiares verificou-se também uma gradual e lenta transição para o reconhecimento posterior da apropriação privada dos meios de produção utilizados pela família. O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho conduziu à sua individualização, quer por parte dos utilizadores quer dos artesãos. A enxada ou o arado simples, adaptavam-se melhor ao uso individual ou familiar, conseguindo-se assim melhores resultados. Isto provocou a necessidade duma mudança no modo de apropriação dos instrumentos de trabalho, ou seja, a passagem inevitável da posse colectiva de alguns meios de produção para a posse individual.

Alguns objectos de uso comum mantêm-se na posse da comunidade; outros, como armas, peles, adornos pessoais, utensílios domésticos, são objectos de pertença individual, dificilmente discutida.

Os agricultores ao deterem a sua própria parcela de terra arável, os seus instrumentos de trabalho e ao utilizarem o próprio gado como meio de trabalho, passaram, com o desenrolar do tempo, a sentirem-se detentores dos meios de produção e, bem assim, dos excedentes dos bens de consumo produzidos.

As pastagens eram comuns e a posse dos rebanhos reveste um carácter familiar ou colectivo, mesmo entre os povos que optaram por uma vida pastoral nómada. Os indivíduos dedicados à pastorícia tornaram-se possuidores do gado e, portanto, duma importante fonte de alimentos, trocando depois os seus excedentes por outros produtos alimentares ou utensílios.

Até ocorrerem estas transformações no processo produtivo, as comunidades consideravam-se colectivamente detentoras dos produtos recolhidos. Como vimos, no modo de produção recolector os produtos são partilhados em comum pelos indivíduos a elas pertencentes. O trabalho individual de pessoas ou famílias isoladas pressupõe também a apropriação dos recursos e dos bens produzidos.

O aparecimento do uso particular dos meios de produção dá lugar a um certo isolamento do indivíduo ou da família, enquanto que no modo de vida recolector o homem está integrado no colectivo. Os laços comunais ainda não são destruídos, mas já não se pode falar de uma inteira fusão do indivíduo com a comunidade.

#### 4.4 – DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

No modo de produção alimentar assiste-se, no decorrer de alguns milénios, a uma especialização progressivamente mais acentuada na utilização dos meios de trabalho com reflexos na separação entre o trabalho doméstico e de recolha de plantas, o trabalho agrícola e pastoril, a caça e a pesca, a extracção de sílex e outras matérias-primas, a manufactura de artefactos. Aparecem os primeiros seres humanos que dedicam todo ou parte do seu tempo, numa forma predominante, a estas actividades.

Não se trata já duma simples atribuição de tarefas com base na idade, no sexo ou na aptidão dos indivíduos, de acordo com as diferenças naturais entre os membros da comunidade, mas numa divisão de trabalho que se concretizou em várias áreas com os consequentes efeitos nas relações económicas e sociais entre os homens. Não será fácil estabelecer uma ordenação temporal nesta divisão social do trabalho.

Com a introdução de pesados instrumentos agrícolas, o trabalho dos campos tornou-se demasiado árduo e a criação de gado demasiado perigosa. Estes trabalhos passaram a estar mais reservados aos homens, que assim passam a deter uma maior intervenção na posse dos meios de trabalho e dos alimentos produzidos. Lavrar a terra é um trabalho mais duro e era feito pelos homens com a ajuda de animais de tracção. A evolução para a criação do gado transumante constituiu um factor decisivo dessa mutação. A criação de gado, a caça e o cultivo de cereais passaram a ser trabalhos essencialmente realizados por homens.

Formaram-se campos de actividade nos quais o homem foi substituindo gradualmente a mulher, reservando esta a sua actividade para a recolha directa de plantas comestíveis, a horticultura ou a criação de animais domésticos, fição ou tecelagem, o trabalho doméstico. Esta mudança deu lugar a uma divisão social de trabalho por sexos, com reflexo na posição social e na instituição da família.

A continuação da caça e da pesca, a par da actividade agrícola, pastoril ou artesã, motivou uma separação e maior especialização daquelas actividades.

A procura de matérias-primas e a manufactura de artefactos de pedra, madeira ou osso e, mais tarde, a olaria e a cerâmica, originaram um tipo de especialização em actividades que se isolaram das restantes. À medida que a manufactura de utensílios e instrumentos de trabalho se torna mais complexa e intensa, certos indivíduos mais hábeis e engenhosos passam a dedicar a quase totalidade do seu tempo a essa tarefa. A especialização artesanal foi o resultado directo do sedentarismo e do desenvolvimento

da produção agrícola. A separação entre a agricultura e o artesanato origina uma outra divisão social do trabalho.

Em muitos casos, os artesãos continuaram a trabalhar por conta da colectividade, como ainda acontece actualmente, realizando-se a troca no seio da comunidade como situação excepcional. Os artefactos produzidos passaram a ser também objecto de permuta com outras camadas sociais, em vez de produzidos e consumidos apenas por toda a comunidade no seu conjunto.

As tribos que povoam territórios dotados de ricas pastagens tendem a abandonar a agricultura em proveito da criação de animais, o que conduziu à existência dum grupo social definido que deu origem às comunidades nómadas. A criação de gado começa a formar um ramo produtivo diferente. As tribos pastoris separam-se das restantes dedicadas prioritariamente ao plantio ou à sementeira.

Os excedentes de produção de alimentos, possibilitaram o aparecimento de indivíduos total ou parcialmente dedicados a um trabalho mental e criativo que exerceu grande influência na expansão artística e científica e sobretudo no desenvolvimento dos mitos e religiões. Surge uma separação entre trabalho físico e intelectual e o aparecimento de indivíduos que não intervêm directamente na produção material, mas beneficiam na repartição comunal dos bens produzidos.

Antes o homem era simultaneamente caçador, recolector, artesão, pescador e guerreiro, exercendo a sua actividade em agrupamentos muito homogéneos. Com o novo tipo de vida os camponeses e os pastores exercem uma actividade mais isolada, as populações dos acampamentos ou das aldeias sentem-se indefesas e necessitam de protecção para si próprios e para os bens produzidos e guardados. Surge assim um grupo de guerreiros com a missão de defender as pessoas e os bens.

Com os sacerdotes e os guerreiros criou-se uma nova actividade caracterizada pelos serviços prestados à comunidade por uma camada de indivíduos especializados que acabaram por vir a exercer um domínio na governação das tribos e das futuras aldeias.

O avanço no processo de divisão do trabalho contribuiu para um aumento do nível de produtividade com a consequente obtenção dum excedente de bens de consumo. O produtor deixou de se limitar a consagrar grande parte ou todo o seu esforço diário à garantia dos meios de subsistência. Esta mudança representou inevitavelmente profundas alterações na estrutura e no desenvolvimento económico e

social, tornou-se a condição fundamental da divisão social do trabalho e gerou o embrião da formação posterior de classes sociais.

#### 4.5 – PRODUÇÃO EXCEDENTÁRIA

O progresso dos métodos de cultivo de plantas permitiu às comunidades agrícolas acumularem excedentes de alimentos para além das suas necessidades imediatas. A existência dum excedente regular e permanente constituiu a base material do modo de produção alimentar. Permitiu ainda a criação de reservas destinadas às sementeiras e à satisfação das necessidades alimentares que medeiam entre as colheitas. A domesticação e criação de animais pressupões a existência de reservas alimentícias destinadas não só ao consumo mas à manutenção da procriação.

Em resumo, poderá concluir-se que:

- os alimentos produzidos destinam-se à alimentação humana e também aos animais domesticados ou criados;
- é indispensável a produção de excedentes para as futuras sementeiras e a alimentação entre as colheitas e, bem assim, para fazer face às calamidades naturais;
- a característica cíclica e diferida no tempo da produção agrícola influencia a constituição de reservas;
- a existência de reservas alimentares pressupõe a invenção de processos de conservação e armazenamento;
- o cultivo de plantas e a reprodução animal implicam a existência de espaços territoriais a eles destinados, de terra arável e pastagens;
- reduziu-se o risco de ocorrência de períodos de fome, mas acentuou-se a dependência do sucesso das colheitas ou das pastagens de condições naturais incontroláveis;
- a população aumentou e concentrou-se, ampliando-se a tendência sedentária.

A produção de excedentes constituiu um incentivo ao aumento da produtividade agrícola, conceito que não era aplicável à simples recolha de alimentos dependente das condições naturais, com uma intervenção humana muito limitada.

Levantaram-se novas questões relativas à actividade produtora e ao relacionamento entre os elementos da comunidade, pertença e partilha dos bens acumulados, das sementes, dos produtos armazenados e conservados ou dos animais destinados à reprodução.

A produção excedentária contribuiu para se intensificar a procura, em locais distantes, de matérias-primas e de objectos de adorno ou de prestígio social e facilitou o início da troca directa com outras comunidades. Constituiu a base fundamental para o futuro aparecimento das primeiras aldeias e de relações de dominação e exploração.

## 5 – ESTRUTURA SOCIAL

### 5.1 – FAMÍLIAS

As comunidades primitivas assentavam no parentesco natural dos seus membros com base na linha materna. À medida que o homem adquire uma posição mais destacada e interveniente na produção alimentar, acaba por ser derrubada a descendência segundo o direito materno. O desenvolvimento da agricultura e da criação de gado está nitidamente ligado com a transição do sistema de parentesco por linha materna para o parentesco por linha paterna. Forma-se a família fundamentada em condições de natureza económica, em substituição dos laços consanguíneos. Em regra, as famílias faziam parte de grupos mais numerosos, económica e socialmente coesos.

A actividade agrícola tornou-se mais capaz de expansão pelo trabalho conjunto dum grupo de indivíduos. A família, como grupo geneologicamente aparentado, encontrava-se numa posição mais favorável do que o clã para cuidar da terra arável. A atribuição às famílias do trabalho nos campos foi uma das transformações sociais que se realizaram lentamente à medida que se desenvolveu o domínio do modo agrícola de produção, sobretudo por sementeira. Isto não significa que a propriedade comunal deixasse de depender do clã ou da tribo, embora o usufruto da terra e os seus produtos pertencessem às famílias.

O acasalamento colocou ao lado da mãe natural o autêntico pai natural. Constituiu-se a família que passou a dispor da posse privada dos meios de produção. A unidade social tornou-se o núcleo familiar, o casal, os filhos e outros parentes. O agregado além dos familiares directos incluía outras famílias unidas por laços de parentesco indirecto.

A família, como célula mais pequena da sociedade, passou a deter uma importância económica considerável, como nos indica a existência de explorações agrícolas individuais integradas em comunidades maiores, com a formação das tribos.

## 5.2 – TRIBOS

As tribos surgem a partir das comunidades primitivas, pela junção de dois ou mais clãs unidos por ligações exogâmicas. A reunião de vários clãs e a formação alargada da família, após três ou quatro gerações, deu lugar a uma nova organização social mais avançada, caracterizada por uma determinada unidade cultural.

A sociedade tribal acompanha a transição das comunidades de caçadores e recolectores para as comunidades agrícolas. Com o modo de produção alimentar mantém-se na tribo a inexistência de classes, exploração dos homens ou a divisão em governantes e governados. Os seus membros trabalham em conjunto, continua a existir a propriedade comunitária dos meios de produção e, em particular, da terra. Não se altera a partilha dos bens de consumo e os bens excedentes são conservados pela colectividade. A tribo dá vida a uma forma de propriedade social, tribal, que envolve o território de residência, de caça, de pastagem, de cultivo ou outras terras comuns.

Surgem regras de conduta do homem que se assumem como usos e costumes com características tradicionais. Não se verifica ainda a existência duma categoria especial de homens que se destaquem para governar sistemática e permanentemente, não sendo visíveis sinais de existência do Estado. Os membros adultos resolvem em conjunto as questões de importância vital.

A comunidade tribal acompanhou o processo de funcionamento e desenvolvimento do novo modo de produção. Esta forma existiu em todos os povos na fase de transição da comunidade primitiva ao longo de vários milénios. Permitiu o desenvolvimento da actividade económica e contribuiu para a coesão dos seres humanos. Criaram-se condições favoráveis à conservação e acumulação de experiências produtivas, ao germinar da cultura e aperfeiçoamento da linguagem.

Ao ultrapassar os limites da consanguinidade desenvolveu-se o crescimento numérico, a deslocação dos indivíduos dum para outro lado e, conseqüentemente o aparecimento de relações económicas, como a troca directa, e a ocorrência de desenvolvimentos originários de outras comunidades.

Entretanto surgem diferenciações entre as tribos. Umãs adoptaram uma actividade produtiva localizada que permitiu e exigiu a sedentarização. Outras preferiram a vida nómada, vivendo essencialmente da caça e da criação de gado. Estes diferentes rumos, resultantes de condições ambientais, exerceram uma grande influência

no estabelecimento de meios de troca, sobretudo de alimentos vegetais e produtos de origem artesanal, como a cerâmica.

O aparecimento posterior de federações de tribos indicia o início duma mudança na estrutura da comunidade tribal. Aos poucos foram aparecendo unidades políticas maiores que uniam várias aldeias sob uma autoridade comum. Trata-se, porém, duma organização social que ainda não conhece o Estado.

A estrutura das tribos é idêntica em todos os povos, seja entre os ameríndios, as tribos africanas, ou entre os povos germânicos, eslavos e mongóis do passado. À estrutura dos povos pescadores, caçadores, agricultores ou pastores, sedentários ou nômadas, corresponde invariavelmente a estrutura tribal.

### 5.3 – SEDENTARISMO

Com a produção agrícola tornou-se indispensável a fixação das pessoas. Os povos dedicados à agricultura tiveram de se fixar nas terras onde iniciaram as suas plantações ou sementeiras. A criação de animais domésticos está também estreitamente ligada à vida sedentária. Nos lugares onde a pesca proporcionava uma considerável quantidade de alimentos as pessoas mantiveram uma vida sedentária. O estilo de vida nômada dos grupos humanos foi-se transformando, tornando-se cada vez mais sedentário.

Os agricultores agarrados aos seus campos sentem a necessidade de instalar junto deles habitações permanentes. Os primeiros camponeses fixaram-se e passaram a ampliar os seus acampamentos e a transformá-los em povoados ou aldeias, substituindo os abrigos por construções, já de longa duração, de madeira e de adobe e, por vezes, até mesmo de pedras sobrepostas.

A produtividade do trabalho aumentou nas comunidades sedentárias que passaram a produzir regularmente um excedente em relação às suas necessidades, aparecendo o gado como primeiro meio de acumulação de riqueza. O ciclo de produção envolvia a cooperação laboral ao nível do agregado familiar.

Com a sedentarização surgiram novas estruturas na organização social. As famílias começaram a reservar normalmente as mesmas terras para a sua agricultura generalizando-se a sua utilização exclusiva, embora continuasse de pé, por alguns milénios, a propriedade comunal da terra e dos restantes meios de produção.

O aparecimento do modo de vida sedentário impulsionou a produção generalizada e especializada de recipientes de cerâmica para fins funcionais e de instrumentos de trabalho mais perfeitos, com reflexos na expansão do artesanato.

Contribuiu também para a fixação de comunidades e existência de locais, em zonas de caça ou de pesca particularmente abundantes, que proporcionavam uma considerável quantidade de alimento. No continente africano, junto dos grandes lagos bem providos de peixe, a base produtiva assentava na pesca. Durante todo o ano, as comunidades aí instaladas obtinham um alimento nutritivo que lhes assegurava a sobrevivência. Naturalmente que a tendência para completar esta alimentação consistiu apenas em adoptar alguns animais domésticos, começar a cuidar das plantas locais e a proceder ao seu cultivo.

#### 5.4 – NOMADISMO

O nomadismo na economia recolectora era motivado pela deslocação das populações que, na procura constante de alimentos, acompanhavam as movimentações dos próprios animais que pretendiam caçar, procuravam os locais onde existiam frutos ou plantas a recolher ou necessitavam de se defender das condições climáticas ou dos predadores. Este tipo de nomadismo manteve-se entre as comunidades que persistiram no modo de produção recolector.

Há, portanto, uma diferença básica entre este tipo de nomadismo e o nomadismo coincidente com o início da criação de gado. Alguns povos, eventualmente por razões de natureza ambiental ou por ao longo dos anos se terem afastado dos agricultores, preferiram um tipo de vida exclusivamente dedicado à criação de ovelhas, cabras, bovinos e outros animais. A pastorícia implica uma frequente deslocação dos animais criados em função dos recursos naturais existentes ou para possibilitar a renovação da flora. Em consequência da sua constante mobilidade, os nómadas não produziam, em geral, qualquer espécie de cerâmica, que tinham de obter por troca.

Na Ásia Central e Setentrional a população optou e continuou com o seu estilo de vida característico dos nómadas, mudando frequentemente os seus locais de acampamento. Ampliou-se com o avanço e a diversificação da criação de gado e tem sobrevivido até aos nossos dias sem modificações assinaláveis. É o caso das tribos nómadas mongóis, a viverem em regiões onde a vegetação típica das estepes proporciona boas pastagens com condições naturais para a manutenção de grandes rebanhos.

Na Índia uma cultura nómada de caçadores destacou-se na domesticação e criação de animais. Grupos de pequenas famílias ou comunidades, atravessavam os rios utilizando jangadas, cobriam o corpo com peles de animais e usavam equipamento de caça como o arco e a flecha com micrólitos na ponta.

No Sara uma economia de pastoreio nómada mais desenvolvida pode ter sido também uma consequência da desertificação crescente. Na África Oriental, fenómenos como a dessecação dos lagos, onde eram abundantes os recursos alimentares, alterou a fixação das populações que passaram a um regime de pastoreio nómada que permaneceu até tempos recentes.

### 5.5 – POVOS E ALDEIAS

Com o crescimento de novas terras de cultivo e de pasto, o desenvolvimento de novas técnicas de pesca e a expansão do artesanato, as populações ligaram a sua vida aos campos ou a áreas de pesca e instalaram aí as suas habitações já com carácter permanente. Esta transição deu lugar à sua concentração nos locais onde exerciam a sua actividade produtiva.

Uma aldeia era geralmente um aglomerado bastante pequeno, habitado por produtores de alimentos e alguns artesãos já semi especializados. Por toda a parte, onde a economia agrícola se expandiu, surgiram povoados, sendo preferidos locais próximos da água, das florestas ou dos oásis em zonas desérticas.

As primeiras aldeias eram bastante igualitárias, não se revelando grandes diferenças sociais. Com a transição para o cultivo doméstico e posse da terra, os terrenos de cultivo e de pasto foram repartidos e atribuídos, primeiro periódica e depois definitivamente, às famílias patriarcais. Esta evolução reflectiu-se nas relações económicas e sociais no interior das aldeias.

Por outro lado, as relações entre os agricultores, os pastores e os primeiros trabalhadores especializados exigiam a necessidade de proceder a trabalhos de maior porte em comum e requeriam o estabelecimento de hábitos e de regras aceites por todos. Na consciência social entram normas e regras de comportamento simples, mas obrigatórias para todos, cuja violação é rigorosamente castigada. Ao responsável da tribo ou ao sacerdote cabe a responsabilidade de garantir o seu respeito.

Os laços económicos assentes na família tendem a basear-se na proximidade espacial, ou seja, entre pessoas a viver na mesma área. Por sua vez, com o desenvolvimento da produção, a auto-suficiência das aldeias como economias fechadas

foi desaparecendo. Estabeleceram-se relações de troca directa e dádivas de produtos entre as populações aldeãs.

## 5.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

No modo de produção recolector, os grupos humanos não se vinculam de modo permanente a um determinado território. Como vimos, a organização social é muito rudimentar. Na fase rural o homem firma-se numa área definida, com a qual a tribo se identifica e considera possuir um direito sobre a terra em que vive. Cria-se o costume do lugar que se aplica a todos que aí vivem.

Nas primeiras comunidades agrícolas a estrutura social era bastante simples. As sociedades eram igualitárias, demonstrando ainda poucos sinais de estabelecimento duma hierarquia, embora o poder tanto do chefe como do feiticeiro aumentasse consideravelmente. As diferenças de estatuto pessoal e de hierarquia eram mínimas e os interesses individuais situavam-se sempre depois dos comunitários. A organização social é baseada na família que, além duma função cultural e patrimonial, tem funções cognitivas essenciais. No seu seio se aprendem os métodos e as técnicas de produção de alimentos. A estrutura social limita-se a uma extensão das famílias.

As tribos começam a necessitar de coesão, unidade, estabilidade e uma direcção bem definida. Com a sua formação surgem os primeiros elementos duma hierarquia e instituições dotadas de certas funções governativas. É o caso frequente da existência do conselho de anciãos, no qual se elege o chefe da tribo. Os membros da colectividade discutem em comum os problemas da sua vida interna. O chefe e os anciãos não formam uma classe privilegiada especial, embora já tenham certas vantagens e superioridade nas funções directivas. Dependiam, porém, das assembleias de tribo, a quem tinham de prestar contas da sua gestão. Esta forma de organização social assegura o desenvolvimento geral da produção e da cultura da formação da comunidade.

O chefe da tribo, em geral o outrora chefe dos caçadores, regula as relações entre os aldeões, distribui a justiça segundo um direito costumeiro, de acordo com o código verbal estabelecido, assume a responsabilidade pelas tarefas a desempenhar pela comunidade.

Para além do chefe da tribo, outra personalidade, o feiticeiro ou xamã, começa a exercer um domínio sobre o grupo social. Assume uma função de intermediário entre os aldeões e os deuses, dos quais dependiam o resultado das colheitas e a fertilidade dos rebanhos. O seu crescente poder está relacionado com o subsequente modo de produção,

baseado na apropriação coerciva de excedentes de bens e na prestação compulsiva de serviços

A governação, fundada sobre a tradição, a assembleia e o critério da unanimidade, parece corresponder ao interesse das comunidades. Em muitas áreas da sociedade africana actual a organização social ainda repousa na reunião dum certo número de aldeias numa colectividade única, sob a autoridade dum chefe comum. Embora os chefes sejam, em geral, homens, a sucessão transmite-se, com frequência, pela via feminina.

### 5.7– ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

As primeiras sociedades eram igualitárias, demonstrando poucos sinais duma estrutura hierarquizada, sem estratificação social ou regras institucionalizadas, não se discernindo quaisquer distinções sociais. A base da formação de classes sociais distintas assenta na divisão social do trabalho.

A primeira oposição de classes coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher e, conseqüentemente, a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino. No seio da família começa a desenhar-se uma escravatura latente, embora muito rudimentar. A mulher, os filhos e outros parentes vão-se tornando escravos do homem, o que corresponde já a uma disposição do trabalho alheio.

A divisão social do trabalho conduz ao agrupamento de pessoas cuja diferente posição na produção começa a ficar socialmente assegurada por formas de apropriação de meios de produção e de bens remanescentes. Entre os criadores de gado regista-se mais cedo a diferenciação económica e social, em consequência do aumento rápido da dimensão dos rebanhos e manadas de gado constituírem uma riqueza significativa.

O aparecimento duma classe de guerreiros responsável pela defesa das aldeias, enquanto os agricultores e pastores se encontravam nos campos, e duma classe de sacerdotes com a missão de proteger e salvaguardar as colheitas e os rebanhos, constituiu o embrião da formação duma futura classe social dominante.

Anteriormente, os indivíduos capturados eram normalmente mortos ou acolhidos como irmãos na tribo dos vencedores. Com a introdução do modo agrícola de produção, em algumas regiões, a situação modificou-se passando os prisioneiros a serem utilizados para vigiar o gado, iniciando-se o aproveitamento do homem como meio de trabalho. Começou assim a nascer uma forma de escravatura primitiva que constituiu

um dos primeiros sinais de desintegração do sistema comunitário. Não se trata, porém, ainda duma produção baseada no trabalho escravo.

## 5.8 – GUERRAS E CONFLITOS

Com o modo de produção alimentar surgiram diversas contradições que originaram os primeiros conflitos. Estes já não são apenas de carácter accidental, mas resultantes do confronto com a economia recolectora ou a divisão social do trabalho.

Os povos caçadores, ainda na fase do modo de produção recolector, consideram que os animais vivos não pertencem a ninguém e que são seus os animais que acabaram de matar, destinados à sua comunidade. Pelo contrário, o grupo pastor considera seus os rebanhos que recriou com animais vivos e, bem assim, os pastos. Reputam os actos dos caçadores errantes como ataques contra os seus direitos e lutam para os defender. As armas para caçar estão tão aptas a matar animais como a matar homens. A defesa das áreas de pastoreio é também origem de conflitos com clãs ou outras tribos.

Uma situação idêntica acontece com os agricultores. Consideram possuir direitos sobre o território onde cultivam, onde crescem as plantas, as árvores de fruto e despontam as espigas. Os camponeses que semeiam aguardam vigilantes o momento das colheitas, não podendo permitir que outros tentem desfrutar do seu trabalho tão exaustivo. Repelirá pela força os que pretendam arrebatam os frutos ou grãos que semeou.

Os povos recolectores quando se esgotavam os meios de subsistência próximos dos seus acampamentos deslocavam-se para outras paragens onde encontrassem alimentos. A produção agrícola fixou as populações que ficaram dependentes dos resultados favoráveis ou desfavoráveis das suas culturas. Quando as suas colheitas são desastrosas, em consequência duma seca, duma cheia ou duma praga de insectos, os povos sujeitam-se a ter de enfrentar a fome, a atacar outras tribos ou a procurar alimentos em territórios ocupados por outros grupos.

Entre povos nómadas e povos sedentários travaram-se igualmente graves conflitos, em geral, originados pela fome. Após secas rigorosas, quando a erva desaparece e os animais principiavam a morrer, a sobrevivência era posta em causa, surgia a fome e, com ela, conflitos e ataques a outras comunidades.

## **IV PARTE – EVOLUÇÃO ECONÓMICA**

### **1 - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

A essência da lei fundamental da economia do sistema comunitário radica-se na necessidade objectiva e na capacidade dos grupos humanos assegurarem a sua existência, como membros da comunidade, com base no trabalho conjunto e na propriedade comum dos meios de produção. Esta força colectiva constituiu a principal força produtiva e, por sua vez, com base nela se formaram as relações sociais e económicas da comunidade primitiva.

Os agregados humanos confinaram-se durante muitas centenas de milhares de anos a pequenas regiões e expandiram-se muito lentamente por outras áreas devido, eventualmente, às suas dificuldades de movimentação, à reduzida população, à extensão territorial, aos condicionalismos geográficos e ecológicos e às mutações climáticas. Com a sua deslocação em direcção a todos os continentes, ao mesmo tempo estimulada e dificultada pelo meio ambiente, começa a despontar um traço específico histórico que é o desenvolvimento desigual.

O aparecimento de novos modos de produção, entre determinadas populações, não conduz ao desaparecimento automático dos anteriores. Surge uma coexistência de estruturas e a interacção de sociedades que se encontram em níveis diferentes de desenvolvimento. O predomínio de um certo tipo de produção numa dada etapa histórica não significa a ausência de modos de produção precedentes. Pelo contrário, persistiram, durante alguns milénios, comunidades de recolectores e caçadores ou comunas agrícolas, total ou parcialmente isoladas umas das outras, no Continente Americano (a norte do México e na América do Sul, com exclusão da zona dos Andes), na África ao Sul do Sara, na Península Arábica, em certas regiões do sul e do sudeste da Ásia, na Austrália, Tasmânia e outras ilhas do Oceano Pacífico. Em muitas regiões, só depois de outros povos, vivendo em formações económicas e sociais diferentes, terem penetrado nesses continentes se alteraram os processos de produção e as relações existentes.

Em épocas históricas separadas por dezenas de milhares de anos, mantiveram-se espantosas semelhanças no comportamento humano, mesmo quando os processos produtivos se desenrolaram de forma isolada e independente. Em todas elas existiram

povos que se encontravam em níveis diferentes de civilização. Alguns evoluíram com mais lentidão e outros adiantaram-se no seu desenvolvimento, o que criou complicadas interações. Esta desigualdade começou a manifestar-se, de forma mais acentuada, nos períodos em que, no meio da multiplicidade de comunidades de caçadores e recolectores, se destacaram tribos de agricultores e pastores que adoptaram um modo de vida sedentário ou nómada.

Apesar da grande diferença temporal no desenvolvimento dos povos de todos os continentes, a ciência descobriu a presença de leis e traços objectivos comuns no processo produtivo, na organização de clãs e tribos, nos sistemas de parentesco e de família, na divisão do trabalho e diferenciação social como consequência da desenvolvimento das forças produtivas. Populações, separadas por continentes e milénios, criam e usam os mesmos instrumentos, as mesmas técnicas de corte e polimento da pedra, os mesmos métodos de cultura ou de criação de animais, os mesmos ardis para a caça, de acordo com as condições ambientais em que vivem. A sequência do processo produtivo acompanha as mesmas tendências: à recolha simples de plantas ou animais, segue-se a domesticação, o desenvolvimento da produção alimentar, o aumento e fixação da população e a emergência de sociedades mais complexas. A diferença apenas reside no início temporal dos modos de produção subsequentes. Estabelecem-se tipos de relações sociais muito semelhantes entre estes povos.

Os povos receberam muitas influências do exterior, o que aconteceu em muitas épocas e lugares. O processo de assimilação de técnicas e crenças fez-se por adaptação ao ambiente e às circunstâncias locais.

## 2 – TRANSIÇÃO DA ECONOMIA RECOLECTORA PARA A ECONOMIA DE PRODUÇÃO BENS DE SUBSISTÊNCIA

A evolução da sociedade recolectora é muito lenta e a transição para a economia agrícola e pastorícia processou-se em épocas e regiões muito distintas, ao longo de milénios, mas sempre sob formas semelhantes na sua evolução. O homem aprendeu a manufacturar e utilizar ferramentas eficazes e diversos tipos de utensílios, como é o caso dos recipientes, que satisfaziam as necessidades do dia a dia, tão perfeitamente que até hoje algumas das suas formas pouco necessitaram de ser melhoradas. Esses

instrumentos permitiram aos produtores dominarem as condições ambientais e desenvolverem novas tradições tecnológicas e culturais.

A obtenção de produtos alimentares deixou de constituir o objectivo quase exclusivo e criou condições propícias ao desenvolvimento de actividades criativas. Nasceu o pensamento abstracto e a noção de estética. A espécie humana interroga-se acerca da natureza, apercebe-se de numerosas leis e relações entre os fenómenos naturais e passa a procurar intervir nesses fenómenos. Muitas actividades criativas coincidem com o aparecimento do ser humano denominado por antropólogos e historiadores de “homo sapiens sapiens”.

As consequências da transição para o modo de produção alimentar sentiram-se na expansão da área ocupada pelas comunidades agro-pecuárias, na migração de grupos populacionais e a sua fixação em locais apropriados ao exercício das suas novas actividades produtivas, o que tem a ver com a existência de prados ou terras férteis ambientes climáticos e geográficos propícios.

Porém, a agricultura não se revelou de imediato como um sistema de fácil difusão. Muitos grupos recolectores tinham conhecimentos suficientes para passarem à fase da produção de alimentos, mas não o fizeram e mantiveram os seus métodos de subsistência tradicionais, mesmo vivendo em estreito contacto com povos agrícolas. O estilo de vida de caça e recolção, apoiado pela manufactura de utensílios de pedra, não cessou abruptamente, mas sim terá muitas vezes continuado em áreas adjacentes às ocupadas por povos agricultores.

Este comportamento verificou-se sobretudo entre grupos fixados em:

- áreas impróprias para a criação de plantas e animais, onde as condições climáticas, geográficas ou ambientais se revelaram desfavoráveis;
- inversamente, áreas com situações tão favoráveis que punham em causas as vantagens do pastoreio e da agricultura;
- zonas próximas do mar, dos rios ou dos lagos, de pesca abundante;
- localizações com características muito específicas que dificultaram a transição.

Em certas regiões do globo mantiveram-se grupos de caçadores recolectores em áreas inadequadas para a criação de gado e agricultura, vivendo em simbiose com os camponeses das regiões vizinhas. Algumas destas populações perpetuaram os seus costumes ancestrais até aos dias de hoje.

Em regiões tropicais, com escassa população humana, ricas em produtos alimentares, as populações não se sentiram motivadas para alterar a tradição da caça e

da simples recolha dos frutos da terra. Com uma vegetação luxuriante, as pessoas escavam a terra e dela tiram um tubérculo, apanham um cacho de bananas de uma árvore, que se multiplica naturalmente, sobem a uma palmeira para pegar um coco, cujo leite bebem e cuja polpa comem. A riqueza do bioma em áreas naturais é tal que põe em causa as vantagens do pastoreio e da agricultura. A caça e a recollecção proporcionam aí um nível elevado de nutrição com menor dispêndio de tempo e de esforço físico. Esta forma de vida perpetuou-se, em algumas regiões, com poucas mudanças, até tempos muito recentes.

Em ambientes marítimos, lacustres ou fluviais, onde a alimentação assentava na pesca, apanha de mariscos ou da caça a mamíferos aquáticos, os povos mantinham os seus métodos ancestrais e permutavam os seus produtos com as comunidades que já se dedicavam à agricultura ou criação de gado.

São inúmeros os exemplos de recolectores a viverem em estreito contacto com povos agricultores sem adopção da agricultura. Alguns grupos de recolectores, ocupando ainda regiões extremamente vastas, encontravam-se tão bem integrados no seu ambiente natural, que ainda não sentiam a necessidade de se adaptar ao modo de produção alimentar, nem a necessidade de armazenar alimentos além dos de consumo imediato ou durante as estações do ano.

Tribos houve que abandonaram a actividade exclusivamente agrícola e decidiram-se por métodos alternativos para a sua subsistência e outras conservaram o modo de vida nómada, dedicando-se de forma preponderante à criação de animais. Nas estepes a transição para a criação permanente de gado dava os primeiros passos.

Continuaram a existir espaços isolados, verdadeiras ilhas de caçadores e recolectores, que sobreviveram às mudanças e permaneceram em zonas caracterizadas por uma grande concentração de vida selvagem, onde não havia necessidade de recorrer à agricultura para garantir a subsistência.

A barreira do deserto do Sara constituiu um obstáculo à passagem das populações numa altura em que começava a desenvolver-se uma agricultura sedentária na África do Norte. A dificuldade no estabelecimento de contactos humanos viria a influenciar o curso da evolução na África Subsariana, onde o estilo de vida baseado na caça e na recollecção permaneceu bastante imutável até à chegada de povos produtores de alimentos já nos séculos próximos do início da era cristã. Além disso, a riqueza dos recursos alimentares das regiões de savana associada à escassa população não estimularam o cultivo de plantas ou a criação de gado. As formas de vida baseadas na

caça e na recollecção perpetuaram-se, com ligeiras mudanças até tempos muito recentes. Em algumas regiões surge a prática duma economia mista em que, a par de um tipo muito rudimentar de produção alimentar, aparece a produção de artefactos de cerâmica ou de pedra polida. Na África Austral comunidades de recolectores partilharam a savana com as populações de agricultores e pastores, estabelecendo relações de mútuo benefício. Nesta região, há cerca de três mil anos, a produção alimentar e a manufactura de cerâmica eram completamente desconhecidas.

A transição assumiu formas diversificadas nas várias regiões europeias. Algumas comunidades, principalmente as estabelecidas nos deltas dos grandes rios, adoptaram apenas um ou outro aspecto do novo tipo de vida, uma forma limitada de agricultura, o fabrico de vasilhas ou criação de apenas algumas espécies de gado. No Centro e Sul da Europa, em poucos milénios foi adoptado o modo de produção agrícola, as populações começaram a domesticar algumas espécies de animais e as comunidades a tornarem-se sedentárias, estabelecendo os seus acampamentos permanentes. Na Europa Oriental, na grande floresta e nas regiões circumpolares, sob condições ecológicas diferentes, a cultura recolectora prolongou-se para além da economia agrícola já praticada noutras regiões. O mesmo aconteceu nas estepes do norte da Europa. Com o derreter das camadas de gelo, os habitantes foram migrando para o norte mantendo aí a sua forma de vida. Na Escandinávia, já liberta dos glaciares, persistiram por muitos séculos as tradições de caça, pesca e recollecção. Este estilo de vida subsistiu em regiões árticas ou desérticas, onde a terra era menos própria para a agricultura.

As condições favoráveis, existentes no Próximo Oriente, contribuíram para um cultivo regular de cereais e criação de animais, que garantiam uma provisão de alimentos para todo o ano. Estes factores facilitaram a transição para o modo de produção de alimentos e permitiram o desenvolvimento dum hábito de vida sedentário em aldeias, que constituíram a base da formação de ulteriores transformações na estrutura económica, que marcaram o percurso histórico da região.

O continente asiático foi palco duma desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões. Na Ásia Central, povoações cujos habitantes se dedicam à agricultura e criação de gado confinam com zonas de caçadores das estepes, criadores de gado que adoptaram a vida nómada em áreas semi-desérticas. No Sudeste Asiático observou-se uma situação com a economia de caça e recollecção a persistir após o aparecimento da agricultura, mantendo-se no entanto a existência de mútuas relações. Com muito poucas excepções, algumas comunidades continuaram, por longo tempo, a conviver com

vizinhos agricultores ou até com mercadores. Na China, a expansão da cultivo do arroz, segundo uma técnica ainda actual, contribuiu para uma intensificação da actividade agrícola. No Extremo Oriente e Japão reveste-se de considerável interesse a pesca especializada e a actuação dos caçadores marinhos.

Na América do Norte encontram-se algumas áreas com situações ecológicas tão favoráveis que permitiam colheitas comparáveis às conseguidas com a agricultura, capazes de gerar excedentes e permitir a sedentarização. Enquanto surgem numerosas culturas baseadas na domesticação de plantas locais, grande parte da economia mantém-se dependente da recollecção de alimentos combinada com uma agricultura incipiente. Em algumas áreas foi presenciada a existência de sociedades complexas que evoluíram com base numa combinação de produção alimentar e recolha especializada de alimentos. Há conhecimento histórico de ter ocorrido, em algumas regiões, uma longa sucessão de colheitas ruins que forçaram a dispersão das aldeias e o regresso temporário das populações ao estilo de vida baseado na caça e na recollecção.

Na Mesoamérica, a população organizada em pequenos bandos igualitários de base familiar, deslocava-se sazonalmente de acordo com os recursos alimentares nas diversas partes do território. Estes grupos tornaram-se semi-sedentários à medida que a cultura de certas plantas, especialmente o milho, se tornava suficientemente produtiva de modo a permitir uma residência prolongada em locais favoráveis. As próprias comunidades de caçadores recolectores obtiveram avanços satisfatórios em vários campos da tecnologia da produção alimentar, bem como na organização da sociedade para a produção. Os conhecimentos básicos adquiridos deram lugar a uma fase intermédia e constituíram um factor crucial para o desenvolvimento e expansão duma forma de vida com agricultores e artesãos.

Na América do Sul, em regiões andinas, as populações estabeleceram circuitos de transumância nas terras altas, domesticação de lamas e guarda de rebanhos nas ravinas e, simultaneamente, caça e colheita de plantas nas terras baixas. A utilização de cereais não produziu alterações significativas no modo de vida das populações. A caça, a pesca e a recollecção continuaram a constituir os principais meios de subsistência. O cultivo ocupou sempre um lugar secundário dentro da economia destas comunidades. Nenhuma espécie de cultura de plantas podia suplantar, em quantidade e qualidade, a grande variedade de frutos, raízes, folhas e rebentos comestíveis que as populações tinham aprendido a explorar e que eram fornecidos pelos mais diversos meios ambientais.

Os aborígenes da Austrália, durante mais de 40 mil anos, até à nossa época, conservaram uma estabilidade e continuidade de estilo de vida nómada baseado na caça e recolção. Não se tornaram agricultores ou domesticadores de animais. Mantinham contactos com populações da Nova Guiné, mas nem por isso adoptaram a agricultura por sementeira. Não lavravam a terra, mas utilizavam técnicas hortícolas, replantavam inhames e outros tubérculos, estimulavam o crescimento de árvores de fruto. Exploravam frutos secos tóxicos, da família das cicadáceas. Estes frutos, depois de extraído o veneno, eram moídos para a preparação duma espécie de farinha, com que era produzido, por fermentação, um “pão de cicadácea”. O fogo era utilizado como forma de aumentar a produção de alimentos, através da prática da agricultura de queimadas para encorajar o crescimento de plantas alimentares, regenerar as matas, aproveitar as cinzas como adubo e atrair os animais herbívoros para a sua captura. Estes eram, então, mais facilmente mortos à paulada ou com lanças. Tais caçadores não conheciam o arco e a flecha. As suas deslocações contínuas por regiões extensas, permitia-lhes uma recolha ampla de alimentos que ultrapassava as carências de forma mais eficaz do que com uma agricultura, difícil num terreno tão seco e dependente de fontes muito mais restritas. Não produziam excedentes alimentares nem armazenavam. No entanto, havia uma produção de utensílios e ferramentas essenciais, de vestuário de pele e confecção de adornos, semelhante à ocorrida noutros continentes.

### 3 - DECLÍNIO DO SISTEMA COMUNITÁRIO

O sistema comunitário criou e desenvolveu dentro de si as potencialidades e as premissas que conduziram à sua decadência. A produção intensiva de alimentos por iniciativa do homem acaba por conduzir à rotura da partilha comunal. Enquanto que no modo de produção recolector os povos dividiam equitativamente entre si os reduzidos víveres obtidos, a transição para a produção de alimentos começou a abalar esta interdependência e reciprocidade e a substituí-las pela posse individual da maior quantidade de recursos possível. Em regiões, onde o sistema comunitário ainda persistiu por vários milénios, este foi absorvido por populações já integradas noutros sistemas económicos ou dizimado violentamente, sendo raros os casos em que conseguiu subsistir até à actualidade.

O desenvolvimento constante das forças produtivas elevou-se a um nível que permitiu aos povos atingir uma produção superior à indispensável para satisfazer as suas necessidades directas. A conservação e acumulação de excedentes, resultantes da

intensificação da produção agrícola e pecuária, não já partilhadas por toda a comunidade mas, pelo contrário, concentradas nas mãos dos chefes tribais, criou as premissas para a sua apropriação coerciva, a acumulação da riqueza e o aparecimento de desigualdades materiais.

A terra arável e os pastos, embora permanecendo como propriedade comunal, começaram a serem atribuídos entre as famílias inseridas na comunidade agrícola. Cada cultivador tende a explorar por sua própria conta os campos que lhes foram distribuídos e a apropriar-se dos instrumentos de trabalho e dos frutos recolhidos. Esta apropriação torna-se incompatível com a partilha igualitária entre todos os membros da comunidade dos bens produzidos. A acumulação da riqueza em gado fará nascer no seio da própria comuna um conflito de interesses que acelera a tendência para novas formas de propriedade. A terra arável começa a ser objecto de apropriação privada, embora as florestas, as pastagens e as terras baldias permaneçam propriedade comunal.

A expansão das sementeiras e da pastorícia, trabalho pesado e distante dos acampamentos, está relacionada com uma mudança potencial nas atribuições dos sexos, em consequência duma maior redução por parte da mulher nas tarefas relacionadas com a obtenção de alimentos e uma mais ampla participação na vida doméstica, consequente da formação da residência sedentária. Acentuou-se a divisão social de trabalho entre o homem e a mulher e, com ela, a passagem do direito materno para o direito paterno que abriu uma brecha na organização gentílica e que, mais tarde, se reflectiu na posse dos bens materiais e no aparecimento dos primeiros indícios de trabalho escravo. A família constituída nesta base adquiriu a característica duma unidade de produção, de acumulação de riqueza e de transmissão hereditária de bens.

Nos últimos estádios do regime comunitário iniciou-se a diferenciação das pessoas consoante a sua posição em relação à posse dos meios de produção. Estes acumularam-se na mão duma classe social em fase nascente, embora ainda não institucionalizada.

Na estrutura política o poder afasta-se cada vez mais da intervenção colectiva e directa da população. Ganha forma o culto do chefe e com ela a tendência para a sacralização do seu poder, com atribuição de direitos, deveres e funções que se vêm a reflectir na apropriação dos meios de produção e na distribuição igualitária dos bens produzidos. Trata-se duma modificação ideológica significativa que se reflectiu no evoluir para um novo sistema económico.

#### 4 – PERMANÊNCIA DE SOCIEDADES COMUNITÁRIAS

Apesar da evolução descrita, ainda hoje se conservam vestígios ou usos e costumes das relações comunais numa ou noutra forma ou grau, mesmo em pleno sistema capitalista. Em certas zonas do globo, permanecem algumas populações que ainda não ultrapassaram o modo de produção baseado na caça e recollecção e outras mantêm-se na fase inicial da produção agrícola.

Em diversas regiões africanas, antes do aparecimento dos europeus, as famílias produziam a sua alimentação, plantando e criando gado, construindo as suas cabanas e manufacturando o seu próprio vestuário e utensílios domésticos. Certos artefactos eram trocados pelos artesãos por produtos agrícolas. Na África Subsariana, os colonizadores encontraram tribos nativas que viviam de criar gado, plantar cereais e da caça selvagem. A agricultura de subsistência foi então desmantelada e a velha auto-suficiência desmoronou-se. Os colonizadores europeus eliminaram a produção de alimentos e arruinaram a agricultura nativa, em benefício das suas plantações de produtos destinados ao mercado. Em muitos países africanos, as classes sociais começaram a formar-se já depois do derrube do colonialismo, nos meados de século XX. Em certas regiões este processo ainda não se concluiu.

Em tempos ainda muito recentes, os pigmeus da zona oriental do Zaire limitavam-se a recolher os seus produtos que trocavam com os grupos vizinhos que se dedicavam ao cultivo e cuidavam das manadas. Na África Oriental a par de estilos de vida assentes no pastoreio e na agricultura mista continua a existir a prática da colheita de plantas e da caça como base alimentar. Na África Austral, formas de vida baseadas na caça e recollecção perpetuaram-se com poucas mudanças até à segunda metade do século XIX. A comida ainda era levada para os agrupamentos onde era partilhada.

Em algumas zonas da Rússia subsistiram resíduos da comunidade rural até 1917. Os bosques, os prados e as estepes e, por vezes, parte da terra de lavoura, eram propriedade comunal. Entre os cossacos dos Urais ainda dominava, em finais do século XIX, o cultivo comum do solo e a subsequente repartição do produto entre as famílias individuais.

Os grupos étnicos que vivem na extremidade norte do Globo detiveram-se no estado primitivo do seu desenvolvimento. A explicação teórica liga-se às condições naturais demasiado rigorosas. A única forma de produção era a caça, a pesca e a criação de renas, formas de produção na base das quais é impossível desenvolver intensamente

as forças produtivas e as formas sociais respectivas. As condições naturais garantiam ao homem a possibilidade de manter a sua existência mas não estimularam o desenvolvimento activo da força produtiva do seu trabalho. Nalguns casos caçadores permanecem ainda na actualidade, em extremo isolamento, evoluindo muito lentamente, em condições de grande rudeza.

Nos primeiros séculos D.C., as zonas ocidentais e setentrionais da América do Norte eram inteiramente habitadas por povos recolectores. Os alimentos disponíveis na natureza eram excepcionalmente abundantes e regulares e esse facto contribuiu para surgirem algumas sociedades já hierarquizadas. Na zona leste, os recursos alimentares eram escassos e pouco regulares e a maioria da população vivia ainda, quando do contacto europeu, em pequenos bandos nómadas, geralmente ligados por laços de parentesco, deslocando-se sazonalmente de acordo com os recursos alimentares e vivendo de alimentos armazenados durante o Inverno, altura em que mudavam para habitações mais consistentes. Durante a parte do ano reservada à recolha de alimentos dividiam-se em grupos muito pequenos e viviam em abrigos feitos de ramos.

Nas regiões tropicais americanas, como a bacia amazónica, as Antilhas e parte da área intermédia, onde existiam economias agrícolas tardias (entre 200 e 700 D.C.) os níveis demográficos mantiveram-se baixos, as comunidades eram relativamente pequenas e a organização política igualitária. Em zonas das Caraíbas, o modo de vida das aldeias era sustentado numa base de produção mista, em que o cultivo das plantas se associa à recolha de elementos marinhos, à pesca e à caça terrestre, e permaneceu estável ao longo de vários milénios.

Tudo leva a crer que o território oriental da América do Sul estava ocupado exclusivamente por caçadores-recolectores, quando da chegada dos colonizadores. Em algumas regiões do extremo sul, estas comunidades ainda sobrevivem nos nossos dias.

Entre os aborígenes da Austrália e da Tasmânia, por altura da chegada dos europeus, os objectos e instrumentos de trabalho limitavam-se a azagaias de madeira com pontas endurecidas pelo fogo, paus adaptados a lanças, paus de cavar e outros objectos de madeira, cestos de palhinha, bolsas e capas de pele de canguru, colares de conchas e uns quantos utensílios de pedra. Em contraste com outros continentes houve uma estabilidade básica e continuidade de prática de vida comunitária, que se mantém nos nossos dias em determinadas zonas. Porém, a sociedade aborígene tem-se revelado dinâmica, nem a terra nem as pessoas permaneceram imutáveis, verificando-se uma

adaptação constante às flutuações ambientais. Na Tasmânia conseguiram viver por muitos milénios, em condições de completo isolamento.

Nas regiões que não foram dizimadas pelos colonizadores europeus, as populações do Oceano Pacífico formam ainda hoje comunidades que vivem do produto da caça, da pesca e de alguns vegetais que o solo lhes fornece espontaneamente, como acontece também na Papua, Nova Guiné e nas ilhas do Mar de Salomão.

Em Portugal, como nos diz Borges Coelho, “Para as aldeias e os agregados nortenhos a produção agrícola com destino ao mercado só constitui uma realidade significativa a partir do século XIII”. (ver “Comunas ou Concelhos”, pag. 170, ed. Prelo)

## 5 – PERMANÊNCIA DE USOS E COSTUMES COMUNITÁRIOS

Em muitos países actuais os vínculos comunais desempenham ainda hoje um enorme papel na sua vida. As estruturas sociais comunitárias entrelaçam-se com estruturas capitalistas contemporâneas e até com formas embrionárias de estruturas sociais socialistas. A utilização de estruturas comunais, durante a passagem para o socialismo, chegou a surgir na prática, depois da Revolução de Outubro de 1917, relativamente a uma série de povos da Ásia Central, Sibéria e Extremo Norte.

Ainda se podem identificar em Portugal, nas zonas rurais, grupos sociais cujo viver se pauta pelos usos e costumes comunitários. Famílias de tipo patriarcal mantêm laços extensos e complicados, preservando a tradição comunitária, com formas de organização social cujas raízes mergulham no clã. Laços de participação por dádivas persistem nas sociedades actuais. Sob o ponto de vista económico estas comunidades vivem uma semi-autarcia, ou seja, consumindo o que é internamente produzido e limitando as suas trocas com o exterior ao mínimo indispensável.

Os vínculos comunais desempenham ainda hoje um papel destacado na vida das populações dos diversos continentes. Em muitas regiões são preservados os usos e os costumes, a propriedade comunal da terra, as pastagens comuns e outros aspectos da vida colectiva.

Entre os diversos tipos de propriedade comum, subsistem os prados comunais situados ao longo da margem dos rios, onde pasta o gado bovino; as terras bravias que servem de pasto ao gado caprino e ovino e para aproveitamento de lenha e carvão ou terras de sementeira, ainda não repartidas, onde se semeia centeio, periodicamente, para fins colectivos.

Os baldios são uma remanescência de costumes comunitários. São constituídos por determinados terrenos pertencentes aos moradores de circunscrições administrativas rurais (aldeias), na maior parte dos casos revestidos de florestas ou entregues à produção de matos e pastagens. Os direitos de utilização dos baldios são de carácter comunitário e não contratual, pertencem aos seus habitantes, e são mais ou menos regulamentados pelos costumes ou por certas legislações.

O compáscuo consiste na obrigatoriedade de cedência de pastagens em determinadas terras, impostas aos seus proprietários. Este regime pratica-se nos pousios e respeita somente aos campos abertos, representando um precioso direito para o criador de gado. Sugere primitivas oposições de interesses entre povos sedentários predominantemente agricultores e povos que sobretudo viviam da pastorícia.

A economia de subsistência ou doméstica assenta no trabalho individual ou colectivo e serve de fonte complementar de rendimentos e de satisfação de necessidades. Coincide com o consumo final de todo ou parte dos bens produzidos pelo próprio produtor. Subsiste em paralelo com a economia de produção mercantil, na medida em que os instrumentos de produção são em geral adquiridos por compra no mercado.

O produtor agrícola retira uma parte da sua produção de géneros alimentares para fazer face às necessidades da sua alimentação e da sua família. Outra parte da colheita é utilizada para fazer face a culturas futuras, como seja, as sementes ou as forragens para alimentação do gado.

Estas actividades podem assumir características domésticas, mas também comunitárias ou associativas. Em geral são utilizados logradouros que rodeiam a habitação dos camponeses ou terras comunais atribuídas a famílias camponesas.

Mesmo, no seio da própria sociedade capitalista encontram-se unidades de produção, familiares ou colectivas, onde o objectivo imediato da actividade produtiva, ou a simples troca directa, é a satisfação imediata das necessidades do produtor.

## 6 – ALGUNS RETRATOS COM 500 ANOS

As viagens dos navegadores portugueses e espanhóis proporcionaram, há cerca de 500 anos, um conhecimento generalizado do globo, sobretudo nas proximidades das costas marítimas. Com excepção do continente australiano e de algumas ilhas ainda desertas, poucos áreas habitáveis do globo terrestre havia que não tivessem sido então descobertas ou reconhecidas. Uniram-se fracções da humanidade que tinham

permanecido isoladas e que mutuamente se ignoravam. Tratou-se dum encontro de civilizações e de relações, que revolucionou o mundo e contribuiu para se firmar o advento do capitalismo.

Os relatos dos cronistas de então reúnem um conjunto de informações preciosíssimas que permitem analisar e avaliar o estágio de evolução de variados povos de quatro continentes, sob o ponto de vista económico e social. Estes documentos comprovam a presença do ser humano em quase todo o globo e as semelhanças e diferenças de desenvolvimento entre as mais variadas regiões.

Escrevia o matemático português Pedro Nunes “...não há região que, nem por quente, nem por fria, se deixe de habitar; e que, em um mesmo clima e igual distância do equinocial, há homens brancos e pretos e de mui diferentes qualidades”. (Ver “Literatura dos descobrimentos e da expansão portuguesa” de M. Ema Tarracha Ferreira, Ed. Ulisseia)

Estruturas económicas pré-capitalistas, semelhantes às europeias, existiam já em parte do continente asiático, no Norte de África, ou entre as grandes civilizações americanas dos astecas, maias e incas.

No continente asiático os portugueses encontraram civilizações muito avançadas na China, na Índia, na ilha de Ceilão, no Japão, no Sião ou em Java, aptas a enfrentar o impacto com os europeus, tanto em termos mentais como materiais, povos cosmopolitas, um surpreendente e intenso tráfico comercial, bons portos, grandes cidades. Estes países mantinham relações entre si e com a África do Norte, Europa e Próximo Oriente. A actividade mercantil, a exploração do homem e a divisão em classes sociais apresentavam-se perfeitamente definidas.

No Norte de África, a sociedade está alicerçada na produção mercantil, predominantemente agrícola, o comércio desempenha já um papel determinante, ligado a uma intensa actividade artesanal. É prática corrente o tráfico de escravos. No Sara Ocidental, o trabalho dos seus habitantes consiste na guarda dos seus gados, mudam constantemente os seus acampamentos, o seu alimento é leite, algumas vezes carne, algum trigo ou sementes de ervas; as vestes são de couro ou matas. Algumas pessoas estão num nível superior aos restantes, trazem bons vestidos, bons cavalos, andam em tendas com os seus gados, guerreiam os negros e vendem-nos. É corrente um estilo de vida nómada, a prática da escravatura e a estratificação social.

Mais a sul, na África Ocidental, sustentam-se de arroz, milho e legumes; as mulheres cavam, semeiam, fiam algodão, fazem panos para si e para trocarem. Os habitantes vivem em casebres de palha, andam nus, ligeiramente cobertos com algumas

cascas de árvore ou peles de cabra. Funciona já um mercado, onde a troca é directa, pois ainda não existe moeda. Os fidalgos vestem camisas de pano de algodão, adquirem cavalos árabes, sedas, pratas, que trocam por escravos e ouro.

No continente americano, apesar da separação durante cerca de 15 mil anos do resto do mundo, coexistiam lado a lado, na mesma época, civilizações com culturas diferentes e até opostas. Porém, a evolução do modo de vida das populações realizou-se na mesma sequência da verificada nos restantes continentes.

Em duas civilizações notáveis, situadas na Meso-América e nos Andes Centrais, caracterizavam-se por:

- grandes reinos e impérios, sociedades bem diferenciadas assentes nas classes sociais e na especialização económica; grandes centros urbanos que rivalizavam em dimensões e estruturas complexas com os seus contemporâneos europeus;

- áreas agrícolas com sofisticadas técnicas de cultivo, com campos drenados, irrigação em grande escala e construção de socalcos ou agricultura de subsistência, derivada de plantas selvagens nativas, algumas estranhas aos europeus e trabalho agrícola assente no uso de utensílios manuais baseados na pedra;

- ausência de animais domésticos, excepto nos Andes Centrais onde os lamas serviam de animais de carga, mas não de tracção, as alpacas forneciam carne e lã e o bronze e o cobre tinham substituído a pedra em muitos fins.

Na Meso-América, a viver nas imediações desta civilização, lado a lado, ainda se encontravam grupos de caçadores-recolectores, coexistindo variantes culturais tão opostas, eventualmente relacionadas com causas climáticas impróprias para a agricultura.

Na América do Norte viviam numerosos povos com uma economia baseada na caça e na colheita de frutos silvestres ou de recursos aquáticos, enquadrados perfeitamente no modo de produção da sociedade comunitária. Outras comunidades aplicavam-se já na agricultura e no fabrico de cerâmica. Existia um certo cultivo de produtos hortícolas, que constituíam uma parte essencial da alimentação, viviam em casas de madeira e aldeias com paliçadas. Algumas comunidades estavam ainda organizadas em clãs, segundo o direito materno, mas em certas tribos vigorava já o direito paterno. A maioria desconhecia ainda o uso de metais, utilizando armas e utensílios de pedra. Noutros locais, já vivia gente a semear trigo ou milho ou a domesticar animais.

Na zona das Caraíbas, as sociedades tribais caracterizavam-se por uma produção alimentar, residência sedentária, organização com base no parentesco, igualitária em termos de estrutura social. Sociedades deste tipo encontravam-se disseminadas por outras áreas do continente americano.

Tanto no Norte como no Sul do continente americano encontraram-se povos com economias baseadas na caça e na recollecção de recursos selvagens, adaptados a uma grande diversidade de ambientes, desde os desertos às florestas tropicais, savanas, pampas ou áreas interiores sub-árticas.

No Brasil, os cronistas portugueses anotaram: a ausência de vestuário; o uso de artefactos de pedra, madeira e ossos e o desconhecimento dos metais; abrigos constituídos por choupanas de rama verde e de fetos grandes ou por cabanas colectivas; ausência de agricultura sistemática; conhecimento de tecelagem, pois utilizavam panos para segurar as crianças ao colo. É interessante transcrever alguns textos que retractam o estilo de vida destes povos:

“... porque não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquirir-la como outros homens, e assim vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas”; “Todos são iguais, e em tudo conformes nas condições, que ainda nesta parte vivem justamente e conforme a lei da natureza”; “O comer e mais coisas é acerca comum e assim como algum mata alguma caça ou peixe ou outra coisa, logo reparte por todos que abrange, e os chama para que venham ver”. (Ver “O Confronto do Olhar” de Luís de Albuquerque e outros, pags. 267 e 271, Ed. Caminho)

## 7 – TRANSIÇÃO PARA O SISTEMA PRÉ-CAPITALISTA

A obtenção regular de produtos e a sua apropriação, conjugada com a dos meios de produção, abriu a possibilidade duma distribuição desigual da riqueza e com ela o surgir da formação duma sociedade de classes. Nas tribos e nas uniões de tribos começa a ocorrer um sistema de categorias sociais, que abre as portas ao enriquecimento pessoal dos chefes tribais, embora se mantivessem por algum tempo e entre alguns povos, as formas tradicionais do regime das comunidades consanguíneas. Assiste-se a um declínio da comunidade baseada no clã e a uma redução da importância dos laços de parentesco, que são gradualmente substituídos por laços baseados na proximidade espacial, isto é, entre pessoas que vivem em aldeias ou na mesma área.

Com o novo modo de vida iniciou-se a diferenciação de pessoas e famílias consoante a sua posição em relação ao uso da propriedade da terra e do gado. Amplia-se a estratificação social, acumulam-se na mão duma classe nascente, os meios de produção e caminha-se para um começo de submissão da maioria da população por uma pequena minoria que assume um papel dirigente. Uma consequência da decomposição da sociedade comunitária foi o aparecimento de relações de exploração.

Os poderes económicos e políticos na mão dos governantes, em estreita aliança com os sacerdotes, ampliam-se e tendem a assumir funções de natureza militar e a exercer uma autoridade centralizada relacionada com o poder económico, social e político e a imposição de novas regras aos usos e costumes das populações. Com a divisão da sociedade em classes, torna-se indispensável a instituição dum poder que imponha o domínio dessas classes e dos seus dignitários. Com essa finalidade desponta a formação do Estado, organização inexistente e desnecessária nas sociedades comunitárias.

Os caçadores e recolectores não produzem excedentes, salvo em situações pontuais de escassez. Procuram os seus meios de subsistência de acordo com as suas necessidades e deslocam-se para os locais onde poderão recolher os seus alimentos directamente ou através da caça e da pesca. A sua mobilidade obriga-os a uma limitação quantitativa de objectos a transportar e pressupõe um equipamento reduzido ao mínimo.

No modo de produção alimentar, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, colocam-se questões inerentes à posse dos bens acumulados e dos excedentes produzidos para além das necessidades imediatas dos produtores. A apropriação dos meios de produção e destes excedentes provoca uma divisão no processo produtivo que deu lugar ao aparecimento de novas relações económicas, nas quais os produtos do trabalho não são já destinados apenas ao consumo das comunidades produtoras, mas também à entrega coerciva aos não produtores, a classe dominante detentora do poder estatal, para seu uso e consumo.

A terra, ao ser declarada pertença dos deuses, torna-se, na prática, propriedade dos sacerdotes e dos monarcas. Porém, a forma tributária de recolha de excedentes não é acompanhada da expropriação da terra, que se mantém na posse das comunidades agrícolas que a cultivam.

A modalidade de apropriação do excedente assume a forma dum tributo regular, que pode ser constituído por porções significativas das colheitas ou por um certo número de cabeças de gado. Além desta entrega de bens, os homens são obrigados,

pelos costumes instituídos, pela força ou pela lei, a trabalhar a terra dos governantes, a construir grandes obras, como templos, túmulos ou palácios, ou mesmo a prestar serviço militar. As prestações tributárias provêm duma unidade familiar, das comunidades da aldeia, ou directamente de unidades produtoras a funcionar junto do poder central. Neste tipo de sociedades assumem uma grande importância numérica e social categorias especializadas como os artesãos e mercadores ao serviço directo e exclusivo das classes dominantes.

O rendimento da tributação permite às classes dominantes sustentar os seus escravos, efectuar o pagamento em espécies aos guerreiros, funcionários, artesão e outros indivíduos a trabalhar para a instituição estatal.

A riqueza das classes dominantes não se baseia apenas na intensificação das técnicas de exploração, mas também no alargamento da base territorial aonde vão buscar novos excedentes, o que dá origem a sucessivos conflitos e guerras de conquista, de roubos noutras povoações, captura de escravos ou comércio desigual com os povos vizinhos. A fonte principal do trabalho escravo era constituída, numa primeira fase, na transformação dos prisioneiros de guerra em escravos.

A divisão social do trabalho acentuou a necessidade da troca, primeiro directa, entre os produtores. Os homens já não produzem apenas para as suas necessidades pessoais. As permutas tornam-se sistemáticas devido à existência dum excedente regular. A acumulação de bens na posse das classes dominantes estimulou o desenvolvimento da troca interna e externa. A par duma produção destinada ao consumo e à acumulação de bens pelos governantes, surge a produção de outros bens com a finalidade de serem objecto de troca. O produtor começa a consagrar-se também à produção de bens destinados à troca directa. Assim nasce a mercadoria e com ela o mercado, não só, como forma de ligação entre os camponeses ou os pastores, os artesãos, os caçadores ou os pescadores, mas também, como forma das classes dominantes adquirirem noutras fontes bens de prestígio ou outros fora das suas esferas de influência.

Este tipo de produção mercantil desenvolve-se, numa primeira fase, duma forma espontânea e não planificada. Mais tarde, propaga-se uma nova actividade económica, a instituição do comércio, e com ela nasce a figura do mercador como intermediário nas trocas entre as diferentes comunidades.

Constituíram factores básicos e decisivos na transição para a produção excedentária e mercantil:

- a intensificação da divisão social do trabalho;
- os avanços tecnológicos, tais como, as invenções do arado, da irrigação e drenagem, da metalurgia, da roda e da vela
- uma produção intencional de excedentes que fundamentou e impulsionou o estabelecimento de trocas entre as comunidades;
- a produção de bens, que convertidos em mercadorias, sejam úteis a outros membros da sociedade e disponham de um valor de uso social;
- o aumento e a consolidação da estratificação social;
- a concentração do poder económico e político na mão de governantes em estreita aliança com os sacerdotes e militares.

O desenvolvimento da criação de gado originou um estilo de vida nómada específico em regiões asiáticas de extensas estepes, com clima continental duro, em que a posse das manadas deu lugar a uma acumulação de riqueza nas mãos duma classe dominante e a intensificação idêntica duma produção com fins mercantis. Esta situação manteve-se predominante até meados do século XX e ainda sobrevive nos nossos dias sem modificações sensíveis.

Assim se criaram as condições básicas para o começo da exploração do homem pelo homem.

## BIBLIOGRAFIA

- AFANASIEV, V. G., Dirección Científica de la Sociedade, Moscovo 1975
- ALBUQUERQUE, Luís e outros, O Confronto do Olhar, Lisboa 1991
- CAMERON, Rondo, História Económica do Mundo, Lisboa 2000
- CARAÇA, João, Do Saber ao Fazer: Porquê Organizar a Ciência, Lisboa 1993
- CASTRO, Armando, Lições de Economia, Lisboa 1982
- CASTRO, Armando, A Evolução Económica de Portugal, Lisboa 1964
- DAVIDSON, Basil, Revelando a Velha África, Lisboa 1968
- DENIS, Henri, História do Pensamento Económico, Lisboa
- DOBB, Maurice, Uma Introdução à Economia, Lisboa 1938
- DOWIDAR, M. H., A Economia Política, uma Ciência Social, Lisboa 1978
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Modo de produção/ Desenvolvimento/  
Subdesenvolvimento, Imprensa Nacional, Lisboa 1986
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI, Produção/ Distribuição/Excedente, Imprensa  
Nacional, Lisboa 1995
- FERNANDO SEQUEIRA, GORJÃO DUARTE e SÉRGIO RIBEIRO, Pequeno  
Curso de Economia, Lisboa, 1993
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha, Literatura dos Descobrimentos e da Expansão  
Portuguesa, Lisboa
- GURVITCH, Georges, Tratado de Sociologia, Lisboa 1968
- KALMIKOV, N. E LARINE, E., História da América Latina, Moscovo 1991
- KELLE, V. e KOLVALZÓN, M., Teoria e História, Lisboa 1985
- KI-ZERBO, Joseph, História da África Negra, Lisboa
- KOLESOV, N. D., Manual de Economia Política, Amadora 1972
- KONSTANTINOV e outros, Fundamentos de Filosofia Marxista-Leninista,  
Moscovo 1975
- LANGE, Oskar, Moderna Economia Política, Rio de Janeiro 1963
- LÉNINE, V.I., Obras Escolhidas, Lisboa 1977
- LEONTIEV, Lev, Curso Elementar de Economia Política, Lisboa 1976
- MARCHAL, André, Sistemas e Estruturas Económicas, Lisboa

- MARX e ENGELS, Obras Escolhidas, Lisboa 1982
- MARX, Karl, O Capital, Lisboa, 1990
- NIKITINE, P., Principes d'Economie Politique, Moscovo 1966
- NOGARO, Bertrand, Curso de Economia Política, Lisboa 1951
- NUNES, A. J. Avelãs, Os Sistemas Económicos, Coimbra 1975
- PRADA, Valentin, História Económica Mundial, Barcelos 1994
- RAKITOV, A., Fundamentos da Filosofia, Moscovo 1989
- ROLL, Erich, História do Pensamento Económico, Lisboa 1951
- SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D., Economia, Lisboa, 1993
- SPIRIDONOVA e outros, Curso Superior de Economia Política, México 1965
- TAVARES, Maria José Ferro, História Social das Técnicas, Lisboa 1999
- UNESCO, Histoire du Developpement Culturel et Scientifique de l'Humanité,  
Paris 1967
- UNESCO, História da Humanidade, Lisboa 1996
- VOLKOV, F.M. e outros, Psicologia, Moscovo 1989
- WODDIS, Jack, África, As Raízes da Revolta, Rio de Janeiro 1961
- YÁKOVLEV, A. e outros, Conocimientos Políticos Básicos, Moscovo 1975
- ZAMORA, Juan Clemente, O Processo Histórico, Lisboa

## **ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR**

O autor nasceu no Porto em 1925. Licenciado em Finanças pelo ISCEF, exerceu sempre a sua actividade profissional em instituições financeiras. Frequentou numerosos cursos e seminários, em países europeus, nas áreas de operações bancárias, organização e gestão de empresas. Como bancário assumiu a responsabilidade pela montagem e instalação dos serviços de um banco português em Angola, Moçambique e França e ainda pela renovação e modernização da sede social, no Porto. Por incumbência do Banco de Portugal coordenou a actividade de todos os bancos nacionalizados portugueses no Norte e Centro do País. Foi membro das administrações ou conselhos fiscais de diversas empresas dos ramos metalúrgico, turístico e editorial e da direcção de cooperativas e associações culturais.

Como residente na cidade de Almada, desempenhou as funções de deputado na Assembleia Municipal durante oito anos, participando da Comissão de Administração e Finanças e assumindo a sua presidência nos últimos quatro anos.

Colaborou na extinta revista “Economia EC, questões económicas e sociais” e em algumas publicações periódicas. Ultimamente tem-se dedicado à investigação e escrita de temas relacionados com a Ciência Económica e, ainda, à revisão científica da tradução para português de livros da sua especialidade, designadamente do “Breve Dicionário de Economia”, da autoria de José Maria Lozano Irueste, professor emérito da Universidade Complutense, de Madrid.

Em Novembro de 2002 foi editado o seu livro ECONOMIA DO SISTEMA COMUNITÁRIO, com o subtítulo “Enquanto a mercadoria e a moeda não existem”, resultante de uma prolongada e meticulosa investigação durante vários anos. Presentemente tem em preparação um novo estudo a abordar as consequências nas relações económicas e sociais da produção e distribuição de mercadorias e do consequente aparecimento do dinheiro e da moeda como meio de facilitar as trocas.

